



ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

***República da Turquia:
Partido da Justiça e Desenvolvimento e a Projeção de uma Potência
Regional (2001-2020)***

André Ferreira Belbut

Aspirante a Oficial-Aluno Piloto-Aviador 140669-J

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em

Aeronáutica Militar, na Especialidade de Piloto-Aviador

Júri

Presidente: MGEN/PILAV João Manuel Cardeiro Caldas

Orientadora: Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva

Coorientador: COR/TODCI Luís Manuel Pinto de Almeida da Rocha

Vogal: Professora Doutora Isabel Alexandra de Oliveira David

Sintra, maio de 2022

(Página intencionalmente em branco)



ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

***República da Turquia:
Partido da Justiça e Desenvolvimento e a Projeção de uma Potência
Regional (2001-2020)***

André Ferreira Belbut

Aspirante a Oficial-Aluno Piloto-Aviador 140669-J

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em

Aeronáutica Militar, na Especialidade de Piloto-Aviador

Júri

Presidente: MGEN/PILAV João Manuel Cardeiro Caldas

Orientadora: Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva

Coorientador: COR/TODCI Luís Manuel Pinto de Almeida da Rocha

Vogal: Professora Doutora Isabel Alexandra de Oliveira David

Sintra, maio de 2022

Esta dissertação foi elaborada com uma finalidade essencialmente escolar, durante a frequência do Curso de Pilotagem Aeronáutica cumulativamente com a atividade escolar normal. As opiniões do autor, expressas com total liberdade académica, reportam-se ao período em que foram escritas, não representando doutrina sustentada pela Academia da Força Aérea.

*"If we look at history, we will see that regimes which persecute [their people]
do not remain standing."*

Recep Tayyip Erdogan, 2012

(Página intencionalmente em branco)

Agradecimentos

À Professora Teresa de Almeida e Silva,

O meu profundo reconhecimento por ter aceitado orientar esta investigação e por toda a disponibilidade, abertura e confiança depositadas em mim.

Ao Coronel Luís Rocha,

O meu sincero obrigado por nos ter acompanhado, nesta jornada, dentro da disciplina de Relações Internacionais, mostrando e cultivando, através do seu entusiasmo e conhecimento, num tom sempre próximo, todo um novo mundo de interesses.

Aos meus camaradas KAISERS,

Pelo espírito de camaradagem partilhado nos piores e melhores momentos destes últimos cinco anos de academia. Por tudo o que passamos e iremos passar no “*ar ou no bar*”.

À minha família,

Por todo o acompanhamento, suporte e amor incondicional durante os meus 25 anos, não seria o que sou hoje, nem teria chegado onde cheguei sem vocês.

À minha namorada,

Por todo o amor e carinho, que fez tudo mais simples desde que nos conhecemos.

Ao meu tio,

Por todo o auxílio prestado durante esta dissertação, por todos os comentários, correções, discussões, ideias, perspetivas diferentes e por todos os momentos de paciência partilhados comigo.

Às minhas irmãs,

Pela ajuda e apoio que me deram repetidamente perante todos os desafios, durante estes 5 anos de academia, e em especial durante esta dissertação.

À minha mãe,

Pelo amor e apoio e por dizer sempre a coisa certa, no momento certo.

Ao meu pai,

Por desde sempre ter moldado o meu interesse pelo conhecimento e pela história.

À minha avó,

Por ter sido a minha professora e mentora durante toda a minha infância e ter unido e erguido com o seu amor toda a família.

Ao meu avô e padrinho,

Por tudo o que foi, tudo o que é, e tudo o que será sempre.

(Página intencionalmente em branco)

Resumo

O Partido de Justiça e Desenvolvimento, AKP, de matriz islâmica, transformou-se no partido político de maior sucesso desde a fundação da República da Turquia, em 1923, no seguimento da dissolução do Império otomano. Num espaço de aproximadamente 20 anos, este partido revolucionou a política interna e externa turca, desde a economia à estrutura do poder, até ao posicionamento do país no sistema internacional.

A mudança da estrutura do Estado, que transitou de um sistema político parlamentar para um sistema presidencialista, onde o poder passou a concentrar-se largamente no presidente Recep Tayyip Erdogan, e a transformação por parte do sistema internacional, gradualmente mais permissivo e com menores pressões sistémicas, constituíram fatores de que resultaram uma mudança radical na agenda política da Turquia, e um corte com a tradicional visão kemalista do passado.

A presente dissertação procura, através de uma perspetiva baseada no Realismo Neoclássico, analisar algumas destas mudanças promovidas por esse novo ator político no contexto da política interna e do sistema internacional. A “nova Turquia”, de acordo com a nossa análise, apresenta agora uma identidade nacionalista mais independente no sistema internacional e desempenha um reforçado papel de potência regional, resultado da identidade política promovida pelo Partido de Justiça e Desenvolvimento, AKP, a nível doméstico.

Palavras-chave: Turquia; Erdogan; AKP; Realismo Neoclássico.

Abstract

The Islamic-based Justice and Development Party, AKP, has become the most successful political party since the founding of the Republic of Turkey in 1923, following the dissolution of the Ottoman Empire. In the space of approximately 20 years, this party revolutionized Turkish domestic and foreign policy, from the economy to the structure of power, to the positioning of the country in the international system.

The change in the structure of the State, which moved from a parliamentary political system to a presidential system, where power came to be largely concentrated in President Recep Tayyip Erdogan, and the transformation of the international system, gradually more permissive and with less systemic pressure, were factors that resulted in a radical change in Turkey's political agenda, and a break with the traditional Kemalist vision of the past.

This dissertation seeks, through a perspective based on Neoclassical Realism, to analyse some of these changes promoted by this new political actor in the context of domestic politics and the international system. The “new Turkey”, according to our analysis, now has a more independent nationalist identity in the international system and plays a reinforced role as a regional power, in part because of the political identity promoted by the Justice and Development Party, AKP, at the domestic level.

Keywords: Turkey; Erdogan; AKP; Neoclassical Realism.

Índice

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1
1.1 Objeto de Estudo	2
1.2 Âmbito de Estudo	3
1.3 Motivação e Pertinência	4
1.4 Contextualização	6
1.4.1 Geográfica	6
1.4.2 Histórica	8
1.5 Enquadramento Epistemológico-Teórico	12
1.5.1 Base do Realismo	13
1.5.2 Neorrealismo	14
1.5.3 Realismo Neoclássico	15
1.6 Enquadramento Conceptual	20
1.6.1 Kemalismo	20
1.6.2 Islamismo Político	25
1.6.3 Poder	26
1.7 Revisão da Literatura	27
CAPÍTULO II – NOTA METODOLÓGICA	33
2.1 Formulação da Pergunta de Partida	33
2.2 Objetivos	33
2.3 Metodologia	34
CAPÍTULO III – AKP E A “NOVA TURQUIA” DE ERDOGAN	37
3.1 Origens e Base de Poder	38
3.2 AKP e o Estado Secular (2003-2011)	44
3.3 Erdogan e o Lado Iliberal Populista (2011-2020)	52
CAPÍTULO IV – POLÍTICA EXTERNA	63
4.1 Ponto de Partida Kemalista	64

4.2	AKP - Profundidade Estratégica (2001-2011)	65
4.3	A Primavera Árabe e a Personificação da Política Externa (2011-2020)	72
CAPÍTULO V – CONCLUSÃO		81
ANEXOS		A-1
Anexo A -Cronologia		A-1

Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas

AKP-	Partido de Justiça e Desenvolvimento	<i>-Adalet ve Kalkınma Partisi</i>
CEE-	Comunidade Económica Europeia	
CHP-	Partido Republicano do Povo	<i>-Cumhuriyet Halk Partisi</i>
DYP-	Partido do Verdadeiro Caminho	<i>-Doğru Yol Partisi</i>
EUA-	Estados Unidos da América	
FAT-	Forças Armadas Turcas	
FMI-	Fundo Monetário Internacional	
HDP-	Partido Democrático dos Povos	<i>-Halkların Demokratik Partisi</i>
ISIL-	Estado Islâmico do Iraque e do Levante	<i>-Islamic State of Iraq and Levant</i>
MENA-	Médio Oriente e Norte de Africa	<i>-Middle East and North Africa</i>
MNP-	Partido Ordem Nacional	<i>-Millî Nizam Partisi</i>
MSP-	Partido Salvação Nacional	<i>-Millî Selâmet Partisi</i>
NATO-	Organização do Tratado do Atlântico Norte	<i>-North Atlantic Treaty Organization</i>
ONU-	Organização das Nações Unidas	
PKK-	Partido dos Trabalhadores do Curdistão	<i>-Partiya Karkerên Kurdistan</i>
PYD-	Partido de União Democrata	<i>-Partiya Yekîtiya Demokrat</i>
RI-	Relações Internacionais	
RN-	Realismo Neoclássico	
RP-	Partido do Bem Estar	<i>-Refah Partisi</i>
UE-	União Europeia	
URSS-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas	

(Página intencionalmente em branco)

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação pretende abordar a República da Turquia, na sua política interna e externa, tendo em conta a ascensão política do Partido de Justiça e Desenvolvimento.

O domínio do islamismo moderado na República da Turquia, hoje em dia, fortemente representado pela posição praticamente hegemónica do Partido de Justiça e Desenvolvimento - *Adalet ve Kalkınma Partisi*- (AKP) dentro da sociedade turca reflete, na realidade, uma transformação relativamente recente na história da Turquia. A ascensão do AKP, partido político com origens no islamismo moderado, representa o culminar de um longo processo de disputa entre o “centro e a periferia da sociedade”; por outras palavras, o culminar de um conflito latente entre o Estado secular kemalista autoritário e uma maioria muçulmana à procura de mudança (Lord, 2018).

A vitória, com maioria absoluta do AKP, em 2002, foi recebida por vários setores da sociedade turca, como mais um passo para o desenvolvimento democrático do Estado, por colocar no centro político, a maioria muçulmana, afastada ao longo de mais de setenta anos, dos centros decisórios, por uma minoria autoritária representada pelas elites seculares kemalistas (*ibidem*).

Paradoxalmente, a entrada do AKP, e do seu mais que líder, Recep Tayyip Erdogan, no centro do palco político da Turquia tem suscitado ultimamente sérias reservas sobre o real progresso da democracia no país. Em vez de promover o aumento de liberdades para todos, o novo regime de Ancara tem privado de espaço qualquer movimento de oposição, apenas deixando lugar para o aumento de liberdades no seu suporte eleitoral conservador, muito em especial, nas bases mais restritas pautadas pelo islamismo político (Cagaptay, 2020).

Em pouco mais de 10 anos, Erdogan, através de cuidadosos esforços diplomáticos, foi capaz de transpor o obstáculo do secularismo enraizado na política turca, criando, assim, uma maior bipolarização entre a nação que abraça por completo a marca de Erdogan e uma outra, imbuída dos valores seculares que se lhe opõe veementemente (*ibidem*).

Estas profundas mudanças no palco doméstico tiveram implicações na política externa turca, até então intrinsecamente ligada à filosofia kemalista, fortemente marcada pelo ocidentalismo e falta de abertura para com o mundo árabe, o que levava então a que a Turquia fosse genericamente

entendida como “um país que seguia as tendências criadas pelo Ocidente e a Europa” (Cagaptay, 2020, p. 5)¹ e se distanciava do seu passado histórico otomano.

A legitimidade de poder de Erdogan reside agora na sua capacidade de mobilizar mandatos democráticos, o que, no futuro, dependerá sempre da sua capacidade de manter uma base eleitoral consolidada e uma oposição enfraquecida. Para o efeito, Erdogan tem vindo a vincar a vertente iliberal populista do seu discurso e políticas, dando assim azo a um aumento da bipolarização da sociedade turca (Şahin, 2020).

As transformações do sistema internacional, e o papel do AKP como ator protagonista, na política interna da República da Turquia, deu azo, naturalmente, a mudanças, algumas radicais, na política externa do país: a anterior política externa kemalista, tradicionalmente mais fechada, centrada nos problemas securitários nacionais e alinhamento com o Ocidente, foi sendo substituída por uma nova agenda cada vez mais independente (*ibidem*).

1.1 Objeto de Estudo

O tema da presente tese de mestrado é o estudo da República da Turquia tendo em conta a ascensão política do AKP. Definido o nosso tema de estudo, o objeto último desta dissertação consiste na elaboração de uma análise do posicionamento da Turquia, dominada pelo AKP, face aos principais eventos domésticos, regionais e internacionais, em particular no que se refere às suas relações com os países da região do Médio Oriente, Rússia, e o bloco ocidental, muito em particular os Estados Unidos da América (EUA), e a União Europeia (UE)

No âmbito da delimitação temporal relevante para o nosso estudo destacamos o espaço temporal desde a fundação do AKP até à atualidade (2001-2020), embora repetidas vezes seja necessário recorrer a referências históricas anteriores para fins de contextualização.

Para a análise da evolução das posições, ambições e capacidades políticas turcas, podemos destacar vários acontecimentos de maior relevância: o atentado terrorista do 11 de setembro de 2001; a vitória do AKP nas eleições legislativas de 2002; o início das negociações de adesão da Turquia à UE em 2005; as eleições presidenciais de 2007; a crise do euro e da União Europeia, em 2009; a eclosão da *Primavera Árabe* em 2010; os protestos de *Gezi Park* em 2013; a tentativa de

¹ Tradução do autor.

golpe de Estado de 15 de julho de 2016; o novo regime presidencialista, a partir de 2017; entre outros.

1.2 Âmbito de Estudo

A área das Relações Internacionais (RI), embora de uma forma embrionária, remonta à antiguidade clássica, mas foi apenas formalizada, como a conhecemos hoje, após o fim da Primeira Guerra Mundial, resultado da intensificação dos estudos sobre a guerra e a paz. Esta área passou a ser tida, a partir de então, como uma disciplina autónoma dentro das ciências sociais, e considerada uma ciência interdisciplinar, que se cruza com a história, a ciência política, a economia, a geografia, o direito internacional, a religião, entre outras áreas de conhecimento (Dougherty & Pfaltzgraff Jr., 2001; Tomé, 2011).

O objeto da disciplina das RI pode ser resumido, sem descurar toda a sua vasta abrangência, como a contínua procura de uma visão global dos sempre mutáveis acontecimentos do meio internacional e dos diferentes fenómenos políticos, tendo estes por principais atores os Estados e suas organizações. Assim, por outras palavras, a disciplina de RI tem como fim analisar os múltiplos fatores relacionados com as disputas de interesses dos diversos agentes, atores e entidades internacionais, dotando o investigador, que explora este campo, de uma base mais fundamentada e pragmática na identificação de atuais ou possíveis futuros conflitos de interesse que poderão degenerar em crises, guerras ou, pelo contrário, em oportunidades na cena internacional (*ibidem*).

Com o amadurecer das RI, os atores considerados principais objeto de estudo desta disciplina deixaram de limitar-se aos Estados e suas organizações (embora estas permaneçam os principais), passando a serem também contemplados novos atores, o que transformou as RI num sistema com muitas e mais complexas variáveis, conferindo, desta forma, a esta disciplina uma maior profundidade e rigor.

O contexto global deve, pois, ser considerado como o resultado da interligação das inúmeras e diferentes relações entre Estados, organizações estatais e não estatais, alianças internacionais, empresas internacionais, organizações sem fins lucrativos, organizações terroristas, entre outras, e até, como resultado do comportamento e perfil de alguns atores individuais que dentro do contexto político e internacional podem em certas circunstâncias centralizar em si um grande nível de

influência. Estes poderão ser passíveis de ser tratados como atores pertencentes ao contexto das RI, desde que provem ser relevantes para esta área de estudo (Cepik, 2018).

Analisar a Turquia implica contemplá-la na sua plenitude, desde a sua história e ‘traumas’, composição social, relações diplomáticas, os seus vetores de atuação, a sua economia e religião, entre tantos outros na realidade desta nação ímpar, onde dificilmente encontraremos verdades absolutas ou versões binárias independentes dos seus contextos. Analisar a Turquia obriga-nos a abandonar pressupostos ou julgamentos redutores que não têm em conta, frequentemente, a complexidade e profundidade da realidade social e política turca.

1.3 Motivação e Pertinência

Os acontecimentos históricos do virar do século XX para o século XXI colocam a Eurásia de novo sob um acrescido foco de relevância para a comunidade internacional. O desmembramento da Jugoslávia e a consequente instabilidade nos Balcãs, a queda da União Soviética, a primeira e segunda guerras do Golfo, o 11 de setembro de 2001 e o aumento do peso do terrorismo, a Primavera Árabe e a crescente instabilidade regional, a guerra civil síria, as crises migratórias, a crise regional com o Irão e entre a Ucrânia e a Rússia, entre muitos outros fatores, colocam cada vez mais em evidência a relevância e o papel da Turquia como importante ator geopolítico na região (HIICR, 2021; Passos, 2005).

Perante o mundo como hoje o conhecemos ao longo destas duas primeiras décadas do século XXI, envolto em grandes mudanças nos mais diversos campos, nomeadamente políticos, militares, tecnológicos, económicos e até mesmo culturais, e num contexto de ascensão de novas potências regionais e mundiais, na origem de novos desafios para a comunidade internacional, a Turquia permanece da maior importância geopolítica tanto para os EUA como para a UE (Fernandes & Rodrigues, 2020).

Hoje, a República da Turquia é um dos mais ativos atores internacionais, situada no âmago de uma das regiões historicamente mais turbulentas e dinâmicas do mundo, onde a mudança das diferentes forças envolvidas acaba por ser uma constante. A situação e o contexto, tanto a nível regional, como a nível sociopolítico doméstico na Turquia, tem estado em permanente mutação, o que tem sido cada vez mais refletido nos diversos palcos internacionais (Strand & Neset, 2019). A Turquia, fruto da sua localização geográfica e legado histórico e cultural, consequência da herança

recebida do Império Otomano, detém uma posição estratégica privilegiada no contexto da Geopolítica e das RI, e goza de grande legitimidade, em várias áreas de influência internacional (Coşkun, 2016).

Múltiplas vezes caracterizada, em vários momentos da sua história e da atualidade, como a porta ou a ponte que une dois mundos distintos, a Turquia é ao mesmo tempo, a separação e o elo de ligação entre vários mundos opostos ou complementares onde assume o papel de intermediário, num estado de pertença e exclusão a ambos os lados e de identidade cruzada. Esta posição política e geoestratégica da Turquia tem sido cada vez mais pertinente no século XXI, com a crescente necessidade de estabelecer aproximações entre o mundo ocidental e o mundo islâmico, numa tentativa de colocar o “*Choque de Civilizações*” na direção do diálogo intercultural e inter-religioso, ambos esses mundos conscientes de que a Turquia muito dificilmente não terá um papel imperativo para qualquer que seja a direção e resolução tomada (Friedman, 2009; 2015).

Com efeito, a Turquia assume o papel de ponte entre o contexto ocidental e o mundo Islâmico, tanto economicamente, politicamente e intelectualmente, de certa forma preenchendo o espaço vazio deixado pelo Império Otomano. Assim, a República da Turquia como Estado profundamente muçulmano, ao mesmo tempo laico e secular, com um Governo de origem islâmica que fora visto em diversos contextos, como um possível modelo e prova da viabilidade de um sistema democrático e islâmico com relações positivas tanto com o mundo islâmico como o mundo ocidental (*ibidem*).

Nos últimos 30 anos, temos presenciado uma crise dentro da própria religião islâmica, em que se defrontam duas narrativas díspares, uma que representa a retórica extremista da religião que cada vez mais tem sido utilizada “pelos extremistas para atrair as gerações jovens e contrária à narrativa tradicional do Islão” (Ferreira, 2017, 1.º parágrafo), e que de uma forma ativa impõe a sua visão aos demais, em comparação com a versão da religião islâmica mais tradicional, pacífica e aberta à livre convivência com modos de vida e de religião diferentes (Ferreira, 2017).

Esta disputa, que ocorre dentro da comunidade islâmica, envolve cerca de 1.500 milhões de pessoas, traduz-se numa luta interna pelo poder, numa civilização extremamente próxima em termos espaciais da civilização ocidental. Este conflito interno resulta numa crise, uma crise desestabilizadora sobre quase um quinto da população mundial e que se propaga e se faz sentir por todo o mundo, em particular no Ocidente vizinho. Como forma de combater esta mutação e equilibrar a balança, no sentido de garantir a estabilidade e a resistência da expressão mais

tradicional e pacífica do Islão, cabe o apoio e fomentação do diálogo religioso e o auxílio às sociedades muçulmanas moderadas, “que não pensam que as religiões nos impedem de viver juntos” (Ferreira, 2017, 2.º parágrafo). A proteção e sobrevivência de uma forma próspera e estável, deste Islão moderado, deverá ser, pois, no século XXI, uma prioridade para o Ocidente (Ferreira, 2017).

A temática escolhida dispõe de já alguns estudos científicos no âmbito das RI que confirmam a pertinência desta temática e conferem-lhe uma maior profundidade, e continuidade aos modelos já abordados; assim procuramos realçar as evoluções e transformações criadas pelos eventos e forças mais recentemente envolvidos. A contínua transformação do contexto e dos sistemas envolvidos garantem uma inesgotável relevância e pertinência a novos estudos acerca de uma nação tão complexa, em constante adaptação, com uma herança história rica e ao mesmo tempo tão presente na contemporaneidade do mundo, como é o caso da Turquia.

Assim, para perceber o presente cabe-nos a nós explorar o passado, e para perceber o futuro resta saber que este não será igual ao presente. Não sendo esta uma ciência exata, não é nosso objetivo chegar a conclusões fechadas. Pelo contrário, um dos fatores mais motivadores para este domínio é que o mesmo representa a nossa jornada como investigadores, em algo tão humano e tão básico como a busca pelo conhecimento, naquilo que muitas vezes é a sua essência: conclusões abertas, imperfeitas, para questões que nos fizeram explorar e pensar.

1.4 Contextualização

1.4.1 Geográfica

A República da Turquia compreende a quase totalidade da Península da Anatólia que corresponde a 97% do território turco, e a Trácia ocidental, equivalente a 3% do território. Tem uma extensão territorial de 769.632 Km², a 38ª maior do Mundo, faz fronteira com oito Estados (Arménia, Azerbaijão, Bulgária, Geórgia, Grécia, Irão, Iraque e Síria) e tem uma extensão costeira de 7.200 Km, entre os três mares envolventes, Mar Negro, Mar Egeu e Mar Mediterrâneo, dispondo de vários portos (CIA, 2021).

Geograficamente, a Turquia é uma nação que interliga o continente asiático com o europeu, controla a importante ligação marítima entre o Mar Negro e o Mar Egeu, através dos estreitos de

Bósforo e Dardanelos e, por fim, faz fronteira com o Cáucaso. Esta localização imprime ao contexto geográfico da Turquia uma identidade muito particular (CIA, 2021). A pertença geográfica da Turquia à Europa, à Ásia, ao Médio Oriente, ao Cáucaso, ao Mar Negro, ao Mar Mediterrânico, ao Mar Egeu e ao Mar de Marma, unida com a sua rica herança histórica, “tem significativas implicações económicas, políticas, estratégicas e culturais” (Fernandes J. P., 2005, pp. 47-48).

A convenção de *Montreux*, que garante o controlo da circulação marítima realizada por ambos os estreitos da Turquia, o Estreito de Bósforo e o Estreito de Dardanelos, faz recair sobre a sua esfera de influencia direta o interesse de diversos atores. Estes estreitos são hoje um dos pontos marítimos mais movimentados do planeta, de onde dependem importantes rotas militares² e comerciais. “Diariamente, milhares de toneladas de barris de petróleo e gás natural liquefeito atravessam o estreito (...) maioritariamente provenientes da Rússia e do Mar Cáspio” (Queiróz & Rosado, 2020, pp. 66-67). Não só a utilização dos Estreitos é importante pela sua navegabilidade marítima, mas também, a partir de 2019, o Estreito de Bósforo passa a ter uma ligação entre a Ásia e a Europa por via ferroviária, através do túnel submarino *Marmaray*, sobre o Bósforo, sendo este parte fulcral da “*Nova Rota da Seda*” criada pela China. A Turquia é então um dos atores-chave, que garante a ligação dos principais produtores de recursos energéticos, nomeadamente, petróleo e gás natural, e os seus principais mercados na Europa (Queiróz & Rosado, 2020).

Atualmente, a Turquia é a 18ª nação mais populosa do mundo, com cerca de 83 milhões de habitantes com uma taxa de literacia de 96.7%. Dependendo da fonte utilizada, é estimado que 70 a 75% da população é composta por etnia turca, 19% por etnia curda³ e 7% a 12% pelas restantes minorias. A população concentra-se maioritariamente nas principais cidades, 76.6%, e ao longo da costa do Mar Egeu. A maior cidade turca é Istambul, no Bósforo. Nesta reside cerca de 20% da população, seguida da Capital, Ancara, no centro da península de Anatólia, sendo os restantes territórios do interior, em comparação, menos populosos (CIA, 2021).

² A importância desta ponte marítima em termos militares é especialmente salientada pela necessidade imperativa de utilização destes estreitos por parte da Rússia, como única forma de efetuar conexão entre as diferentes frotas militares que dispõe.

³ “O Estado turco é frequentemente mal compreendido por aqueles que não percebem que, ser turco, não é um marcador de etnia, mas um compromisso de pertencer a uma nação “imaginada” de turcos em que todos são supostamente iguais. Como as únicas minorias historicamente reconhecidas pelo Estado otomano eram não muçulmanas, os curdos - como muçulmanos e cidadãos da República Turca - são considerados tão turcos quanto qualquer turco de sangue puro. O reconhecimento pela União Europeia de uma minoria curda é, portanto, incompreensível para muitos turcos” (Finkel, 2007, p. 550) - tradução do autor-.

A economia turca é considerada a 11^a maior economia do mundo, e está concentrada principalmente nos sectores dos serviços e indústria, sendo a indústria automóvel, petroquímica e eletrónica as principais, tendo recentemente ultrapassando a tradicional indústria têxtil, menos especializada. No entanto, o setor agrícola ainda representa 25% da mão-de-obra do país, embora com um muito menor peso do seu PIB (*ibidem*).

A República Turca, embora seja um Estado laico, tem uma matriz cultural fortemente ligada ao islamismo. Esta identidade tem assumido uma forte presença na vida social e política da Nação. Sendo a população turca fortemente devota, a Nação é repetidamente elogiada enquanto lar de uma grande diversidade religiosa, integrada na sociedade. Apesar de esta diversidade, na sua esmagadora maioria, (99%), a população reparte-se pelos diversos ramos da religião muçulmana (Sunitas, Alevis, Xiitas, Bektashi, Malawis, Nakxibendis, Tahtajis); as restantes minorias religiosas não-muçulmanas (Cristãos Ortodoxos e Judeus) presentes na sociedade correspondem a menos de 1% da população (Fernandes J. P., 2005).

1.4.2 Histórica

Por volta do ano 1300, o povo otomano é apenas um dos vários grupos tribais vindos da atual zona do Turquemenistão e da Ásia Central que disputavam o controlo da península da Anatólia, então predominantemente cristã (Finkel, 2007).

O Império atinge o seu auge, em termos de poder e riqueza, no século XVI, com a conquista de importantes terras árabes em 1517, época em que se dá por finalizado o período de expansão do Império Otomano. Desde então, o império manteve-se continuamente envolvido em diversos conflitos e guerras que lhe permitiram uma relativa manutenção do seu estatuto imperial (Inalcik, 2013).

O declínio do Império Otomano decorre entre os séculos XVIII e XIX, não sendo possível identificar um início preciso, derivado de um único evento, mas nestes séculos é notória uma tendência negativa. O Império Otomano perde territórios, e observa-se uma instabilidade e decadência do tecido social. Esta progressiva decadência reflete a falta de capacidade do Imperio

Otomano de proteger os seus interesses com outros Estados europeus, e muito particularmente com o então pulsante Império Russo⁴ (Mansel, 2011).

Até então o Império Otomano fora uma comunidade heterogénea, onde na mesma nação coexistiam múltiplas etnias⁵ e religiões que se relacionavam sobre a premissa da tradição e dos interesses mútuos de forma relativamente estável, e embora ainda com a capacidade militar de isoladamente manter a estabilidade dentro do seu território nacional, lidando com as suas rebeliões civis. O Império Otomano deixa de o conseguir fazer, quando estas rebeliões passam a ser apoiadas por outras potências europeias com interesses nacionais próprios (Yasamee, 2011).

Durante os séculos XIX e XX, os recém-criados movimentos nacionalistas e imperialistas, dentro do território otomano, que até então eram alheios e praticamente inexistentes, passam a assumir um papel preponderante e despoletam diversas rebeliões, cada vez mais violentas (Hale, 2013).

Hale discrimina as três principais ameaças territoriais que colocam, neste período, a soberania otomana em colisão com os interesses externos das potências europeias. Nos Balcãs, correntes nacionalistas apoiadas principalmente pela Rússia ameaçam o Império; o estreito de Bósforo e Dardanelos está sob ameaça por parte da Rússia que visa garantir acesso ao Mediterrâneo ao Norte de África e parte do Médio Oriente; a França e a Grã-Bretanha que demonstram interesses imperialistas por alguns dos seus territórios (Hale, 2013).

A gestão dos interesses dos diversos atores, através da aplicação de *soft power*, recorrendo de forma astuta à diplomacia e aos jogos políticos vai equilibrando a balança através da competição mutuamente exclusiva entre as potências europeias sobre os destinos do império otomano. Estes são usados para tentar garantir que, embora de uma forma relativamente precária, o *status quo* fosse mantido, garantindo a sobrevivência do império mesmo sem o garante do poder direto (*ibidem*).

O Império Otomano é nesta altura capaz de subsistir através da cuidada gestão diplomática da disputa de interesses opostos das potências europeias sobre os seus próprios assuntos, estabelecendo diversos acordos e alianças com as mais diversas potências europeias. No entanto, estes acordos diplomáticos, que garantiam a sobrevivência, estavam também associados a

⁴ “A história desse período mostra inequivocamente que o Império Russo foi a principal ameaça militar ao Império Otomano – o “homem doente da Europa” - na memorável frase atribuída ao czar Nicolau I nas vésperas da Guerra da Crimeia (1853-1856)” (Fernandes & Rodrigues, 2020, p. 107) – Tradução do autor-.

⁵ Turcos, árabes, curdos, eslavos, albaneses.

compromissos diretos dos seus próprios interesses, muitas vezes deixando o Estado otomano à mercê dos seus próprios ‘aliados’ (Hale, 2013).

Perante este contexto externo, a emergência da Alemanha, no final do Século XIX, como uma nova potência a disputar o espaço de atuação Europeu, foi tida pelo império otomano como uma oportunidade de diluir a dependência do império britânico. Ao mesmo tempo, mantendo a segurança relativamente ao Império Russo, os Otomanos aproximam-se do novo ator, a Alemanha, através de diversos acordos comerciais. Esta relação cada vez mais estreita de interesses mútuos, atinge o seu pico com o início da 1ª Guerra Mundial, e conduzirá à completa destruição do Império Otomano (Hale, 2013; Yorulmaz, 2014).

O aumento da força dos movimentos nacionalistas nas Balcãs, apoiados pela Rússia, aumentam as tensões militares e políticas, levando ao deflagrar da primeira e segunda guerra balcânica, entre 1912 e 1913, com repercussões sentidas por toda a Europa, iniciando uma escalada de tensão militar que despoletou a 1ª Guerra Mundial, em 1914, que opôs a *Tríplice Entente* formada principalmente pelo Império Britânico, França e Rússia, aos *Impérios Centrais*, Alemanha, Império Austro-húngaro, Império Otomano (*ibidem*).

Este conflito acaba por levar o Império Otomano a aliar-se ao lado dos *Impérios Centrais*, apoiado pela Alemanha, mesmo não tendo uma força equiparável à dos principais intervenientes. Esta decisão, que assumiu uma direção contrária ao espírito, de balança diplomática característico da política externa otomana até então -que minimizava os danos sofridos evitando ao máximo conflitos diretos com potências europeias a menos que envolvessem partes dos seus territórios- provaria ser um erro aquando da derrota completa dos Impérios Centrais e com ela a subsequente divisão dos territórios otomanos pelas forças europeias vencedoras (*ibidem*).

A derrota dos *Impérios Centrais* e consequente colapso do Império Otomano dá aos aliados o direito de ocupar qualquer ponto estratégico otomano. A 13 de novembro de 1918, os aliados ocupam Istambul, dividindo os seus distritos pela Grã-Bretanha, França e Itália, seguindo-se a ocupação por parte dos aliados de grande parte da Anatólia (Finkel, 2007).

Em 1920 é então assinado o tratado de *Sèvres*, que pretende formalizar a dissolvência dos territórios habitados maioritariamente por etnia não turca, e que reduz o então Império Otomano a parte da península da Anatólia, dividindo os restantes centros políticos e económicos, do então defunto império pelas potências vencedoras (*ibidem*).

No entanto, devido ao desgaste de todas as potências intervenientes com os esforços de guerra e com o aumento da resistência dos movimentos nacionalistas turcos, entre 1920 e 1922, liderados pelo herói de guerra e oficial de grande patente, Mustafá Kemal Atatürk, o tratado de *Sèvres* não se mantém e, a 24 de julho de 1923, fruto de duras negociações, o tratado de Lausanne é assinado. Neste, as principais fronteiras são delimitadas, estabelecendo assim a República da Turquia, liderada por Mustafá Kemal Atatürk, *o pai dos turcos (ibidem)*.

As derrotas sofridas e a subsequente interpretação dos acontecimentos, que moldaram o lento declínio do Império, levam a importantes resoluções nacionais que reformulariam o pós-império otomano de uma forma marcante. Embora a gestão diplomática do declínio evidente do império, na sua maior parte, tenha sido considerada eficiente, tendo em conta a posição precária que se encontrava, solidifica-se a ideia, na nova República, que a utilização da diplomacia e do *soft power* não seriam suficientes para garantir a sua sobrevivência, caso a nação não estivesse apoiada pela coesão social e *hard power* em quantidade e intensidade capazes de garantir a prevalência dos seus interesses em detrimento dos interesses das potências externas (Hale, 2013).

Assim, com o fim da era otomana, os sentimentos que condicionariam o desenrolar dos acontecimentos futuros e que moldaram a identidade da elite política turca que estiveram na base da criação da filosofia kemalista teve muito presente as resoluções extrapoladas pelo declínio do império otomano. Hale sintetiza as duas principais resoluções que ficaram solidamente embutidas na recém-criada República da Turquia, como herança do passado:

Primeiramente, o futuro Estado turco teria de reconhecer uma fronteira territorial compacta que de forma prática tivesse a capacidade de manter e defender, esquecendo assim as antigas fronteiras do Império. A Turquia passou então a focar-se apenas nos seus territórios maioritariamente habitados por população de etnia turca e muçulmana. De certo modo, isolando-se dos acontecimentos externos a esses territórios no Médio Oriente, deixava para trás quase por completo a antiga área de influência otomana (*ibidem*).

Segundo, as experiências do século XIX imprimiram uma grande desconfiança por expressões religiosas e/ou étnicas por parte das minorias em territórios turcos, dado que no passado esses pontos de divergência haviam sido inflamados e servido de fachadas por potências externas para mascarar as suas próprias aspirações imperialistas e dividir o império (*ibidem*).

Uma vez ultrapassada a fase crítica embrionária para a República da Turquia, marcada pela assinatura do Tratado de Lausanne, em 1923, e que garantiu um nível de relativa segurança e

estabilidade externas, o país pôde focar-se na necessária tarefa da completa reestruturação do Estado turco. Nasce então uma nova identidade, diferente da otomana, moderna e sólida, a identidade turca.

Em outras circunstâncias, os eventos marcantes da queda do Império Otomano poderiam ter causado uma reação de afastamento do resto do mundo, no entanto este não foi o caso da recém-formada República da Turquia, em grande medida porque a elite política e intelectual da nação, colocada na posição de chefia, reconhecia a atração que o modelo de Nação-Estado ocidental apresentava, como sendo uma resposta prática para a necessidade de reconstrução e modernização da nação turca, em termos políticos, económicos e culturais. Assim, embora existisse uma maioria, fora das elites, que teria uma preferência por uma cultura tradicional, mais conservadora, próxima dos valores islâmicos, estes seriam afastados politicamente ao serem confrontados com a importância dos modelos ocidentais a serem aplicados na reestruturação da República (Hale, 2013).

Este processo de modernização e revolução assumiu-se como a base para a filosofia kemalista, que moldou profundamente a República da Turquia e que formou o principal contexto histórico que esteve na origem de grande parte da política turca moderna e na definição da identidade do país no sistema internacional.

1.5 Enquadramento Epistemológico-Teórico

Na área das RI existem várias teorias e modelos interpretativos. Enquanto investigadores, há a necessidade de optar no nosso estudo, por uma dessas teorias, não obstante, mantendo-nos recetivos às ferramentas, igualmente válidas, disponibilizadas por todas as restantes teorias. Esta dissertação segue a perspetiva das RI, definida pelo Realismo Neoclássico (RN) e faz uso mais prático dos modelos de análise de Kitchen e Schweller, para chegar às nossas conclusões.

O RN tenta explicar e antecipar fenómenos que vão desde crises e comportamentos de curto prazo dos atores internacionais, políticas externa, padrões dos ajustes estratégicos de Estados individuais e até mesmo a previsão dos padrões principais que o sistema internacional irá tomar a longo prazo. A perspetiva do RN, defende o Estado como principal ator das RI, mas condicionado não apenas por fatores estruturais externos, mas também pelo contexto interno (Ripsman, Taliaferro, & Lobell, 2016).

1.5.1 Base do Realismo

Com o final da Guerra Fria, muitos especialistas na área das RI, proclamavam que o mundo, tal como o conhecíamos, estava gradualmente a tornar-se mais pacífico, fruto da globalização das economias mundiais que interligavam e aproximavam cada vez mais os diferentes Estados. O crescente aumento dos índices de desenvolvimento humano, e expansão dos processos de democratização, segundo estas teorias, acabaria por dissipar a necessidade da guerra, visto que esta era incompatível entre Estados democráticos. Esta situação culminaria com o ‘o fim da História’, abrindo as portas para uma nova era onde as instituições internacionais seriam capazes de guiar, através da lei, as possíveis disputas no pacto internacional (Mearsheimer, 2013).

No entanto, com o rescaldo do atentado terrorista do 11 de setembro 2001, o desastre estratégico da guerra do Iraque e a percepção de que a ideologia política de nacionalismo se mantém tão ou mais presente na era global (mesmo na Europa ocidental onde a integração económica atingiu níveis sem precedentes), levou à diluição, ou completa liquidação, do otimismo dos anos 90 reabrindo a porta para a visão Realista do mundo. Este apresenta-se como um local perigoso, em que o nível de ameaças varia de local para local, onde os Estados se preocupam com a sua sobrevivência e segurança individual (*ibidem*).

As correntes Realistas são marcadas pela crença fundamental de que o Poder é a principal variável das RI e que a política internacional deve de ser entendida como sinónimo de Política de Poder. Segundo a perspetiva realista, o relacionamento dos atores internacionais, implica, para ser inteligível, ser um estudo baseado na análise da balança de poder e competição entre os Estados, num sistema internacional, por vezes anárquico, onde colidem interesses antagónicos (Cox, 1997).

As primeiras versões do Realismo, como teoria base para as RI do Século XX, foi marcada pela estrutura internacional da época que era constituída por Nações Estado, onde algumas destas eram também impérios. Esta estrutura tivera um grande peso para a forma como o realismo vê e interpreta o mundo, assumindo uma forma mais individualista dos Estados. Assim, organizações internacionais e alianças no mundo da política, como a Organização Nações Unidas (ONU), NATO, entre outras segundo o *framework* das teorias realistas clássicas são percebidas segundo uma visão particular das relações de poder entre os Estados, segundo uma abordagem histórica do mundo. No realismo clássico, o poder político passa a ser o fator determinante e o estudo das

grandes potências, das suas alianças e separações, das consequências das guerras e da emergência de novos Estados poderosos são a base para a compreensão RI (*ibidem*).

O Realismo, como uma das teorias mais conhecidas e disputadas da disciplina de RI, apesar de criticada duramente ao ponto de a considerarem como um ‘paradigma degenerativo’ ultrapassado, provou ser resiliente à sua sentença, através de novos argumentos teóricos e de mutações evolutivas da sua linha de pensamento. Atualmente, mantém-se como uma das principais teorias de RI (Mendes P. E., 2019).

Mendes, considera que a visão Realista atual admite a existência de múltiplas correntes, que partilham pelo menos os seguintes quatro imperativos: o *grupismo*, *egoísmo*, a *anarquia* e a *política de poder*. Conclui que:

[...] Realismo é, na sua essência, uma teoria estrutural sobre a dinâmica competitiva de distribuição de capacidades materiais de poder dentro de um sistema anárquico. Neste sistema, os Estados agem e reagem de forma contínua numa lógica de concentração e de contra concentração de Poder e, deste modo, preservam ou tentam alterar uma determinada ordem internacional [...] (Mendes P. E., 2019, p. 97)

1.5.2 Neorrealismo

Uma das principais mutações do Realismo deveu-se a formação dos postulados teóricos do Neorrealismo. Também conhecido como Realismo Estrutural, expressão introduzida pela primeira vez por Kenneth Waltz. Esta perspetiva teórica atribui à busca pelo Poder um caráter de necessidade, motivado pela busca pela garantia de sobrevivência do Estado, perante a distribuição e estrutura de poder e recursos no contexto do sistema internacional entendido como um todo interligado. Esta visão contrariava o que fora postulado pelo Realismo Clássico, em que a busca pelo Poder era baseada na própria condição humana (Mearsheimer, 2013; Waltz, 1979). No entanto, o Neorrealismo não opera um corte epistemológico radical com o Realismo Clássico, mas apresenta-se como uma extensão/continuidade de muitas das principais características deste.

O Neorrealismo manteve a perspetiva centrada no Estado, a visão racional das escolhas e comportamentos deste, bem como a separação entre esfera interna e esfera externa, baseada num sistema de princípios políticos não assentes na moral e na ética, mas antes no interesse nacional. No entanto, afasta-se da visão clássica, ao abordar o sistema internacional numa perspetiva

estrutural onde os Estados não são considerados isoladamente, mas antes numa perspetiva holística, num sistema global, sendo o próprio sistema global o fator condicionante das ações dos Estados no palco internacional (Santos, 2014).

O Neorrealismo parte da premissa de que a comunidade internacional e o seu ordenamento é um sistema hierarquizado, embora algo anárquico, pois os diversos atores são dotados de autonomia e, como tal, capazes de adaptar as suas políticas consoante as diferentes dinâmicas estruturais, e assim orientar as suas ações consoante o próprio interesse nacional através das múltiplas aplicações do poder de que dispõem, e dando uma notória prevalência aos seus interesses próprios de curto prazo em detrimento de comportamentos de cooperação a longo prazo. Nesta perspetiva, a lógica das decisões e estratégias políticas baseiam-se na análise racional entre o custo/benefício, sendo a sobrevivência do Estado a sua principal finalidade. Assim, cada Estado considera todos os restantes dentro do sistema anárquico internacional, como possíveis opositores à segurança nacional, forçando desta forma a necessidade de recorrer a uma balança de poder positiva para a sua própria salvaguarda (*ibidem*).

1.5.3 Realismo Neoclássico

O RN surge no contexto pós-Guerra Fria, época de radical mudança do paradigma internacional. Esta teoria procura transpor as limitações do Neorrealismo, que, dada a sua excessiva tónica colocada na estrutura do Sistema Internacional, oferecia pouco espaço para outros fatores de análise das RI. Perante a inoperacionalidade concetual imposta pelas limitações do Neorrealismo no contexto internacional do pós-Guerra Fria, dá-se a formalização do RN, a partir de uma síntese de elementos teóricos herdados do Neorrealismo com outros retirados do Realismo Clássico. A principal inovação desta perspetiva híbrida das duas teorias foi a relevância atribuída, na análise das RI, aos parâmetros internos como importantes fatores explicativos (Mendes P. E., 2019).

O RN combina e valoriza os elementos decisivos das RI postos em relevo quer pelo Realismo Clássico, quer pelo Neorrealismo. No entanto, o RN não se limita a ser uma súmula dessas duas teorias, pois perspetiva as RI, de um modo específico e original: não defende a separação da esfera da política interna da esfera da política externa, como o Realismo Clássico, nem a visão algo limitada do Neorrealismo focado apenas nos fatores estruturais do sistema internacional (*ibidem*).

Como em outras variações do Realismo, o RN entende a política enquanto constante competição entre diferentes Estados em busca de poder material e segurança, num mundo de recursos escassos e de incerteza, em que forças sistêmicas incentivam a competição entre os Estados, que, num meio com estas características, buscam naturalmente, a sua própria segurança. A importância do Poder relativo entre os Estados ainda mantém para o RN o mesmo valor prático que Tucídides⁶ formulou ao afirmar que “os fortes fazem o que têm poder para fazer e os fracos aceitam o que têm de aceitar” (Rose, 1998, p. 146)⁷.

No entanto Gideon Rose, o primeiro autor que cunhou o nome de Realismo Neoclássico, em 1988, na sua obra, *Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy*, defende que, mesmo sendo o Poder a base das RI, não existe uma forma de colocar em prática todo o Poder de um Estado de uma forma imediata ou perfeita. Os comportamentos dos Estados não podem ser avaliados unicamente através do Poder, pois os comportamentos coletivos ou de um Estado são também moldados por agentes individuais, pelos líderes, ou elites que agem sujeitos às suas condicionantes humanas, características do foro individual, nomeadamente, personalidade e características psicológicas (Rose, 1998).

A visão Neorrealista de Gideon Rose ao realçar o fator humano, nas RI, e conferir aos agentes de poder, singularmente considerados, um papel também determinante na História, e nas RI, é bastante original no contexto da historiografia e ciências sociais modernas, que normalmente não tomam em linha de conta fatores, como a psicologia individual, a que davam tanta importância os historiadores do século XIX. Isto implica que a própria percepção dos Estados deixa de ser neutra, e que a interpretação do contexto internacional e das diferentes balanças de Poder e diferentes interesses nacionais, tanto do próprio como dos restantes Estados, estão também condicionadas pela condição individual dos agentes que servem de ponto de ligação entre o Poder e a atuação dos Estados (*ibidem*).

Para o RN, a anarquia do sistema internacional, ou seja, a não existência de uma entidade suprema, capaz de delinear e condicionar a forma como as relações dos diferentes atores do palco internacional são estabelecidas, confere aos Estados uma maior permissividade de atuação. Esta

⁶ Tucídides, Historiador Grego do século V a.C. que descreveu a Guerra do Peloponeso entre Esparta e Atenas e que é considerado um dos primeiros Realistas Clássicos, que os estudos ainda hoje são importantes (Lebow, 2013).

⁷ Tradução do autor.

visão também explorada por autores consagrados dentro do Realismo Clássico, atribui aos Estados uma maior amplitude de opções relativamente aos seus interesses securitários a curto prazo. Na perspectiva neorrealista, pelo contrário, a distribuição de poder é um parâmetro prioritário para a definição dos interesses securitários de um Estado. Na perspectiva RN a distribuição do poder, pelo contrário, é um fator com menor preponderância para a atuação dos Estados a curto prazo, visto que a distribuição relativa de poder apenas condiciona os parâmetros gerais da macro estratégia (Lobell, Ripsman, & Taliaferro, 2009).

Esta característica é atribuída à dificuldade em identificar objetivamente o Poder efetivo, e os interesses dos diferentes atores. Esta dificuldade associada ao grau variável de capacidade de cálculo e percepção dos líderes políticos de um Estado, individualmente considerados, muitas vezes inibem a capacidade de um Estado reagir adequada e eficientemente, às constantes alterações do ambiente externo (*ibidem*).

As limitações de cálculo e de percepção são consideradas pelo RN como fatores condicionantes do comportamento dos líderes políticos que, invariavelmente, deparam-se, nas decisões a tomar, com dois domínios separados- e que por vezes contrários – na hora de tomar decisões, e implementar uma estratégia a seguir: objetivos e oportunidades de política externa, e interesses de política interna do Estado (*ibidem*).

Os líderes políticos necessitam de manter o apoio interno de forma a serem capazes de extrair e mobilizar os recursos da sociedade doméstica e suas instituições, de forma a manter o suporte dos principais grupos de influência da nação. Disto resulta que, muitas vezes, para garantir a estabilidade, o apoio, ou objetivos a curto prazo de nível interno, os líderes políticos tomam medidas menos que ótimas para os interesses macro estratégicos da nação (*ibidem*).

Para a análise de um Estado, de acordo com Schweller (*apud* Stranger, 2012), como resposta construtiva, ao que considera serem limitações da teoria do neorrealismo, acrescenta-lhe quatro principais variáveis referentes ao ambiente interno de uma nação e que têm um elevado impacto na condução da sua política externa.

Estas quatro variáveis domésticas são: (1) *Consenso entre as elites*; (2) *Coesão entre as elites*; (3) *Coesão social*; (4) *Vulnerabilidade do regime/Governo*. Para a análise de um Estado, de acordo com Schweller, e segundo o RN, é importante explorar para além do seu ambiente sistémico internacional, também a “*intenção*” pessoal dos atores decisórios e a “*capacidade*” dos mesmos atores de o fazer tendo em conta as repercussões sobre a política interna. As duas primeiras

variáveis, (1) (2) *Consenso/ Coesão entre as elites*, são as variáveis que medem primariamente a “*intenção*” de agir do Estado; e a duas últimas (3), (4), *Coesão social e Vulnerabilidade do regime/Governo*, as variáveis determinantes na “*capacidade*” de agir do Estado (Stranger, 2012).

Estes quatro elementos dependentes do contexto doméstico do Estado acabam por atuar como um género de filtro dos processos de análise e decisão em matéria de política externa. Os atores responsáveis pelas tomadas de decisão dentro da estrutura do Estado encontram-se assim dependentes, numa primeira instância, da sua capacidade de mobilizar recursos doméstico em torno das decisões a tomar. Segundo o RN, não só os fatores estruturais do sistema internacional são importantes para a compreensão de reações díspares entre os Estados relativamente a pressões e oportunidades sistémicas, mas também os contextos domésticos onde se encontram os vários atores (Schweller, 2004).

O *Consenso entre as Elites* reconhece que, quer em matéria de política internacional ou doméstica, a tomada de decisão não é feita no quadro das instituições estatais, mas antes pelos seus agentes individuais (Lamborn, 1997). A tomada de decisão depende do grau de subjetividade inerente à condição humana dos seus atores e só é em parte determinada por factos objetivos, prevalecendo no processo decisório, as experiências e preferências dos seus agentes. Ou seja, as decisões são formuladas, ou não, tendo em conta os consensos atingidos nas negociações entre os diferentes indivíduos com poder de decisão, baseados nas suas perspetivas individuais (Schweller, 2006).

A *Coesão entre as Elites* designa o grau de união em torno da liderança do Governo central; ou seja, o grau de polarização da elite governamental, que poderá ser fraca como resultado de uma divisão ideológica, cultural, religiosa, de interesses burocráticos, entre outros fatores. Desta forma se em torno da liderança do Governo existirem divisões internas, o Estado terá menos capacidade para empregar os seus recursos humanos e políticos em torno das suas decisões, podendo isso constituir um fator de mudança na decisão (*ibidem*).

Vulnerabilidade do Regime/Governo é uma variável que aborda o nível de segurança e estabilidade de um regime político. Trata-se de uma variável que “avalia a probabilidade da liderança ser retirada ao titulares dos cargos políticos” (Schweller, 2006, p. 49)⁸ nomeadamente por partidos da oposição, forças armadas, ou outros grupos poderosos na sociedade. Neste caso,

⁸ Tradução do autor.

líderes especialmente vulneráveis não têm a capacidade de operar dentro do sistema internacional de forma livre, por estarem constrangidos pelas repercussões que as suas ações terão na manutenção do seu próprio Governo/regime (Hagan, 1989).

Coesão social é uma variável que avalia o nível de legitimidade que a população atribui às suas instituições governativas. Isto não implica, no entanto que numa nação com um elevado nível de coesão social não possam existir conflitos em torno de vários tópicos, e interesses divergentes de classes, desigualdades económicas e sociais, animosidades étnicas, normativos entre outras. Dentro deste contexto, nações com uma elevada coesão social, quando confrontadas com ameaças ou perceção de ameaça externas ou internas, que coloquem em causa a estrutura social que consideram legítima, criam uma união social, apoiada mesmo por parte de cidadãos insatisfeitos que colocam de parte a discórdia política e a possível frustração com os seus governos, de modo a proteger a estrutura e coesão da sociedade (Schweller, 2006).

Kitchen, por outro lado, olha para a estrutura mais macro do palco doméstico e apresenta três hipotéticos cenários, sobre a forma como os Estados organizam a sua política externa em resposta ao sistema doméstico e internacional envolvente (Kitchen, 2010). Os três cenários onde os interesses domésticos de um Estado podem prevalecer em detrimento dos seus interesses estratégicos no ambiente internacional são:

Estados muito poderosos, com capacidades materiais suficientes e integridade territorial e ambientes domésticos seguros, são mais propensos a prosseguir uma política externa baseada em ideais. Neste caso, Estados em posições de poder no sistema internacional vêm as escolhas da sua formalização de política externa segundo uma ótica, não apenas definida pelas suas necessidades no contexto global, mas também através de objetivos ideológicos que se tornam um fim em si próprios para a definição do eixo estratégico da nação (*ibidem*).

Estados altamente institucionalizados, em torno de ideais e valores altamente presentes na estrutura do Estado ou culturalmente interiorizados pelos seus agentes, adotam tendencialmente uma política externa consistente e partilhada por toda a elite decisória. As estratégias políticas, neste caso, dada a sua menor capacidade de mudança, filtram e limitam opções que não estejam alinhados com a cultura política da nação, independentemente dos seus interesses geopolíticos (*ibidem*).

Estados centralizados, segundo Kitchen, são Estados onde o poder de decisão encontra-se altamente concentrado num grupo restrito de atores. Neste caso, a política externa é adotada

maioritariamente em função das decisões e motivações individuais de determinados agentes políticos, deixando de depender de processos de argumentação e negociação internos, o que resulta numa política externa mais imprevisível e dependente geralmente de ganhos pessoais (*ibidem*).

Assim, embora a estrutura do sistema internacional seja capaz de condicionar a longo prazo a resposta dos Estados, de uma forma mais estrutural e adequada às forças e oportunidades do sistema, conforme é teorizado pelo neorrealismo, a curto prazo, estas condições, não são suficientes para explicar as escolhas políticas dos Estados, que dependem também do ambiente interno para a mobilização e tomada de decisão. Deste dilema, frequentemente resultam consequências dramáticas e totalmente díspares, tanto para a segurança e reação a eventos sistêmicos, refletindo-se posteriormente no sistema internacional (Lobell, Ripsman, & Taliaferro, 2009).

1.6 Enquadramento Conceptual

1.6.1 Kemalismo

O Kemalismo é uma das mais importantes identidades e forças políticas e ideológicas que moldaram a sociedade turca. Não é possível compreender a própria identidade turca, nem mesmo avaliar uma eventual era Pós-kemalista, sem um conhecimento desta ideologia tanto como guia da atual sociedade turca, ou eventualmente como algo herdado do passado que alguns sectores na atual República turca procuram ultrapassar (Reynolds, 2012).

Os princípios do Kemalismo, também conhecido como Ataturquismo, são a súpula das ações, pensamentos, discursos e projetos formados por Mustafá Kemal Atatürk e seu Governo durante a formação da República Turca e o período de reforma estatal, após a queda do Império Otomano. O Kemalismo foi fortemente influenciado pelos ideais da revolução francesa, onde através de uma atuação *top-down*, pretendeu criar a partir das cinzas do Império Otomano um Estado-nação turco, secular, moderno, democrático, com poder suficiente para conservar a sua independência das potências imperialistas europeias e ao mesmo tempo transformar a sociedade segundo o modelo da sociedade ocidental (Ágoston & Masters, 2009; Izmaylov, Fakhrutdinov, & Galimzyanova, 2017).

O Kemalismo surgiu no seguimento do espírito das reformas que remontavam séculos antes da formação da República da Turquia. Na sua génese, foi a continuação de um processo iniciado e progressivamente apurado por diversos movimentos e reformas, nomeadamente o Tanzimat, os

Jovens Otomanos e posteriormente continuadas pelos Jovens Turcos (Izmaylov, Fakhrutdinov, & Galimzyanova, 2017).

Estas reformas foram ganhando intensidade no espaço público na tentativa de modernização da nação. Com o nascimento da República da Turquia, este movimento reformador culminou na criação do Kemalismo que se assumiu como ideologia aglomerante do espírito das reformas aplicadas. Estas foram definidas formalmente ainda em 1931, pelo 3º congresso do Partido Republicano do Povo (CHP), definindo-se seis ideais denominados como as *seis setas* (*Alti Ok*) que guiariam o progresso da República Turca. As *seis setas* aspiravam manter o legado e o espírito das reformas de Kemal Atatürk mesmo após a sua morte. Estes seis princípios acabariam por se tornar parte integral da doutrina oficial da República da Turquia, sendo inscritos no artigo 2º da Constituição em 1937. Os seis princípios basilares estiveram desde então no coração das políticas interna e externa da República Turca, nas oito décadas que se seguiram, bem como na própria estrutura social da Turquia (*ibidem*).

As *seis setas* passaram então a ser definidas como o Republicanismo, o Nacionalismo, o Populismo, o Revolucionismo, o Secularismo e Estatismo e, desde 1923, constituíram as bases para a maioria dos programas desenvolvidos por Kemal Atatürk e posteriormente pelos seus sucessores.

Os quatro primeiros princípios (Republicanismo, Nacionalismo, Populismo e Revolucionismo) refletem a base ideológica para a reestruturação política, e os últimos dois (Secularismo e Estatismo) os pilares filosóficos em que assentavam as reformas (Dewdney & Yapp, 2021).

O *Republicanismo* consiste na substituição do antigo regime otomano de sultanato, por um regime republicano, e de toda a estrutura social herdada do regime anterior. A abolição do sultanato, califado e classe governante abriu espaço para a República onde a soberania pertencia à nação e residia no povo (Shaw & Shaw, 2005).

O *Nacionalismo* turco assentava na criação de uma nova identidade nacional baseada na união dos cidadãos turcos pela língua, cultura e ideais. Este sentimento nacionalista, que substituiria o anterior multicultural Estado Otomano por uma forte identidade turca, fora fortemente impulsionado pelas transferências populacionais causadas na Península da Anatólia após a Primeira Guerra Mundial (Hale, 2013).

Nos censos de 1927, 97,3% da população declarou-se muçulmana turca. A República era, pois, extremamente homogênea em termos étnicos e culturais, e, como tal, propícia a um

sentimento nacionalista poderoso que unia a sociedade turca e apoiava o seu completo renascimento (Shaw & Shaw, 2005). Neste ponto, pode ser feita uma referência ao genocídio dos Arménios – conceito muito específico de eliminação total e absoluta de um povo ou de uma etnia por parte de um outro – perpetrado em 1915, e que até hoje a República Turca recusa admitir, embora já tenha sido legitimado por vários Parlamentos. Este espírito nacionalista turco, embora intenso a nível interno, era encarado de uma forma mais contida e ponderada a nível externo.

O espírito nacionalista turco não pretendia impor-se perante o contexto internacional como uma entidade superior, mas sim limitar-se à criação de um orgulho próprio capaz de unir a República através de um ideal, uma identidade, sentimento este presente nos próprios discursos de Atatürk que especificou “Somos chamados de nacionalistas. Mas somos tão nacionalistas que respeitamos todas as nações que cooperam connosco. Reconhecemos todos os seus requisitos nacionais. O nosso nacionalismo não é um nacionalismo egoísta e arrogante” (Ataturk Society of America, 2015, 9.º parágrafo)⁹.

O *Populismo*, intimamente ligado ao *Nacionalismo* turco, é o terceiro alicerce do Kemalismo. Agindo como corolário do *Republicanismo*, reforça a diretiva de que a soberania da República da Turquia residia no povo e não na classe governante. A Assembleia seria assim uma representação do Povo e cada cidadão seria tratado por igual independentemente da sua classe ou nível social, religião, raça, ocupação ou origem. A Constituição de 1924 especificava que “Os povos da Turquia, independentemente da religião ou raça, são turcos no que diz respeito à cidadania” -Artigo 88º da Constituição da República Turca-. “Todos os turcos são iguais perante a lei e espera-se que a cumpram conscienciosamente. Todo o tipo de grupo, classe, família e privilégios especiais individuais são abolidos e proibidos” -Artigo 69º da Constituição da República Turca- (Shaw & Shaw, 2005, p. 378)¹⁰.

Os *milletler*¹¹, embora ainda existissem na estrutura social, com total liberdade, passariam obrigatoriamente a ter de garantir que todas as crianças teriam de receber uma educação elementar

⁹ Tradução do autor.

¹⁰ Tradução do autor.

¹¹ *Milletler* eram de forma geral uma instituição governamental oficial otomana criada com o intuito de manter a paz e a tolerância entre os diversos grupos sociais dentro do território otomano, com relativa liberdade religiosa, fruto da sua rápida expansão territorial e sociedade heterogenia. O *Millet* garantia um caráter autónomo e de auto governação de diferentes comunidades religiosas e étnicas, cada uma organizada segundo as suas próprias leis e normas, e ao mesmo tempo mantendo-se responsáveis, perante o Governo central otomano, por cumprir com determinadas responsabilidades como o pagamento de impostos e a manutenção da estabilidade e segurança interna (Carey, 2008; Britannica, 2022).

comum, idêntico ao das escolas estatais e segundo os currículos estabelecidos pelo Ministério da Educação, como forma de providenciar um tronco comum de formação para uniformizar a participação plena das novas gerações na vida em comunidade na República da Turquia. Inicialmente, o direito ao voto passou a ser dado a todos os turcos de sexo masculino com idade a partir dos 18 anos. A partir de 1934 os mesmos direitos de voto e de participação na vida política passaram a ser estendidos às mulheres (Shaw & Shaw, 2005).

O *Revolucionismo* está na base de toda a filosofia dos programas do Kemalismo, sobrepondo-se por vezes aos anteriores ideais, em particular ao populismo. O *revolucionismo* é o princípio da mudança, da necessidade de o Kemalismo zelar pelo processo de mudança da sociedade, como forma de garantir a transição da sociedade tradicional otomana para uma Turquia moderna, mesmo que, para tal, fosse necessária a aplicação forçada de medidas radicais com o fim de atingir uma completa reestruturação social. O objetivo do Governo não seria o de realizar uma transição gradual e faseada para uma sociedade mais desenvolvida e moderna, mas antes atribuir à elite kemalista o dever de guiar a sociedade turca por ainda não se encontrar numa posição capaz de compreender as vantagens de transformar uma sociedade tradicional numa sociedade moderna semelhante ao modelo ocidental (*ibidem*).

O *Secularismo* envolvia não apenas a separação do Estado da religião, mas também o controlo, das confissões religiosas, através da criação da Direção dos Assuntos Religiosos -*Diyanet*-, para a administração e supervisão destas (Hale, 2013).

Mesmo tendo o Islão sido radicalmente afastado da esfera pública pelas reformas aplicadas, o seu peso que detinha na grande maioria da População turca, levou o Estado a promover uma versão nacional e sunita do Islão enquanto ferramenta para a modernização da sociedade, através da redefinição da construção de um Estado turco, islâmico, onde a religião muçulmana era uma questão de consciência individual, benéfica para a doutrinação da população em valores de Honestidade e Lealdade pela nação (Azak, 2008). Deste modo, aspirando atingir a liberalização das mentes dos indivíduos das limitações impostas pelo Islão tradicional, o *secularismo* reduz o papel da religião na vida em sociedade, limitando-o assim à esfera pessoal. Deste modo, a prática religiosa não era tida como contraditória ao secularismo, desde que permanecesse confinada à escolha livre do indivíduo, não permitindo que as normas religiosas fossem sobrepostas à identidade nacional (Izmaylov, Fakhrutdinov, & Galimzyanova, 2017).

O *Estatismo*, após ter ficado claro que a modernização da Turquia dependeria da capacidade de desenvolvimento económico e tecnológico da República, o princípio de Estatismo impôs a necessidade de o Estado agir, em nome do desenvolvimento, como entidade impulsionadora e reguladora das atividades económicas do país, assim como de agir nas áreas económicas onde as empresas privadas não estavam presentes. Era esperado assim que o Governo e a elite kemalista liderassem ativamente o percurso necessário para criar a revolução económica necessária com vista a erguer a Nação da ruína financeira. Com o *Estatismo*, o Estado passou a ser um importante ator económico, tanto na acumulação de capital e investimento, como na gestão dos interesses privados (Aydın Z. , 2005).

Resumindo, o Kemalismo aspirava atingir a ocidentalização e modernização da sociedade turca, de modo a conseguir garantir a capacidade de proteção dos seus interesses e objetivos *Nacionalistas* perante a comunidade internacional, através da criação das instituições e estruturas sociais, do *Republicanismo* e do *Populismo*, que seriam forçosamente estabelecidas para moldar de uma forma abrupta a sociedade turca através do *Revolucionismo*, por ação de uma elite que servia os interesses da República. Este movimento seria complementado pelas duas últimas doutrinas do Kemalismo, o *Secularismo* e o *Estatismo* que serviriam como diretivas das políticas do Estado (Shaw & Shaw, 2005).

Kemal Atatürk, um pragmático, não se limitava a recorrer a um sistema ideológico rígido; avaliava também as condições de que dispunha, e agia consoante os seus limites e possibilidades. A seguinte afirmação de um proeminente escritor turco, Yakub Kadri Karaosmanoglu, representa esta mesma característica: “meu general, o partido não tem uma doutrina” Atatürk responde “claro que não, minha ‘criança’, se tivesse, não seríamos capazes de avançar” (Izmaylov, Fakhrutdinov, & Galimzyanova, 2017, p. 1255)¹². Esta passagem é representativa da razão por que os seis princípios pelos quais o Kemalismo se guia não são rígidos nem fixos. Repetidamente, durante a história da República da Turquia, o Kemalismo tem sido frequentemente reinterpretado e adaptado como fonte de poder político, tanto por ideologias socialistas, liberais ou conservadoras (Arisan, 2008).

¹² Tradução do autor.

1.6.2 Islamismo Político

Com frequência “islamismo” e “religião islâmica” são erradamente utilizados como sinónimos, mas existe de facto uma importante distinção entre as duas designações. Embora o islamismo utilize símbolos religiosos, este é fundamentalmente um movimento com um fim sociopolítico, objetivo que não é extensivo ou generalizável à religião muçulmana (Grinin, Korotayev, & Tausch, 2019).

O islamismo, por vezes também referido como islamismo político, integra uma ampla panóplia de ideologias políticas que têm como objetivo principal a promoção de objetivos sociopolíticos inspirados nas tradições da religião muçulmana. Os objetivos do islamismo assim como a interpretação sobre as diferentes tradições e símbolos islâmicos tradicionais variam profundamente consoante os diferentes contextos e movimentos em causa.

Os fundamentos teóricos do islamismo político surgem no final do século XIX, quando o mundo islâmico assistia ao seu próprio declínio, face ao colonialismo ocidental, ao mesmo tempo que entrava em contacto de forma abrupta com a modernização e as ideias do iluminismo ocidental. Neste contexto, diversos pensadores modernistas muçulmanos procurarão reconciliar o estado “moribundo” do mundo islâmico, com os princípios políticos na raiz do sucesso do Ocidente. Grande parte dos movimentos do islamismo político atribuíam então ao afastamento das interpretações mais tradicionais do Islão, a razão para o declínio do mundo islâmico, e defendiam por isso a necessidade de rejuvenescer o mundo islâmico recorrendo para o efeito a interpretações mais clássicas da religião muçulmana (Zeidan, 2021).

Os movimentos que partilham da ideologia do islamismo político, oscilam desde então, entre movimentos revolucionários (*top down*), que procuram exercer o poder do Estado para moldar a sociedade, e os movimentos reformistas (*bottom up*) que visam criar comunidades locais e dinamizar o ativismo político para, de uma forma orgânica, moldar gradualmente a sociedade. A atitude dos diversos movimentos do islamismo político para com os restantes atores, ou de cada um deles no decurso das suas atividades, podem classificar-se como “destrutiva”, de “oposição”, “colaborativa” ou “indiferente”. Assim o islamismo político é muitas vezes dinâmico capaz de privilegiar a modernização e o desenvolvimento em relação à identidade islâmica mesmo em moldes seculares de governação (Roy, 1994).

O conceito de islamismo, nesta investigação, por tudo o que ficou exposto deverá, pois, ser sempre interpretado da forma mais genérica, como um movimento que visa atingir objetivos políticos ou sociais e que utiliza símbolos e valores tradicionais da religião muçulmana. O AKP será considerado como fazendo parte desta definição genérica de islamismo político, embora seja reconhecida a posição oficial do partido que rejeita esta mesma caracterização dada a associação do islamismo político a definições mais restritas e muitas vezes pejorativas.

1.6.3 Poder

A definição de poder acarreta sempre uma dificuldade de natureza semântica, isto porque, ao articular o conceito é necessário incluir o contexto em que este se insere. Por exemplo, avaliar o poder militar não é o mesmo que avaliar o poder económico, político, simbólico. Ou seja, a tarefa de determinar um significado neutro de *poder* sem atribuir um contexto teórico é por si só difícil (Fernandes J. A., 2014).

Segundo o conceito de *poder*, nesta perspetiva multidisciplinar, este não é absoluto e tanto pode aumentar em alguns contextos, como diminuir noutros. Assim, uma correta utilização do conceito de *poder* leva-nos a definir como condição necessária o domínio e objetivo a que nos estamos a referir (*ibidem*).

As diferentes formas de poder e as suas afirmações – poder político, militar, económico, demográfico, geográfico, entre outros - formam um sistema linear básico, onde quem detém o poder, utiliza-o, de forma a fazer prevalecer a sua vontade e os seus interesses acima dos demais (Fernandes J. A., 2014).

Todavia, Correia refere uma distinção de poder, patente na literatura, e atribui diferentes níveis que o mesmo pode assumir, e se expressar. O poder segundo este autor pode adotar um nível mais forte, na capacidade de impor a sua vontade a outro, assumindo-se em casos extremos de forma absoluta; e, por outro lado, pode ser poder mínimo, embora ainda assim existente e com capacidade de resistir a vontades externas, não sendo, todavia, capaz de impor a sua própria (Correia, 2002).

Joseph Nye define pela primeira vez os conceitos de *Hard Power* e *Soft Power*. De forma rudimentar *Hard Power* é apresentado como a combinação e utilização do Poder Económico e Poder Militar de um Estado, de forma a induzir que outros atores ajustem a sua posição perante a

vontade imposta¹³. *Soft Power*, por outro lado, representa uma forma de influência indireta, baseada na diplomacia e política internacional, que levam a que outras nações decidam seguir as agendas políticas de Estados e atores pela existência de afinidades por razões ideológicas, sociais e culturais (Nye, 2002).

1.7 Revisão da Literatura

O estudo da Turquia, como importante ator internacional, não é recente, esteve, repetidamente, presente direta ou indiretamente, nos estudos da História e da política internacional. Atualmente, no Ocidente, tem havido uma tendência progressiva para o cultivo de debates e investigações sobre o futuro e o alcance desta potência tanto como parceiro europeu, parceiro norte americano, ou como potência regional, entre muitas outros tabuleiros da geopolítica (Lesser, 2009).

No entanto, a compreensão da política turca contemporânea não é suscetível de ser percebida sem antes o seu investigador adquirir uma base conceptual sobre o seu passado histórico (*ibidem*). Dentro deste espírito, destacam-se diversos autores e obras capazes de introduzir e acompanhar o leitor na construção histórica da identidade turca.

Uma dessas obras clássicas é *The Emergence of Modern Turkey* (Lewis B. , 1968). Nesta, o seu autor começa por estabelecer, a fonte da civilização turca, apresentando-a em volta de três pilares: localização, identidade turca e religião. De seguida, apresenta o percurso histórico social, político e intelectual do longo declínio do Império Otomano e o seu colapso, a que sucedeu a revolução kemalista, a criação da República Turca assim como os seus primeiros anos até à transferência de poder do CHP¹⁴ para o Partido Democrático após as eleições de 1950. Por último, Lewis termina a sua obra com quatro ensaios sobre Comunidade e Nação, Estado e Governo, Religião e Cultura, Elite e Classes, apresentando um corolário de consequências que tiveram impacto na formação da sociedade turca e que explicam muito da sua identidade (Lewis G. L., 1962). Esta obra publicada há 60 anos, ainda hoje prova ser uma boa ferramenta para a compreensão de uma nação com uma identidade moldada pela sua história tão particular.

¹³ O *Hard Power* contempla não só as guerras e intervenções diretas, mas também “a coerção, indução e dissuasão podem ser vistas como Hard Power militar” (Martinelli, 2016, p. 68).

¹⁴ Partido fundado por Mustafa Kemal Atatürk.

Na mesma época, em 1963, surge na literatura uma outra obra clássica para o estudo da nação turca, do autor Patrick Kinross, intitulada de *Atatürk The Rebirth of a Nation*. Esta obra, focada na desconstrução da pessoa e do mito do “Tigre Humano” (Purcell, 1965, p. 741)¹⁵ de Mustafa Kemal Atatürk, acompanha os acontecimentos e os movimentos revolucionários por este protagonizados que culminaram com a formação da República Turca após a guerra da independência em 1923 (Kinross, 2012). Este ensaio torna-se como que uma janela aberta para a compreensão da ideologia kemalista, mediante o acompanhamento histórico do seu processo de criação e desenvolvimento. A obra de Kinross permite também, um maior entendimento do legado de Kemal Atatürk na sociedade turca atual, ainda hoje fundamental para sua identidade nacionalista e extremamente presente na política contemporânea.

O período conhecido como Guerra Fria, onde se deu a confrontação, de duas ideologias globais, que nasceram como repercussões da revolução industrial do final do século XIX. O confronto entre o capitalismo e o socialismo, ainda que com origens muito anteriores e repercussões ainda presentes na atualidade, atingiu o pico entre 1945 e 1989, onde dividiu direta ou indiretamente todo o mundo.

Neste conflito, a Turquia não se limitou a ser um ator passivo e periférico; pelo contrário, estando na fronteira deste mundo dividido, foi um ator que desempenhou um papel muito ativo, e de acordo com os seus próprios interesses (Westad, 2017). Na obra *Turkey's Cold War Foreign Policy and Western Alignment in The Modern Republic*, Çaliş expõe e analisa a forma como a Turquia moldou e foi moldada pela Guerra Fria. Çaliş defende que a “Turquia kemalista beneficiou da Guerra Fria muito mais que qualquer outra nação” (Çaliş, 2017, p. 1)¹⁶.

Resultado direto da Guerra Fria, a Turquia passou a ser um membro integral do bloco ocidental, um membro basilar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) -*North Atlantic Treaty Organization*-, e do Conselho da Europa, desenvolvendo promissoras relações com a UE a então Comunidade Económica Europeia (CEE). A Turquia, neste período, encontra no bloco ocidental uma estrutura robusta e protetora contra a União Soviética, outrora o Império Russo, que desde o Século XVI sempre fora o maior e mais poderoso vizinho da Turquia, que por diversas ocasiões demonstrou ter interesses em colisão. Este conflito de interesses é particularmente sentido

¹⁵ Tradução do autor.

¹⁶ Tradução do autor.

pelo facto dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, que conectam o Mar Negro e o Mar Mediterrâneo, encontrarem-se em território turco, fator que ainda durante a Segunda Guerra Mundial provou trazer uma tensão acrescida entre Ancara e Moscovo (Sheikh, 2018).

Esta obra salienta não só os acontecimentos externos, mas também os fatores domésticos, as suas motivações e impactos, demonstrando que a política turca moderna, “foi modelada não só pelas posições entre EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), mas também pelo seu próprio desejo de reforçar o caráter kemalista e a ‘ocidentalização’ da nação” (Çalış, 2017)¹⁷.

Kinzer, por sua vez, na sua obra *“Crescent and Star Turkey Between Two Worlds”*, e atendendo aos eventos do final do século XX, propunha que a Turquia seria uma das nações mais ‘fascinantes’ do século XXI. Kinzer caracteriza o contexto social da Turquia no fim do século XX como uma nação definida pelos seus tabus e medos, imersa no conflito entre a elite kemalista estabelecida e o crescente movimento de turcos determinados a reinventar a nação (2008). Na primeira edição da obra, publicada em 2001, Kinzer identifica o “problema curdo”, como um dos principais pontos de rutura do então *status quo* kemalista que acaba por criar o contexto predecessor à ascensão política do AKP, o partido que mais ganhou com este movimento de mudança nacional. Na edição revista e publicada em 2008, o autor complementa a sua obra com uma análise do AKP como partido político que não só se estabeleceu como uma força nacional destinada a mudar a política interna, mas também um partido com ambições globais (Kinzer, 2008).

O processo de negociação da adesão da República da Turquia à UE, em 2005, teve as suas primeiras movimentações ainda em 1959 quando a Turquia demonstrou o seu interesse a Bruxelas e tem sido foco de interesse internacional refletindo-se na literatura. Na obra *Security and the Turkey-EU Accession Process – Norms, Reforms and the Cyprus Issue*, Natalie Martin aprofunda este tema. Defende que a Turquia apenas passou a ser reconhecida como um país europeu, e dessa forma elegível para adesão à UE (fruto do seu valor geopolítico) como consequência dos eventos da Guerra Fria. No entanto, as suas falhas normativas, democráticas, de direitos humanos e em particular a sua história com o Chipre, têm sempre impedido que a Turquia se torne um membro. No entanto, o AKP dada a sua disposição em abordar essas falhas, particularmente entre 2002 e 2004, trouxeram uma nova força ao processo de adesão, No entanto, nos anos que se seguiram,

¹⁷ Tradução do autor.

veio a perder força à medida que se tornava clara a extensão do processo reformista necessário, e a cada vez mais saliente oposição expressa por alguns Estados-membro da aliança e, mais recentemente com a implementação de um modelo cada vez mais iliberal sobre a alçada do presidente Erdogan afastaram cada vez mais este processo (Martin, 2015).

Após os primeiros anos de administração do AKP, tanto a política externa como interna da Turquia sofreram alterações significativas. Essas mudanças começaram a levantar questões sobre possíveis reorientações da política externa turca que poderiam resultar num afastamento relativamente ao Ocidente (Yaylaci, 2010). A obra *Winning Turkey – How America, Europe, And Turkey Can Revive A Fading Partnership*, publicado em 2008, apresenta de forma pessimista o futuro das relações entre a Turquia e o Ocidente apresentando possíveis causas, assim como propostas alternativas para inverter esse processo. Nesta obra, Gordon e Taspinar apresentam uma visão norte americana sobre essas mudanças. Atribuem o afastamento do Ocidente não como o resultado dos novos atores políticos islâmicos, mas antes como algo resultante da oposição do AKP à elite militar kemalista (Gordon & Taspinar, 2008).

Esta seria a principal ameaça ao processo de ocidentalização que apontava para reformas democráticas introduzidas como forma de cumprir com os requisitos para a adesão da EU (*ibidem*). Esta obra permite compreender a forma como o Governo norte-americano passou a ver e apresentar o modelo de Governo islâmico AKP, como a chave para a democratização do mundo muçulmano que caracterizou boa parte da política externa americana no Médio Oriente até ao rescaldo da Primavera Árabe.

Na obra *Rebuilding a Partnership: Turkish-American Relations for a New Era – A Turkish Perspective*, de 2009. Soli Özel, Şuhnaz Yılmaz e Abdullah Akyüz apresentam a perspetiva turca, sobre o desenvolvimento das relações turco-americanas, durante a presidência de George W. Bush¹⁸ e sugerem recomendações à administração de Barack Obama¹⁹. Estabelecem os principais interesses comuns entre os EUA e a Turquia capazes de motivar e sustentar a sua cooperação, como sendo:

1- Garantir a estabilidade em diferentes áreas críticas para ambos como o Médio Oriente, o Golfo Pérsico, Cáucaso, o Mar Cáspio e a Ásia Central.

¹⁸ A Presidência de George W. Bush durou desde 20 de janeiro de 2001 até 20 de janeiro de 2009.

¹⁹ A Presidência de Barack Obama durou desde 20 de janeiro de 2009 até 20 de janeiro de 2017.

2- Estabilidade e Segurança para as linhas e rotas de matérias energéticas, como o gás e petróleo.

3- Evitar a proliferação de Estados falhados, instabilidade e terrorismo.

4- Cooperar com as economias regionais de forma a torná-las mais relevantes e integradas globalmente no mercado económico.

5- Promover a resolução pacífica de conflitos, prevenindo a proliferação de armas de destruição maciça, assim como manter contida a Rússia como uma potência não agressiva nas regiões críticas do Cáucaso e Mar Negro (Özel, Yılmaz, & Akyüz, 2009).

A transformação do regime do AKP, num modelo cada vez mais autoritário, passou a ser assunto de grande debate, principalmente após o movimento conhecido como *Gezi Park Uprising* de 2013 e o Referendo Constitucional de 2017 que mudou a natureza do sistema político, de parlamentar para presidencialista (Babacan, Kutun, & Pınar, 2021). Nesta mudança, surge Recep Tayyip Erdogan, líder do cada vez mais autoritário. Duas obras destacam-se no estudo desta evolução de regime, tendo em conta tanto eventos externos como internos da política turca.

Erdogan's Empire- Turkey and the Politics of the Middle East, de Soner Cagaptay (2020) faz justiça à sua área de *expertise* apresentando uma perspetiva mais orientada para a política externa da Turquia tendo em conta os diferentes acontecimentos mais relevantes e a posição de Erdogan nos mesmo. *Regime Change in Turkey – Neoliberal Authoritarianism, Islamism and Hegemony*, obra coletiva de vários autores, aborda o processo histórico, social e cultural que levou à consolidação do regime autoritário na Turquia por Erdogan. Os autores sustentam que o AKP, na construção da Democracia, não sofreu uma alteração no sentido autoritário. Pelo contrário, contextualizam a tendência atual autoritária, num contexto histórico mais abrangente, através da análise das mudanças taticamente implementadas desde a chegada ao poder do AKP, que gradualmente garantiram a destabilização dos direitos civis e dos mecanismos de separação de poderes, assim como a repressão política de forças opositoras, colocando em causa, e de uma forma habilidosa, o regime democrático, ao mesmo tempo que garantiam o apoio da comunidade internacional ocidental abrindo, deste modo, portas à presente consolidação autoritária do regime (Routledge Advances in Sociology, 2021).

(Página intencionalmente em branco)

CAPÍTULO II – NOTA METODOLÓGICA

Este estudo, no âmbito da disciplina de RI, visa analisar o AKP como novo ator político da República da Turquia, de forma a capacitar a compreensão e interpretação dos diferentes contextos transformadores, a nível doméstico e internacional, que interagiram com este novo agente, direta e indiretamente, durante o período de 2001 a 2020. Para o efeito, teremos de definir previamente as linhas metodológicas pelas quais nos iremos nortear.

2.1 Formulação da Pergunta de Partida

Desde o início de uma investigação, uma das principais funções do investigador é a delimitação do fio condutor no qual o estudo deverá ser baseado. Desta forma, segundo Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, um dos primeiros passos unificadores e estruturais para o esforço da investigação é a formalização de uma pergunta de partida, que expresse o que a investigação pretende explorar e compreender (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Desta forma, iniciamos, de seguida, com a formulação da pergunta de partida e da pergunta derivada, que deverão guiar e orientar esta investigação.

Pergunta de Partida:

PP- O que representa a “Nova Turquia de Erdogan” para o alinhamento da Turquia no sistema internacional, e em particular para o Ocidente?

Pergunta Derivada:

PD - O que permitiu a superação do Kemalismo na Turquia pelo Islamismo Político?

2.2 Objetivos

Como forma de orientar a presente dissertação, através de um rumo definido previamente e capaz de balizar as fronteiras da nossa investigação, entre um leque vasto de possibilidades, torna-se fundamental fixar um ponto orientador. Passamos, pois, a especificar os nossos objetivos principais.

Objetivo Principal

O Objetivo central da presente investigação prende-se com a criação de uma compreensão holística sobre a atual República da Turquia moldada pela ascensão e consolidação de poder do AKP e de Erdogan como seu indiscutível líder, tendo em conta os implícitos fatores e contextos internos, externos e históricos.

Objetivos Específicos:

- Perceber a identidade, papel e importância do Kemalismo na República da Turquia e a suas limitações que contribuíram para a ascensão do islamismo político.
- Identificar os eventos considerados mais impactantes da política interna e externa do AKP e explorar as suas repercussões para o posicionamento geopolítico da Turquia.
- Contribuir para o recorrente debate sobre a possível mudança de orientação, do Ocidente para Oriente, da Turquia no sistema internacional.

2.3 Metodologia

Uma metodologia de investigação deverá ser suportada por um conjunto de princípios genéricos estruturantes capazes de a dotar de várias bases teóricas. A metodologia não limita, no entanto, o investigador a seguir uma rota fixa, no este deve ter em linha de conta diversos princípios e guias de investigação reconhecidos, disponibilizando ao investigador um ‘mapa’ do terreno científico pelo qual se deverá guiar (Marczyk, DeMatteo, & Festinger, 2005).

Importa, pois, definir, a metodologia que iremos seguir e que dotará, de forma válida, a base sistemática e o rigor científico orientador do nosso estudo académico e de investigação (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Seguiremos uma metodologia de análise *qualitativa*, de natureza teórica, suportada por uma prévia abordagem exploratória indutiva²⁰, baseada na análise documental e bibliográfica sobre o objeto de estudo em questão, dando primazia às fontes primárias e secundárias que considerámos mais relevantes pela literatura explorada.

²⁰ Uma abordagem indutiva de estudo, deve de primeiramente aprofundar e descrever o objeto de estudo e apenas posteriormente gerar as suas perspetivas e teorias, indo do particular para o geral (Sampieri, Callado, & Lucio, 2013).

A *abordagem qualitativa* tem como principal foco a compreensão e o aprofundar de um determinado objeto de estudo, e sua interpretação, centrada no significado das ações dos seres humanos e das suas instituições. Numa *abordagem qualitativa* existe sempre a variável relacionada com a subjetividade dos agentes que atuam na realidade em análise e no contexto natural em que estão inseridos, nomeadamente por parte do próprio investigador (Sampieri, Callado, & Lucio, 2013).

O caráter subjetivo do objeto de estudo não é, todavia, uma limitação, mas antes algo que lhe é inerente e pertinente. O padrão cultural é parte integrante do próprio objeto de estudo, devendo ser maximizado e aproveitado através da exploração de perspetivas diferentes, e por vezes contraditórias, com o intuito de dotar o investigador de uma certa intuição fundamentada, baseada não só na descrição dos factos concretos, mas também nas diversas interpretações sobre a realidade em análise (*ibidem*).

Numa *abordagem qualitativa*, a própria atribuição de significado, perante algum fenómeno ou evento, não passa na realidade de uma construção humana, resultante de uma visão que se assume como interpretativa, o que impede o investigador de obter uma conclusão completa e definitiva sobre a sua matéria de estudo (*ibidem*).

Saliente-se ainda que os estudos qualitativos, como de resto quaisquer trabalhos de investigação, na área das ciências humanas, procuram atribuir um sentido ao mundo com o qual interagimos. Nesta medida, uma abordagem qualitativa particular assume-se, enquanto trabalho de interpretação histórica e cultural, onde as experiências e conhecimentos prévios do próprio investigador não estão ausentes (Creswell, 2002).

(Página intencionalmente em branco)

CAPÍTULO III – AKP E A “NOVA TURQUIA” DE ERDOGAN

A Turquia e a sua política externa assistiram a uma grande transformação entre os últimos anos do século passado e princípio do século XXI. Até então era um país que detinha uma presença mínima no Médio Oriente, e o seu papel na cena internacional estava estreitamente associado à sua parceria com os EUA, desde a época da Guerra Fria, e à sua pertença à NATO. Após as mudanças que sofreu no início do século, hoje, esse cenário mudou radicalmente. A Turquia presentemente é um ator regional ativo muito mais independente, com objetivos por vezes muito próprios, e independentes, e eventualmente contrários aos do seu parceiro norte-americano (Reynolds, 2012).

Significativa da mutação que a sociedade e política internacional turca tem vindo a assistir desde o início do século é a sua relação com a UE. Em 2004 foi aceite como país candidato a uma futura adesão, e para o efeito, em 2005 iniciaram-se então as negociações entre Bruxelas e Ancara. Se então a adesão da Turquia era aceite pela UE como uma possibilidade, quase vinte anos volvidos, as negociações mantêm-se num impasse, dado o afastamento progressivo do país dos valores políticos e sociais exigidos pela UE (Lecha, 2019).

Alguns dos fatores mais referidos, para a justificação desta mudança, são a maior permissividade do país no cenário internacional - após o vácuo criado no sistema pelos EUA ao adotarem na política internacional, uma posição menos intervencionista - e uma Turquia com uma economia mais rica, resultado da globalização. No entanto, o fator de maior peso perante toda esta mudança foi a ascensão de uma nova força política com uma visão e postura global fundamentalmente diferente e que revolucionou a própria ideologia política da Turquia, para longe do Kemalismo (Reynolds, 2012).

Como já abordado no capítulo 1.6.1, à luz do objetivo kemalista de proteção do Estado turco das forças externas predadoras e da própria dissolução interna, mediante a modernização do Estado, esta ideologia, surgida no início do século XX em larga medida deve ser vista como bem-sucedida. Partindo de uma posição desesperadamente precária, com taxas muito baixas de literacia e de desenvolvimento humano e tecnológico, com uma sociedade etnicamente heterogénea, extremamente dividida pelas diferentes confissões religiosas muçulmanas, por vezes opostas, Mustafa Kemal Atatürk e os seus sucessores transformaram a Turquia numa nação com níveis de desenvolvimento e de escolaridade elevados, uma sociedade dinâmica e intensamente patriótica e nacionalista (*ibidem*).

No entanto, o Kemalismo foi incapaz de imprimir na sociedade turca um dos seus princípios basilares, o *Nacionalismo*, que se esforçava por criar um sentimento de adesão de todos os cidadãos a uma identidade nacional comum e unificadora. Não foi capaz, nomeadamente, de manter a maioria da população de etnia Curda como parte integrante da sociedade turca (*ibidem*).

Com o surgimento do AKP, a Turquia passou a ter ao leme da política uma nova elite que, de uma forma notória e clara, procurou separar-se da anterior elite kemalista, e ao contrário desta, procurou trazer a fé islâmica para a esfera do Estado e não a limitar à esfera pessoal, da vida privada. O Kemalismo, com a sua visão nacionalista e laica do Estado, deixou de ser visto como a solução e passou a ser tido como parte do problema, por ser incapaz de mitigar a divisão étnica entre turcos e curdos embora estes partilhem de uma história milenar de comunidade e convivências próximas, baseada no Islão sunita. Só através da reafirmação desse laço comum poderia ser possível a convivência e coesão, agora em vias de dissolução na atual sociedade turca (Yavuz, 2001; Reynolds, 2012).

3.1 Origens e Base de Poder

Um momento fundamental, para a criação de partidos políticos islâmicos dentro da República da Turquia, deu-se em 1970 com a criação do primeiro partido político Islâmico, o Partido Ordem Nacional (MNP) -*Millî Nizam Partisi*- fundado por Necmettin Erbakan. No entanto, estas primeiras tentativas de expressão política foram recebidas com grande oposição. O MNP, considerado inconstitucional, em particular por colidir com o princípio do secularismo da República Turca, teve de ser dissolvido em 1971. Como alternativa foi formado o Partido Salvação Nacional (MSP) -*Millî Selâmet Partisi*- em 1972, por diversos elementos da cadeia de comando do MNP. No entanto, a expressão eleitoral ainda se mantinha relativamente baixa, obtendo o MSP em 1973, 11,8% dos votos e, em 1977, 8,56%, uma descida reflexo de uma época conturbada de alianças políticas falhadas e do surgimento de novos movimentos islâmicos (Lord, 2018).

O golpe de Estado de 1980, o regime de Junta de três anos que lhe sucedeu forçou o encerramento de diversos partidos políticos, incluindo o MSP. Contudo, o clima criado pela mudança de poder na estrutura do Estado propiciou a mobilização política islâmica, sobretudo por parte de movimentos islâmicos reformistas, mais moderados e modernos, reconciliados com o

nacionalismo, em oposição a outras correntes islâmicas mais tradicionais e pan-islâmicas, vistas como de origem estrangeira e estranhas ao islamismo turco (*ibidem*).

A fase posterior a 1980 foi então marcada por um esforço por manter e solidificar a ligação entre o islamismo e o nacionalismo turco, o que proporcionou um maior crescimento dos partidos políticos islâmicos junto das massas populares (*ibidem*).

O MSP renasce então como o Partido do Bem Estar (RP) - *Refah Partisi* - atingindo 21,4% do voto nacional em 1995, o que o transforma no partido com maioria parlamentar. Segundo alguns analistas, este tratou-se de um maciço voto de protesto contra os partidos tradicionais turcos, num período em que a nação era assolada por grandes problemas económicos, elevados níveis de inflação e dívida pública, e conflitos cada vez mais acentuados por parte dos movimentos separatistas curdos. Uma conjuntura que originara a dissolução da coligação governamental, e forçara estas eleições antecipadas de 1995 (Grand National Assembly of Turkey, 1995).

A vitória do RP marca o momento em que, pela primeira vez, desde a formação da República Turca, um partido islâmico vence as eleições parlamentares. “À semelhança do MSP, a predominante preocupação do RP era a reestruturação e islamização do Estado, sociedade e relações económicas por forma a privilegiar a maioria muçulmana” (Lord, 2018, p. 232)²¹, mediante uma retórica anticapitalista e antiocidental. O programa da RP, chamado de *Ordem Justa*, era apresentado como uma alternativa intermédia entre o capitalismo e o socialismo, uma visão fundamentalmente islâmica do Estado, como forma de mitigar as contradições entre o ideal muçulmano e os efeitos de uma economia de mercado (Lord, 2018).

O RP, juntamente com uma coligação com o Partido do Verdadeiro Caminho (DYP), secular de centro-direita, formou Governo no seguimento das eleições de 1995. Durante a sua tutela da Turquia promoveu apenas pequenas mudanças de índole islâmica, em parte graças ao apoio fornecido pelo partido secular DYP que lhe garantia alguma legitimidade perante a maioria eleitoral que votara em 1995 em partidos de expressão secular. No entanto, embora o RP mantivesse a sua agenda islâmica, não apresentava uma ameaça imediata de uma revolução que colocasse em causa a laicidade, numa Turquia ancorada durante décadas num estilo de vida secular, em particular nas grandes cidades (Karadjis, 1997).

²¹ Tradução do autor.

A maior ameaça do RP, perante os interesses das elites kemalistas, era a sua oposição a uma maior aproximação da Turquia com o Ocidente, em particular, a uma eventual candidatura de adesão à UE. Esta oposição dava-lhe capacidade de mobilizar as massas populares, de visão nacionalista, antieuropeia, protecionista, oposta ao sistema de mercado livre, e que se consideravam afetadas negativamente pela integração económica da Turquia com o Ocidente, numa época de economia já globalizada (*ibidem*).

A 28 de fevereiro de 1997, o exército turco aplicou com sucesso um golpe de Estado, descrito como pós-moderno, pela forma como fora levado a cabo. O Governo foi deposto, não através da utilização de força letal, mas antes pela aplicação de pressão política, mediante um memorando incitando à demissão de Necmettin Erbalan, então líder do RP e primeiro-ministro da Turquia (Daily Sabah, 2021). O memorando utilizado pelo exército fora justificado pela responsabilidade militar de agir como “guardiões do Kemalismo, [em especial do seu carácter] moderno, secular e democrático” (Karabelías, 2009, p. 57)²², onde apresentava um corolário de argumentos para agir em defesa da República contra a ameaça do fundamentalismo Islâmico, embora as razões mais aparentes apontem primariamente para motivações económicas e não políticas (Karadjis, 1997; SETA, 2019).

Em 1998, o Tribunal Constitucional turco dissolveu o RP, por ser “um centro de atividades contrárias ao princípio de secularismo” (Moe, 2003, 34.º parágrafo)²³ e baniu seis dos seus líderes de participar em atividades políticas durante cinco anos, assim como retirou os 152 assentos que o RP detinha no Parlamento. O partido foi encerrado, parte dos seus líderes afastados da política, e foram também postas em prática diversas manobras com o fim de diminuir a expressão e poder dos movimentos que gravitavam em torno do RP, nomeadamente mediante a disrupção dos estudos de pendor islamista, o afastamento de cargos públicos, e a prisão de milhares de apoiantes do partido (SETA, 2019).

Os milhões de turcos que em 1995 haviam votado no RP não deixaram de existir; apenas foram forçados a perceber que o sistema democrático turco não refletia as suas vozes, sentimento que deu azo a que o partido se pudesse reinventar e ganhar mais força (Momayezi, 1998).

²² Tradução do autor.

²³ Tradução do autor.

Os desenvolvimentos em torno do golpe de Estado de 1997 apresentaram ao movimento político islâmico turco duas direções distintas possíveis como resposta: a radicalização, ou a moderação do movimento. Recep Tayyip Erdogan, antigo membro do RP e que disputava agora com o próprio Erbakan a direção do movimento, optou por esta última tendência; ou seja, a moderação do movimento islâmico (Cagaptay, 2017).

Muito embora ainda barrado da participação política, por em 1998, durante um discurso, ter lido um poema, alegadamente incendiário, contra a secularidade da Constituição turca, Erdogan assume que perante a realidade apresentada, voltar a formar um partido islâmico, à semelhança do RP, que agisse de forma a contornar o princípio de secularismo e com uma posição rigidamente islâmica, eventualmente acabaria por ter o mesmo fim e ser encerrado pelo Tribunal Constitucional. Abandonando a filosofia partidária do islamismo conservador, Erdogan forma em agosto de 2001 o AKP, declarando que este seria uma força democrática conservadora e moderada, defensora de uma economia de livre de mercado e da adesão da Turquia à União Europeia (*ibidem*).

O posicionamento do AKP, enquanto força política de centro-direita, impulsionadora do projeto de integração da Turquia na UE, e com uma política externa pró-ocidental, aparentemente pautada por um “secularismo leve”, ofereceu ao partido uma plateia eleitoral muito mais diversificada, que a de qualquer dos partidos islâmicos seus antecessores. Atraiu grande parte da classe média moderada, que embora pudesse não partilhar as preocupações e posições do partido em termos político-religiosos, via no recém-formado AKP um partido alternativo aos partidos tradicionais. Esta diversidade de base eleitoral foi capaz de atrair a “classe trabalhadora de centro-esquerda, classe média de centro-direita, nacionalistas rurais, e eleitores islâmicos dos centros urbanos” (Cagaptay, 2017, p. 102)²⁴, o que se refletiu na esmagadora vitória do AKP nas eleições de 2002 (Cagaptay, 2017).

O momento em que o partido fora formado, 2001, também muito contribuiu para a vitória do AKP. A Turquia vivia então a pior crise económica desde a Segunda Guerra Mundial, que causara a completa perda de confiança eleitoral nos partidos tradicionais turcos, tidos como responsáveis pela magnitude da crise (Koch, Chaudhary, & Bilquees, 2002).

Outra das razões para a expressiva vitória eleitoral do AKP foi o particular sistema eleitoral turco, em vigor desde o golpe militar de 1980. Para que um partido tenha direito a representação

²⁴ Tradução do autor.

parlamentar tem de ultrapassar a meta dos 10% de votos, caso contrário os seus lugares são distribuídos proporcionalmente entre os partidos com representação. Esta medida - não aplicada no caso de candidatos independentes - fora posta em prática com a justificação de evitar a proliferação de ambientes políticos inertes, como fora o caso no fim dos anos 1970, e tinha na verdade, segundo Evin, como objetivo manter partidos políticos curdos e partidos com tendências de esquerda afastados do Parlamento, favorecendo os partidos maiores de centro-direita (Evin, 2021).

Esta particularidade do sistema eleitoral turco beneficiou fortemente o AKP nas eleições de 2002, onde o partido venceu as eleições com 34,17% dos votos, e foi um dos dois únicos partidos a ultrapassar os 10%. O AKP obteve 361 dos 550 lugares parlamentares, seguido pelo CHP com 19,5%, com 179 assentos, existindo ainda 10 lugares distribuídos por candidatos independentes. O AKP no seu primeiro resultado eleitoral obteve assim uma maioria absoluta possibilitando a formação de Governo na Turquia, pela primeira vez em 15 anos, sem a necessidade de coligação (Grand National Assembly of Turkey, 2002).

Erdogan como forma de garantir a sobrevivência política do AKP dentro do Estado turco, tendo em conta o escrutínio do ainda politicamente poderoso ramo militar, da elite da sociedade civil e burocrática, e o próprio Tribunal Constitucional, alinhou inicialmente segundo valores políticos de centro-direita, taticamente implementados de forma a legitimar a identidade secular do partido, separando-o dos movimentos associados ao seu passado (Cagaptay, 2017).

A sobrevivência constitucional e política inicial do AKP deveu-se ao seu posicionamento político como partido moderadamente secular, democrático, e de centro-direita; e o seu sucesso, em termos de apoio popular, às suas políticas económicas. No primeiro mandato do partido (2002-2007), não só a crise económica crónica dos anos 1990 foi ultrapassada, como também a economia entrou num período inesperado de grande crescimento e estabilidade (*ibidem*).

Entre 2002 e 2007, correspondente ao período do primeiro mandato do AKP, a economia da nação apresentou resultados muito positivos, atingindo uma média de crescimento económico anual de 7,2%. Este sucesso devera-se parcialmente às diversas reformas (1999-2001) que haviam sido iniciadas pelo ministro da economia da coligação antecessora do AKP, assim como ao programa de estabilização económica protagonizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) entre 2000-2001. O Governo do AKP, após assegurar a vitória parlamentar de maioria absoluta em 2002, encontrou-se na verdade numa posição benéfica para a continuação das reformas económicas

anteriormente iniciadas, levando-as ainda mais além, segundo modelos mais próximos do Ocidente e neoliberais (Patton, 2006).

O AKP iniciou um processo de privatização de empresas públicas, reformas no sistema bancário turco, levantou as restrições de entrada de capital estrangeiro, aumentou a disciplina fiscal, e progressivamente estabilizou a inflação crónica da nação, abrindo caminho a um período inédito de investimento direto internacional na economia turca (Jarosiewicz, 2013).

Desta época de rápido crescimento económico resultou a emergência de uma nova classe de investidores, os *tigres da Anatólia*, localizada no centro dessa região, capazes de rivalizar com a tradicional classe industrial do Levante, com origens ainda no Império Otomano, em particular em Istambul, Izmir e outras cidades costeiras do mediterrâneo. Esta nova classe, caracterizada por pequenas e médias empresas, apoiantes do AKP, e tradicionalmente mais religiosa, passou a agir como o principal motor económico para a expansão das exportações para o Médio Oriente, e o Norte de África (*ibidem*).

O aumento do poder de compra geral da população turca, aliado à crença otimista generalizada sobre a capacidade de a economia continuar a apresentar elevados resultados, foi atribuído genericamente à liderança do AKP, o que contribuiu para a sua contínua ascensão (*ibidem*).

O crescimento económico da Turquia possibilitou uma melhoria substancial em termos de medidas sociais. O sistema de saúde, no período descrito entre 2003-2007, foi então alvo de diversas melhorias onde “o processo de implementação [das mudanças] é claramente notado não apenas pelos provedores de serviços médicos, mas também pelos próprios utentes” (AKDAĞ, 2009, p. 21)²⁵. O Programa de Transformação da Saúde, desenhado pelo AKP, é hoje considerado como um dos programas com maior sucesso desde a criação da República da Turquia²⁶ (Fındıkoğlu, 2019).

O modelo neoliberal económico, responsável pelo sucesso do AKP, depende da contínua circulação de capital na economia, e da facilidade de acesso a fontes de financiamento²⁷. Este mecanismo económico, pelo menos, a curto prazo, foi bem-sucedido na Turquia. A economia turca reagiu muito positivamente mediante a facilidade de crédito à habitação e crédito privado,

²⁵ Tradução do autor.

²⁶ De salientar o sistema nacional criado, plataforma e-health chamada de - *Saglik-NET* -.

²⁷ Este processo é por alguns autores descrito como *debtfarism*, que basicamente descreve a dependência de um estado neoliberal pelo crédito e dívida como mecanismo para superar tensões económicas específicas. Na prática traduz-se na promoção dos níveis de dívida da população, como forma de promover a economia (Gungen, 2020).

fomentado por Erdogan. De uma forma impressionante, até durante a crise mundial financeira de 2008-2009, onde os resultados económicos da Turquia também mostraram sinais de contrair, a economia turca acabou por ser uma das menos afetadas a nível global, provando ter recuperado, muito antes do Ocidente e em particular da UE (Gungen, 2020).

Esta filosofia económica característica da “Nova Turquia” de Erdogan, onde através de incentivos governamentais e de facilidades económicas como a diminuição de taxas de juro, criou uma aparente e precária melhoria, a curto prazo, do poder económico da classe média pois resultava sobretudo de uma maior dependência do crédito, mas conferiu a Erdogan um maior apoio popular, dada a aparente melhoria de qualidade de vida. Estes tipos de mecanismos passaram a ser utilizados como ferramentas políticas pelo AKP, em diversos momentos de tensão política, como um modo de artificialmente inflacionar a qualidade de vida da população e assegurar um maior apoio político (*ibidem*).

A base do sucesso político de Erdogan e do AKP assentou em diversos fatores ideológicos, religiosos, económicos e outros, e na simples oposição à elite política kemalista dos anos 1990. No entanto, conforme defendido por Kaya, a lealdade do eleitorado de Erdogan deve muito às medidas de apoio social que se traduziram num aumento de poder de compra e de qualidade dos serviços públicos com reflexos diretos no dia a dia da população (Kaya, 2014).

3.2 AKP e o Estado Secular (2003-2011)

A sobrevivência política inicial do AKP dentro do Estado turco não dependeu apenas do apoio democrático da população. Devido às características particulares da República Turca, que remontam à sua própria Constituição de 1923, e aos desígnios do Kemalismo, onde a democracia é condicionada pela condição de secularidade em relação à qual o sistema judicial e, mais particularmente, as Forças Armadas têm o dever de agir como guardiões. No sistema político turco, as Forças Armadas Turcas (FAT) agem como agente regulador político e defensor do Estado secular, externo ao próprio processo democrático (Ezikoğlu, 2021).

Desde a fundação da República da Turquia, por quatro vezes haviam ocorrido golpes militares, em 1960, 1971, 1980 e 1997, justificados com a proteção dos princípios kemalistas e estabilidade da nação. Assim, desde 2002, com a subida ao poder do AKP, e posteriormente de Recep Tayyip Erdogan, que o AKP e os militares travam uma batalha pelo poder na Turquia “que tem como pano de fundo a tensão entre forças seculares e religiosas” (Schossler, 2016, 10.º parágrafo).

Numa primeira fase, como forma de garantir a sobrevivência política do partido, Erdogan necessitou de se estabelecer enquanto líder de um partido de identidade conservadora e democrática, capaz de agir dentro dos limites do secularismo, embora com os valores conservadores islâmicos ainda levemente presentes. Este processo de legitimação do partido foi conseguido principalmente graças ao apoio internacional do Ocidente, em especial da UE que concedeu à Turquia o estatuto de país candidato a uma futura adesão; e pelos EUA onde o projeto AKP era tido como uma solução viável no pós 11 de setembro, para um modelo de democracia muçulmana capaz de estruturar o Médio Oriente de uma forma moderna e democrática, estável o suficiente para impedir a proliferação do terrorismo e fundamentalismo islâmico (Ezikoğlu, 2021).

No entanto, Erdogan procedeu a um jogo duplo: oficialmente afastava-se do islamismo no palco político, como forma de manter-se dentro das condições seculares do Estado, mas ao mesmo tempo, de forma indireta, promovia políticas identitárias islâmicas, o que colocava o AKP em permanente colisão com as elites kemalistas. Erdogan defendia os modelos ocidentais da democracia e dos direitos humanos, e procurava por essa via legitimar a liberdade da expressão política democrática das correntes Islâmicas, o que implicava pôr em causa a tutela militar sobre o sistema político da Turquia (Cagaptay, 2017).

Este confronto direto do AKP com a tutela militar era, desde 1960, a primeira situação de oposição aberta de um partido à interferência política das FAT. Esta posição permitiu a Erdogan colher dividendos e capital político em Bruxelas “que via as forças armadas [Turcas] como antagonistas para a realização dos valores europeus de direitos humanos, direitos de minorias e liberdades básicas na Turquia” (Phillips, 2017, p. 22)²⁸. Desfazer os poderes políticos das Forças Armadas fazia parte das reformas base para a qualificação da Turquia no seu processo de adesão à UE.

Logo em 2003, Erdogan começa por reformar os mecanismos de controlo político das FAT, muito em particular mediante a redução das competências do Conselho de Segurança Nacional Turco, órgão militar responsável pelas políticas de segurança nacional e políticas externas de segurança a serem implementadas pelo Governo. Em nome das reformas necessárias para a adesão à UE, o Conselho de Segurança Nacional Turco foi relegado para um papel de mera entidade de consultoria do Governo, e passou a poder ser presidido por um não militar indicado pelo Primeiro-

²⁸ Tradução do autor.

ministro e aprovado pelo Presidente. Estas mudanças estruturais, embora emblemáticas da mudança de regime na “Nova Turquia” de Erdogan, não bastaram para a eliminação do poder político das FAT, tendo estas mantido a defesa do Estado secular como princípio de atuação, apesar da sua reestruturação do ponto de vista institucional (Cagaptay, 2017).

Fruto das reformas políticas promovidas por Erdogan nos primeiros anos de Governo, nomeadamente nas áreas dos Direitos Humanos, reconhecidas pelos EUA, a Turquia, em 2005, foi aceite como país candidato a uma futura adesão à UE. No entanto, a agenda política pró-europeia do AKP, característica dos anos 2002-2005 foi perdendo força, em parte devido às posições de Estados chave da UE, como a França e a Alemanha, que demonstravam abertamente a sua oposição ao processo de adesão da Turquia, e, por outro lado, ao cada vez mais débil ímpeto reformista do país, segundo Bruxelas (*ibidem*).

A oposição de alguns países membros e a relutância de compromissos de ambas as partes envolvidas levaram a que Erdogan e o AKP se fossem afastando do processo de adesão, mediante uma postura dúplice. No plano da política interna, Erdogan expressava sentimentos antiocidentais, mas no plano da política externa desenvolvia boas relações formais com a UE e usufruía do apoio internacional em parcerias económicas e no apoio à eliminação do controlo da democracia turca por parte do exército (*ibidem*).

As reformas instauradas pelo AKP, segundo os critérios de Copenhaga, para tornar a Turquia elegível a uma adesão à UE, são para alguns autores o “cavalo de Troia” da agenda islâmica do AKP. Em nome de uma maior democratização, o que o AKP procuraria, na realidade, seria neutralizar a ação das FAT no sistema governamental, e degradar a secularidade do poder judicial por forma a conferir ao islamismo legitimidade na vida política e social turca (Phillips, 2017).

Os próprios valores laicos e seculares da sociedade turca foram sendo gradualmente corroídos, por um sistema escolar público que passou a difundir valores identitários islâmicos e progressivamente antiocidentais. Como resultado, a sociedade turca, que sempre fora secular principalmente nas zonas urbanas, onde a religião e os seus valores eram limitados à esfera individual, foi-se transformando progressivamente numa sociedade conservadora onde os símbolos religiosos passaram a ter uma maior visibilidade na esfera pública (*ibidem*).

A polarização entre o Estado secular kemalista e o AKP intensificou-se com a eleição presidencial de 2007, sufrágio que de acordo com a Constituição era eleito pelo Parlamento. O receio que o candidato do AKP fosse uma personalidade de tradição islâmica, capaz de pôr em

causa o regime secular turco, intensificou-se ainda mais por tratar-se de um cargo de alto simbolismo institucional, dado que o seu primeiro titular fora Mustafa Kemal Atatürk (Dinçsahin, 2012).

O principal partido da oposição, o CHP, e o então cessante presidente Ahmet Necdet Sezer alertaram para o risco de uma maioria tirânica colocar em causa a democracia secular turca. Erdogan, sem ter em conta essas vozes opositoras, apresentou como candidato do partido o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Abdullah Cumhur Gul, apresentando-o como um candidato do povo e não da elite. A escolha foi tida como uma afronta ao Estado secular. Gul era um muçulmano praticante, e caso fosse eleito, a secular República Turca, entre outros pontos de atrito, teria uma primeira dama que usava o lenço islâmico no palácio presidencial (*ibidem*).

A 27 de abril de 2007, o Chefe de Estado Maior, General Yasar Büyükanıt, publica um memorando eletrónico por parte do Estado Maior turco, conhecido como *e-memorandum*, onde insinuava a possibilidade de as FAT intervirem contra a candidatura de Gul, dada a sua reputação de político islâmico e a simbologia do uso do lenço islâmico pela sua mulher (*ibidem*).

Quatro dias mais tarde, a 1 de maio de 2007, o Tribunal Constitucional bloqueia o processo eleitoral como forma de interromper a candidatura de Gul. Evoca para o efeito uma norma que nem mesmo constava na Constituição: para que a eleição fosse válida, pelo menos dois terços dos 550 membros do Parlamento teriam de apoiar o resultado do sufrágio. Esta exigência não só impossibilitou a candidatura de Gul, como tornou inviável qualquer outra nomeação feita pelo AKP sem um acordo prévio com a oposição. Como resposta à decisão do Tribunal Constitucional, Erdogan assim como a sua oposição convocam eleições parlamentares antecipadas (Jenkins G. , 2008). Erdogan aproveita também o momento de tensão política para propor um referendo, marcado para 21 de outubro desse ano de 2007, sobre uma série de alterações constitucionais, nomeadamente a mudança para uma eleição direta da Presidência da República por sufrágio nacional, assim como a possibilidade de reeleição do titular desse cargo (Migdalovitz, 2007).

O resultado das eleições antecipadas tidas a 22 de julho de 2007 foi uma esmagadora vitória do AKP que obteve 47% dos votos, e uma representação parlamentar de 341 lugares, embora sem atingir a maioria necessária de dois-terços que garantisse a nomeação de Gul (Grand National Assembly of Turkey, 2007).

Como forma de evitar prepetuar o impasse político, o principal partido da oposição, CHP, a 28 de agosto de 2007, permitiu que, à terceira volta, Abdullah Gul fosse eleito (Migdalovitz, 2007).

O resultado eleitoral positivo do AKP, nestas eleições antecipadas, que passou de 34% em 2002 para 47% em 2007, demonstrou também um novo padrão mais acentuado na distribuição geográfica dos votos, denunciando um profundo fosso entre os centros urbanos seculares e a cada vez mais religiosa e islâmica massa popular das periferias e do mundo rural. Esta realidade tem sido atribuída a dois aspetos não diretamente relacionados com fatores ideológicos ou religiosos: os resultados económicos positivos atingidos pelo partido durante o seu primeiro mandato; e a questão altamente mobilizadora do combate ao terrorismo, estreitamente associado à questão curda. Quanto a este último fator, o AKP foi entendido pelo eleitorado como o partido com maior credibilidade para apresentar soluções capazes de promover o diálogo, o que viabilizou ao AKP grande apoio de segmentos de origem curda (Çarkoğlu, 2009).

Durante os últimos 5 anos de Governo do AKP, tinha sido adiado e colocado em segundo plano o projeto do partido de abolir a lei que proíbia o uso do lenço islâmico em espaços públicos do Estado, como instituições governamentais e escolas públicas, princípio simbólico tido até então como condição da secularidade do Estado. O assunto, após a reforçada vitória do AKP, ganhou rapidamente o apoio da maioria parlamentar, estabelecida pelo AKP e o MHP, mas foi contrariado pelo partido de principal oposição, CHP, que recorre ao Tribunal Constitucional, para contestar a abolição da lei (Topal, 2011).

O Procurador-geral da República acusou o partido de estar a agir de uma forma anti-constitucional, e deliberadamente prejudicar o carácter secular do Estado, e apresentou queixa no Tribunal Constitucional na tentativa de banir o AKP como partido político. Seis dos juízes votaram a favor de banir o AKP e os restantes sete votaram contra, o que permitiu que o partido se mantivesse legal, tendo sido apenas penalizado com sanções monetárias (Özbudun, 2012).

O segundo mandato do AKP, 2007-2011, foi marcado por uma mudança profunda na forma de atuação do partido e de Erdogan relativamente à questão do Estado secular. Reforçado pelo apoio popular expresso nos mais recentes resultados eleitorais, o AKP e Erdogan iniciam uma fase de confrontação direta com as elites seculares kemalistas e de grandes mudanças institucionais (Ezikoğlu, 2021).

A investigação *Ergenekon*, inicialmente lançada em junho de 2007, foi uma investigação sobre uma alegada organização terrorista turca, secreta, ultrasecular, ultranacionalista, responsável por manipular eventos políticos e com intenções de preparar e executar um golpe de Estado. O processo levou a que cerca de 500 pessoas, incluindo ativistas, jornalistas, figuras militares, e

políticos, identificados como apoiantes do Kemalismo, fossem acusadas de pertencer a essa organização clandestina (MacDonald, 2019). Um dos principais alvos desta investigação foram as FAT, onde mais de 200 militares, no ativo e na reserva, foram formalmente acusados de se envolver com a organização terrorista e de ter tentado orquestrar um golpe de Estado em 2003 (Jenkins G. S., 2011).

O processo *Ergenekon*, desde a sua génese, fora caracterizado por afirmações pouco credíveis e abusos da lei, não existindo na maior parte da acusação provas concretas sobre a existência de tal grupo organizado ou da suposta afiliação dos acusados; pelo contrário, repetidamente foi sendo demonstrada a possibilidade de grande parte das provas apresentadas terem sido fabricadas (*ibidem*).

A investigação *Ergenekon* foi um indício de que o AKP já não se apresentava apenas como um mero ator político conservador e democrático fruto de um movimento de libertação democrática da população, mas passava a assumir um caráter progressivamente mais autoritário e islâmico.

Um outro processo, o processo *Sledgehammer-Balyoz*, reforçou a imagem da luta de Erdogan e dos seus apoiantes pelo poder político da Nação, contra as elites kemalistas/militares (Ezikoğlu, 2021). Esta investigação, lançada em 2010 por reconhecidos seguidores do movimento gulenista, teve por base um alegado plano de golpe de Estado que remontava a 2003, e que alegadamente envolvia uma escalada de agitação social mediante atos premeditados pelos supostos envolvidos kemalistas, para servir de justificação a uma intervenção das FAT como forma de retirar o AKP do poder, em nome da reposição da ordem social, pelo movimento artificialmente criado (Jenkins G. , 2014).

O movimento Gulen, também conhecido como *Hizmet (Serviço)* é um movimento não político, religioso e social muçulmano fundado por Fethullah Gulen que advoga uma transformação da sociedade ao encontro do Islão tradicional, tolerante, baseado nos princípios universais de altruísmo, trabalho, educação, promoção da tolerância religiosa e afirmação da ciência. Embora agisse segundo diversos objetivos filantrópicos, tinha como objetivo combinar o nacionalismo e estatismo turco kemalista com a moderna interpretação do Islão tradicional, estabelecendo uma “ponte entre o Ocidente [moderno] e o Islão” (Khan & Khan, 2018, p. 186)²⁹.

²⁹ Tradução do autor.

Este movimento, sem uma estrutura central nem uma hierarquia oficial dos seus membros, tinha vindo a crescer a ponto de se tornar numa das maiores organizações muçulmanas com alcance internacional, sendo bem financiado e tendo uma influência profunda em diversos centros de poder político e social. Devido à grande compatibilidade entre o movimento gulenista e o AKP, tinha vindo a assumir-se como um dos grandes apoios de Erdogan, fornecendo os recursos e infraestruturas necessárias para a integração da classe média turca muçulmana na vida política social e económica de uma Turquia kemalista (Khan & Khan, 2018).

O movimento gulenista e o AKP, até então aliados por razões de conveniência política, eram historicamente filosofias rivais dentro do mais alargado movimento de islamismo político, o que se acentuou quando os seus inimigos comuns (Estado secular e oposição) se tornaram suficientemente debilitados, por via da influência crescente quer do AKP, quer do movimento gulenista presente em todas os níveis da estrutura burocrática e em particular no ramo judiciário, na polícia e na educação pública (Jenkins G. , 2014; Taşpınar, 2014).

Como resultado do processo *Sledgehammer*, foram detidos 331 dos 365 suspeitos, na sua maioria membros ativos ou na reserva das FAT (Jenkins G. , 2014), nomeadamente três generais que foram sentenciados a prisão perpétua, acusados de “tentativa de derrubar o Governo pela força” (Doğan News Agency, 2015).

Em setembro de 2010, Erdogan propõe um referendo sobre uma emenda à Constituição da República da Turquia, efetuada em 1982 durante o regime militar, após o golpe de Estado de 1980. Este referendo, de forma particular, versava sobre a implementação de um bloco de 26 propostas. A votação baseava-se em torno de uma única resposta de “sim ou não” sobre todas as 26 emendas à Constituição, em vez de 26 separadas votações sobre cada emenda em particular. O principal objetivo seria o de aproximar a Constituição da República Turca, a um modelo mais similar ao das Constituições dos países membros da UE, numa tentativa de aproximar e facilitar o processo de adesão à UE (Cagaptay, 2017).

Por outro lado, os opositores ao referendo, maioritariamente do CHP, denunciaram que essa consulta popular teria como intuito oculto preparar o caminho para uma forma de autoritarismo - nada estranho à sociedade turca - mas desta vez assumido por atores civis, representados pelo AKP, que passariam a ter o controlo institucional sobre o poder executivo, legislativo e judicial, corrompendo os princípios de separação de poderes. Uma terceira visão presente, sobre o referendo de 2010, parte de uma tendência mais liberal, de um meio mais intelectual, dentro da sociedade

turca, onde personalidades com maior visibilidade dentro do movimento liberal, Orhan Pamuk e Sezen Aksu, entre outros, defenderam o referendo alegando que se tratava do início de um processo necessário para ultrapassar o espírito autoritário militar presente na Turquia desde a sua génese, dando assim mais um passo na direção de uma democracia mais liberal na Turquia (Herzog, 2010).

O referendo constitucional acabou por ser votado a 12 de setembro de 2010, e resultou na aprovação do pacote de 26 mudanças constitucionais, com uma taxa de aprovação de 58%. Dentro destas 26 propostas, é importante salientar que, embora a maior parte tivesse um teor universalmente aceite como benéfico para a consolidação de uma democracia mais liberal na Turquia, como a promoção da discriminação positiva das mulheres, crianças e dos mais desfavorecidos, e a proteção da privacidade pessoal e de dados, algumas das mudanças englobadas, no entanto, tinham um espírito menos liberal e de um modo geral combativo para com o Estado secular, nomeadamente o levantamento da imunidade, atribuída pela anterior Constituição, aos autores do golpe de Estado de 1980, assim como a diminuição dos poderes atribuídos anteriormente ao Tribunal Constitucional, incluindo a sua capacidade de banir partidos políticos (Cagaptay, 2017).

A maior mudança de todo o pacote aprovado incidiu sobre os artigos referentes à composição dos órgãos mais elevados da autoridade judicial da República, nomeadamente a alteração da composição e processo de escolha dos membros do Conselho Superior de Juizes e Procuradores³⁰, responsável pela nomeação de magistrados. “As autoridades judiciárias da Turquia, em especial o Tribunal Constitucional... [eram tidas como] um dos últimos bastiões remanescentes da antiga ordem secular kemalista, a par das Forças Armadas” (Herzog, 2010, p. 2)³¹ que repetidas vezes atuaram como agente de bloqueio a algumas propostas do AKP mais controversas, como a criminalização do adultério ou o levantamento da proibição do uso do lenço islâmico em alguns contextos públicos estatais (Herzog, 2010).

Na prática, o resultado do referendo constitucional de 2010 abriu as portas para a gradual institucionalização do próprio AKP como um partido hegemónico no poder executivo, legislativo e agora também no judicial, colocando em causa toda a balança do sistema democrático e laico do Estado turco.

³⁰ O Conselho Superior de Juizes e Procuradores (HSYK) atualmente renomeado para Conselho de Juizes e Procuradores.

³¹ Tradução do autor.

3.3 Erdogan e o Lado Iliberal Populista (2011-2020)

O AKP obteve, nas eleições legislativas de 2011, uma esmagadora vitória, com 49.9% dos votos e 326 dos 550 assentos parlamentares³². A principal promessa eleitoral de Erdogan e do AKP havia sido a alteração da Constituição e o aprofundamento da Democracia, e das garantias de liberdade individual (Grand National Assembly of Turkey, 2011). O reforço do poder político e social do AKP, neste terceiro mandato de Erdogan, intensificou, no entanto, a ascensão do populismo e autoritarismo, enquanto estratégia política do partido, e criou um clima cada vez mais intenso de iliberalismo (Ezikoğlu, 2021).

Após o confronto e respetivo enfraquecimento das elites seculares kemalistas da sociedade turca durante o segundo mandato de Erdogan, desaparece o inimigo comum, que até então justificara a união de diferentes movimentos segundo o mesmo *umbrela*. No terceiro mandato, Erdogan inicia um processo de eliminação gradual dos seus diferentes parceiros políticos, tornando o AKP cada vez mais independente de terceiros e com maior capacidade de manobra (*ibidem*).

O AKP, com a sua crescente autoconfiança no poder do partido, agora capaz de procurar o seu próprio caminho, passa a ignorar e a opor-se ao grupo dos liberais que, embora numericamente pouco significativo, integrava destacadas personalidades intelectuais da Turquia. Aziz Babuşçu do AKP, e líder da organização do partido em Istambul, expressou claramente esse desígnio:

Aqueles que foram nossos parceiros de uma forma ou de outra durante o nosso período de Governo de dez anos não serão nossos parceiros durante os próximos dez anos. O futuro é um período de construção. O período de construção não será do seu agrado. Portanto, esses parceiros não estarão connosco. Aqueles que caminharam conosco ontem de uma forma ou de outra, amanhã serão parceiros das forças que estão contra nós. Porque o futuro que será construído e a Turquia que será construída não será um futuro que eles aceitarão. (Özbudun, 2014, p. 158)³³

³² Este resultado eleitoral é mais acentuado quando contabilizados os resultados absolutos da eleição com as eleições anteriores. Em 2002 o AKP obteve 34.3% dos votos, correspondendo a 10,5 milhões de votos (Grand National Assembly of Turkey, 2002). Em 2011, o resultado de 49.8% equivale a 21.4 milhões de votos (Grand National Assembly of Turkey, 2011). Por si só, estes valores realçam a real profundidade da ascensão do partido e do apoio popular, com a duplicação do número de votos desde a sua formação.

³³ Tradução do autor.

Erdogan, a partir de 2011, adota um discurso cada vez mais populista, opondo-se aos modelos mais ocidentalizados e modernistas, característicos do esforço secular sempre presente desde a formação da República da Turquia. Este acentuar do conservadorismo islâmico, anti kemalista e antiocidental, funcionou como um instrumento político capaz de criar mais um contraste divisório que talhava em duas a sociedade turca, relativamente a certos temas (Ezikoğlu, 2021).

O novo discurso político do AKP passou a dar uma grande ênfase à família como unidade básica e fundamental da nação, onde a imagem de uma mulher tradicional turca, e uma estrutura familiar conservadora, eram apresentadas positivamente e em contraste com a estrutura familiar e a posição da mulher na família e na sociedade baseada no modelo ocidental e moderno, característico do regime kemalista. Enquanto a modernização kemalista procurava estabelecer um papel cada vez mais independente das mulheres na sociedade, o AKP, após 2011, procurou repor, em nome do fortalecimento da família, o papel tradicional da mulher e reafirmar a separação dos papéis de género característicos de uma sociedade patriarcal (*ibidem*).

Na arte e cultura, a visão anti kemalista do discurso e políticas de Erdogan não tardou também a fazer-se sentir. Artistas, celebridades, obras de arte, espetáculos, filmes ou exposições que estivessem associados aos valores sociais kemalistas, que criticassem ou que fossem opostos aos valores preconizados no discurso do novo regime, focalizado nos valores conservadores islâmicos, passaram a ser alvo de pressão política, de limitações e até por vezes de censura pelos diferentes órgãos do Estado (Geybullayeva, 2022).

A forma autoritária como Erdogan e os seus apoiantes lidaram com a demonstração de descontentamento popular expresso nos acontecimentos de *Gezi Park*, por uma parte considerável da população, refletiu claramente, em 2013, o lado iliberal de Erdogan, e o seu discurso marcado pela bipolarização maniqueísta da sociedade turca, e por um sentimento antiocidental (Ezikoğlu, 2021).

Gezi Park é um dos últimos espaços verdes de Istambul, situado no bairro de Taksim Square que, devido ao grande *boom* da construção civil característico dos anos 2000 na Turquia, estava para ser transformado em centro comercial. Um grupo de ativistas ambientais organizou uma campanha com o intuito de interromper a construção e recorreu a uma ordem judicial. A 27 de maio de 2013, a demolição do parque é iniciada e são feitos protestos pacíficos. Erdogan, então primeiro-ministro, declarou que a construção do centro comercial iria avançar independentemente dos protestos e ao mesmo tempo intensificou a resposta das forças de segurança. O número de

manifestantes aumentou para centenas de milhares, propagando-se o movimento por várias cidades. Os números oficiais dão conta de 235 protestos em 67 cidades diferentes, atingindo um máximo, a 11 de junho, de 1,5 milhões de pessoas nas ruas, e por toda a Turquia milhares de civis acabaram feridos, e centenas foram detidos. Fora um claro sinal de oposição e resistência à direção autoritária do Governo, bem expresso no facto de os maiores confrontos entre manifestantes e forças de segurança terem ocorrido frente ao gabinete do primeiro-ministro, em *Besiktas* (Alemdar, 2020).

Após o *Gezi Park Uprising*, a reação autoritária e implacável por parte do AKP levou a profundas divergências entre o movimento Gulen, e o AKP, até então aliados. A 17 de dezembro de 2013, vários membros do movimento gulenista interpõem processos judiciais sobre corrupção contra diversos membros do AKP e até membros da família de Erdogan. Com a introdução de nova legislação, no ano seguinte, em 2014, Erdogan seria, no entanto, capaz de encerrar essas investigações e de ao mesmo tempo realizar uma purga de larga escala sobre oficiais da polícia, juízes e promotores públicos, tidos por pró-gulenistas, reafirmando assim o seu controlo sobre o poder judicial (Özbudun, 2014; Castaldo, 2018).

A forma autoritária como Erdogan e os seus apoiantes lidaram com a demonstração de descontentamento de uma parte considerável da população, aplicando medidas intransigentes e ao mesmo tempo um discurso de culpabilização dos ativistas pela escalada de eventos e de divisão social maniqueísta, naquilo que ele designou por *turcos brancos contra turcos pretos*, traduz o crescente iliberalismo de Erdogan e a sua capitalização mediante um discurso populista de bipolarização da sociedade turca e retórica antiocidental (Ezikoğlu, 2021).

O discurso antiocidental foi reforçado durante os protestos de *Gezi Park*. Diversos membros do AKP acusaram canais televisivos ocidentais, e até a companhia aérea alemã *Lufthansa*, de serem os promotores dos protestos. O próprio Erdogan, então primeiro-ministro, denunciou o caso como um produto da interferência de um “*lobby de investidores internacionais*” com o intuito de manipular a dívida pública turca (Zürcher, 2018).

Gezi Park foi apenas um dos muitos episódios onde foi utilizada a retórica antiocidental por parte de Erdogan e do seu partido, como ferramenta política capaz de instrumentalizar, conforme necessário, a opinião do seu eleitorado em cada crise ou cada campanha política. Ao apresentar o Ocidente, como um inimigo do interesse turco, Erdogan capitalizou apoio político e elevou a sua imagem de líder representante dos interesses das massas e não das elites (*ibidem*).

A 10 de agosto de 2014, realizaram-se pela primeira vez eleições diretas, e não por via parlamentar, para o cargo de Presidente da República, conforme as mudanças constitucionais estabelecidas em 2007. Nestas eleições, Recep Tayyip Erdogan, então primeiro-ministro pelo terceiro mandato consecutivo e barrado de se candidatar a um quarto pelas diretivas internas do próprio AKP, apresenta-se como candidato (Özbudun, 2014).

A Presidência da República era um cargo, genericamente, de mero valor cerimonial político, no entanto, segundo grande parte dos analistas, era esperado que, com a vitória de Erdogan, este cargo se tornasse vastamente mais poderoso e interventivo no sistema político turco. Segundo as palavras de Svante Cornell³⁴, então:

[...] não importa realmente se Erdogan é o primeiro-ministro ou o presidente...[Erdogan] criou um sistema, onde o poder é personalizado em suas próprias mãos, possibilitando desta forma que este determine a composição do Governo por forma a garantir e manter a quantidade exata de influência que deseja. (Arango & Yeginsu, 2014, 12.º parágrafo)³⁵

Erdogan vence com uma maioria de 51,79% dos votos na primeira ronda, tornando-se assim o 12º Presidente da República da Turquia. Este resultado representa uma distribuição regional dos votos que reflete a divisão do eleitorado turco por fronteiras sociais e étnicas. Erdogan representando o AKP obtém 51,79%; Selahattin Demirtaş, apoiado pelo Partido Democrático dos Povos (HDP) - *Halkların Demokratik Partisi*, 9,76%; e Ekmeleddin Ihsanoglu, apoiado pela aliança CHP-MHP, 38,44%. A distribuição de votos pelo território turco espelhou as fronteiras sociais e regionais já recorrentes: o candidato Ihsanoglu (CHP-MHP) foi o claro vencedor no leste da Trácia e nas províncias costeiras do Mar Egeu e mediterrânicas; o candidato Demirtaş, HDP, foi o candidato preferencial da zona dominada pela etnia curda, a sudeste. O restante território, incluindo a Anatólia central e oriental, assim como a região do Mar Negro, foram a base sólida do eleitorado do AKP e de Erdogan (Özbudun, 2014).

O eleitorado do CHP, foi essencialmente o das regiões mais modernizadas, onde existe um maior bem-estar económico, um maior nível de escolaridade e onde o modo de vida assume

³⁴ Académico sueco, especialista em questões de segurança na Eurásia e em especial na Turquia e Ásia Central, diretor de investigação do CACI – Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program.

³⁵ Tradução do autor.

contornos mais seculares. Esta clivagem social dos eleitores do CHP e do AKP ficou também expressa ao nível dos centros urbanos. Nas três maiores cidades da Turquia (Istambul, Ancara e Esmirna), a maior base eleitoral do CHP concentrou-se nos bairros e zonas mais antigas, característicos da classe média e alta, onde o estilo mais secular se encontra mais presente. Por outro lado, o AKP obteve uma maior representação nos bairros mais recentes, de população de migrantes rurais para as cidades, áreas de população tendencialmente mais pobre, conservadora e com menor nível de escolaridade (*ibidem*).

Erdogan, durante o seu primeiro mandato como Presidente da República, liderou o sistema político na prática como se fosse um sistema semi-presidencial (não *de iure* mas *de facto*) através da nomeação de um primeiro-ministro e um gabinete que lhe era leal e obediente. A escolha para primeiro-ministro recaiu sobre Ahmet Davutoğlu, anterior ministro dos Negócios Estrangeiros e intelectual conservador (Özbudun, 2014).

A posição já consolidada do AKP na política turca iria sofrer grandes transformações após 2014, por via do afastamento do eleitorado curdo (Ezikoğlu, 2021). Representando cerca de 20% da população turca, os curdos haviam sido um importante aliado do AKP, durante a sua ascensão ao poder. Inicialmente o AKP foi entendido por este eleitorado como um partido que abordaria segundo uma nova ótica a ‘Questão Curda’, através da promoção da Democracia. Muito do apoio do AKP, anteriormente obtido nas regiões de maioria curda, devera-se ao facto de o AKP ser considerado, por esse eleitorado, a melhor alternativa, em comparação com os partidos kemalistas, devido à sua postura inicialmente mais aberta e tolerante sobre os direitos e identidade dessa população (Larrabee & Tol, 2011).

A chamada de ‘Abertura Curda’, em 2009, fora a primeira séria tentativa por parte de um Governo turco, desde os anos 1980, de abordar o problema de uma forma reconciliadora, através do estabelecimento de conversações com o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) -*Partiya Karkerên Kurdistan*-, parcialmente abertas ao público. Este processo rapidamente perdeu fôlego, resultando em poucos progressos quanto à questão. O AKP insistira então sobretudo no desarmamento do PKK, em troca do reconhecimento parcial dos direitos culturais dos curdos. Por seu turno, o PKK reivindicava a partilha de poder e o reconhecimento dos direitos culturais coletivos da etnia curda no âmbito de um projeto de progressiva autonomia democrática (Çiçek, 2018; Yavuz, 2001).

Em janeiro de 2013, Abdullah Öcalan, fundador do PKK, e detido desde 1999, pediu, numa carta-aberta, um cessar-fogo do grupo; em resposta, o Governo abriu uma nova ronda de negociações. Esta segunda iniciativa, o denominado ‘Processo de Resolução’ decorreu de forma menos secreta, e foi acompanhado de perto pela opinião pública turca. O processo acabaria, no entanto, por também falhar, sendo notória a incapacidade de envolver mediadores nacionais ou internacionais no processo, e de ambas as partes atingirem um consenso (Çiçek, 2018).

A formação do partido político HDP, criado em 2012, de Esquerda radical, e que se apresentava como defensor das minorias, nomeadamente da curda, não tardou a capitalizar nas urnas o descontentamento curdo relativamente ao regime. Nas eleições presidenciais de 2014, Selahattin Demirtaş, o seu candidato, obtivera 9,76% dos votos; e, nas eleições legislativas, um ano depois, em junho de 2015, com 13%, HDP recolhe mais de metade dos votos em províncias com grandes comunidades curdas, onde até então o AKP era o principal partido. Este resultado não se deveu apenas à formação do HDP, e à atitude cada vez mais iliberal assumida pelo AKP, mas também, e principalmente, à opinião pública da comunidade curda cada vez mais crítica quanto à política externa do Executivo relativamente aos grupos de origem curda ativos na guerra da Síria (Gunes, 2017).

Este resultado eleitoral obtido pelo HDP constituiu um grande contratempo para o AKP, que obteve 41% dos votos e 258 dos 550 lugares parlamentares, nas primeiras eleições em que Ahmet Davutoğlu substituiu Erdogan como candidato a Primeiro-ministro. Em comparação com os resultados eleitorais de 2011, o partido sofreu uma quebra de 9%, perdendo assim a maioria absoluta no Parlamento o que implicou, para o AKP, a necessidade de criar uma coligação com algum dos três restantes partidos para formar Governo (CHP, MHP, HDP). No entanto, a incapacidade de criar algum tipo de coligação obrigou a novas eleições antecipadas que foram convocadas para novembro de 2015 (Grand National Assembly of Turkey, 2015a).

A campanha eleitoral para as eleições legislativas de novembro de 2015 ficou marcada pela divergência dos interesses do AKP e da elite do PKK quanto ao ‘Processo de Resolução’ iniciado em 2013, e deu reinício a confrontos cada vez mais violentos. O AKP aproveita então o reacender do conflito curdo, e o período de caos provocado, como forma de combater as conquistas eleitorais do HDP, lançando operações militares em diversas cidades com grande representação curda. O ‘Problema Curdo’ entra então num dos períodos de maior perseguição, que não terminou com as eleições de novembro de 2015, mas que foi aumentando de intensidade, o que constituiu uma

regressão do problema se comparado com a postura usual do antigo regime kemalista mais securitária e unilateral (Christofis, 2019).

Esta transformação da forma como o AKP abordava o ‘Problema Curdo’, mediante o intensificar da perseguição e a quebra com as anteriores iniciativas de resolução pacífica, moldou a nova campanha política do AKP que procurou renovar o seu apoio eleitoral através de um reforçado nacionalismo, segundo a liderança de Erdogan (Ezikoğlu, 2021). O ambiente político, nos cinco meses de separação entre as duas eleições, sofreu grandes mudanças em parte pelo aumento da violência política e terrorismo, como resultado do retomar do conflito entre o PKK e as forças de segurança turcas, assim como de uma maior atividade terrorista do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIL) -*Islamic State of the Iraq and the Levant*- dentro do território turco. Este ambiente acabou por ser instrumentalizado pelo AKP como ferramenta mobilizadora da opinião pública nacional (Gunes, 2017).

O AKP procurou então ganhar terreno político apresentando o HDP como o novo inimigo público, ameaça à democracia turca³⁶, e difamando-o em diversos meios de comunicação social como diretamente relacionado com a violência do retomar das hostilidades com o PKK. Esta nova retórica funcionava também como uma forma de justificar o reaparecimento de medidas opressivas contra partidos pró-curdos que foram cada vez mais se destacando como comunidades opositoras de Erdogan (*ibidem*). Como resultado, nas eleições legislativas de novembro de 2015, o AKP provou ser capaz de consolidar-se, com esta acentuada retórica nacionalista, pois ganhou terreno principalmente junto ao eleitorado do MHP. Como resultado, o AKP aumentou em quase 9%, o resultado eleitoral anterior, obtendo assim 317 dos 550 lugares parlamentares, o que lhe permitiu a maioria absoluta e manter Ahmet Davutoğlu como primeiro-ministro (Grand National Assembly of Turkey, 2015b).

Outra das grandes transformações do AKP, característica até 2014 foi o fim da aliança do partido com o movimento gulenista. Dois anos antes, na sequência do *Gezi Park Uprising* ambas as forças já se haviam envolvido num aberto confronto. Os gulenistas haviam desde então procurado minar o monopólio de poder de Erdogan, através da abertura de investigações criminais

³⁶ Este clima foi exponenciado pelo pormenorizado acompanhamento televisivo em diversos canais nacionais, de funerais militares e de forças de segurança, relacionados com a violência do conflito com o PKK. Esta hiper chauvinista mobilização levou à redução de todo o “Problema Curdo” à violência relacionada com o PKK, causando um clima cada vez mais hostil para com o HDP onde por diversas vezes as suas sedes foram atacadas por protestos nacionalistas (Gunes, 2017).

ao partido, acusações de corrupção e/ou abuso de autoridade, ataques na opinião pública, lutas eleitorais e por último (embora nunca oficialmente confirmado por fontes independentes), um golpe de Estado³⁷ (Esen & Gumuscu, 2017).

Esta tentativa de golpe de Estado militar, creditada ao movimento gulenista, iniciou-se na noite de 15 de julho de 2016, ficando para a história como “o golpe mais sangrento da história turca” (Esen & Gumuscu, 2017, p. 62)³⁸. A intentona acabaria por falhar quando milhares de cidadãos apoiantes do AKP e/ou contra um novo golpe de Estado, que comprometesse o processo democrático da nação, se revoltaram nas ruas. Foi notória a massiva participação de civis que participaram nos protestos e também a conduta da oposição política ao AKP. Três partidos da oposição com assento parlamentar (CHP, MHP e HDP) denunciaram veementemente o golpe como um atentado à democracia, algo que consideraram mais grave que a deriva iliberal e autoritária de Erdogan. Este apoio tido pelos três partidos opositores não deve ser confundido como um apoio ao Governo do AKP, mas sim como um gesto de defesa da democracia e do sistema parlamentar (Esen & Gumuscu, 2017).

Quase imediatamente após o golpe de Estado ter falhado, o AKP procedeu a detenções em massa. Dos 358 oficiais generais de todos os ramos das FAT, 151 foram presos, assim como 1656 coronéis, e cerca de 3500 oficiais de restantes patentes. De realçar que a alta cadeia de comando, não foi considerada como participante nos eventos de 15 junho e a grande prevalência de militares de alta patente considerados envolvidos haviam sido em 2013, promovidos, após a purga realizada nas forças armadas durante os processos *Ergenekon* e *Sledgehammer* (*ibidem*).

Nas próprias palavras de Erdogan, a tentativa de golpe de Estado acabou por ser “um presente de Deus” (Esen & Gumuscu, 2017, p. 69)³⁹. Na verdade, permitiu a Erdogan, através da repetida imposição de estado de emergência, suspender o Estado de Direito e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, criando assim o quadro legal que deu legitimidade ao regime para eliminar todo o tipo de dissidência na sociedade turca; não apenas contra o movimento gulenista, identificado como autor da tentativa do golpe, mas também contra qualquer movimento opositor ou que constituísse uma ameaça a Erdogan (Castaldo, 2018).

³⁷ Segundo algumas fontes, as forças ativas no golpe militar eram na sua maioria membros ou apoiantes do movimento gulenista, entre outros oficiais militares seculares ou agindo de forma pragmaticamente anti Erdogan (Esen & Gumuscu, 2017).

³⁸ Tradução do autor.

³⁹ Tradução do autor.

Um ano após o golpe de Estado, os resultados da perseguição sobre os opositores dão conta de cifras chocantes reveladoras do mais puro autoritarismo: 50546 pessoas presas, 103824 retirados, 3343 suspensos de cargos públicos, 166 jornalistas e centenas de advogados presos, confiscações no valor de mais de 10 mil milhões de US\$ dólares a empresas privadas, 150 órgãos de comunicação social encerrados e mais de 1000 Organizações Não Governamentais e fundações dissolvidas por decreto (*ibidem*).

O golpe de Estado falhado deu também a oportunidade a Erdogan e ao AKP de efetuarem as profundas reformas constitucionais que há muito desejavam, principalmente a almejada transformação do sistema político turco de parlamentarista para presidencialista, tornando assim o Presidente da República o chefe do Executivo e do Estado. As alterações à constituição foram aprovadas pelo Parlamento em janeiro de 2017 (com o apoio do MHP) e submetidas a referendo nacional a 16 de abril, sendo respetivamente aprovadas com 51,41%, e transformando assim a estrutura do Estado. O Presidente da República passou a deter, legítima e constitucionalmente, a maior parte do poder do Estado, objetivo abertamente expresso por Erdogan desde pelo menos 2010 (*ibidem*).

Após o referendo constitucional aprovado em 2017, o sistema político turco, anteriormente parlamentarista iniciou um processo moroso de transformação em sistema presidencialista que foi recebido pela oposição com grande resistência. Nesse sentido, as eleições presidenciais e as eleições antecipadas parlamentares, convocadas em simultâneo, em 24 de junho de 2018, tornaram-se um importante passo para a legitimação democrática do novo sistema presidencialista e para a concentração de poder nas mãos de Erdogan (Altun, 2018).

Erdogan obteve 52,5% dos votos; e, nas legislativas, o AKP, 42,6% e 295 dos agora 600 deputados parlamentares; o MHP 11,1% e 49 deputados, formando assim uma forte coligação parlamentar de 344 deputados, equivalente a uma maioria absoluta. O MHP, anteriormente adversário do AKP, tornou-se assim o seu maior aliado político, mudança de atitude que começara a esboçar-se, desde a tentativa de golpe de Estado de 15 de julho de 2016 (*ibidem*).

Os resultados do novo sistema presidencial, onde Erdogan centraliza o poder executivo nas suas próprias mãos, não só enfraqueceram o Parlamento e governos locais, como também debilitaram o sistema judicial. O enfraquecimento do Parlamento deveu-se principalmente à possibilidade de levantamento da imunidade parlamentar, mecanismo que tem sido utilizado contra

deputados que se oponham ao AKP⁴⁰, assim como contra o uso excessivo de decretos legislativos que contornam o processo parlamentar. Os governos locais também não estão imunes à personificação e centralização de poder. Diversos presidentes de Câmara têm sido substituídos e nomeados diretamente por Erdogan. O sistema judiciário tornou-se cada vez mais disfuncional, sendo incapaz de escapar à centralização de poder do sistema presidencialista. Mesmo uma decisão do Tribunal Constitucional Turco, referente à ordem de libertação de diversos escritores e jornalistas, que tinham sido detidos no pós-golpe de Estado de 2016, foi recentemente ignorada (CATS, 2021).

Nenhum sistema político, nem mesmo com grande nível de personalização e centralização de poder autoritário, pode sobreviver de forma duradora sem a legitimação e o apoio da vontade da população. Embora Erdogan tenha sido capaz de expandir os seus poderes de controlo das instituições do Estado, enfrenta agora uma oposição unida e vê-se pela primeira vez dependente da sua própria coligação, enfrentando uma crise financeira e económica desde 2018, caracterizada pela perda de valor da lira, elevada inflação e excessiva dívida pública, agravada pela crise mundial do Covid-19. As próximas eleições, parlamentares e presidenciais, realizar-se-ão em 2023. Erdogan e o AKP terão de pôr à prova, mais uma vez, a sua capacidade de se mobilizar e adaptar ao eleitorado turco.

⁴⁰ Em particular a oposição HDP tem sido altamente perseguida, com diversos membros parlamentares detidos e uma moção para banir o partido (Duvar English, 2021).

(Página intencionalmente em branco)

CAPÍTULO IV – POLÍTICA EXTERNA

Em 1991, o colapso do mundo bipolarizado, o denominado *fim da Guerra Fria*, fez a Turquia entrar num novo ambiente de incerteza, mas também de novas oportunidades. Esta potência média da NATO, que fora durante a Guerra Fria um país fronteiro entre os dois blocos, com a queda da União Soviética, adquiriu um papel de potência regional, dispondo daí em diante de um leque de diferentes escolhas possíveis quanto à sua política externa (Şahin, 2020).

“*Paz em casa, paz no mundo*” era um dos lemas de Mustafa Kemal Atatürk. Esta decisão de se focar nos assuntos internos, estabelecida pelos fundadores da República da Turquia, era uma forma de evitar que o país fosse arrastado para os assuntos dos territórios anteriormente otomanos agora controlados pelos vitoriosos Estados da Primeira Guerra Mundial, e manteve-se, genericamente, o princípio base da política externa da República Turca até os anos 1990 (Ozkececi-Taner, 2017).

Durante esse período, a Turquia adotou uma postura não aventureira, não expansionista, e, ao mesmo tempo, uma presença mais isolada do sistema internacional. Esta filosofia resultou numa quase completa ausência da Turquia na política externa internacional relativamente ao Médio Oriente, e a uma proximidade com o bloco ocidental, de forma a manter a sua segurança, integridade territorial e independência perante a expansão territorial e ideológica da União Soviética (*ibidem*).

Em 1947 recebeu ajuda monetária dos EUA; em 1952, aderindo à doutrina *Truman*, juntou-se à NATO; e, em 1959 candidatou-se à CEE, tornando-se membro associado em 1963. Durante a restante Guerra Fria, a política externa turca manteve-se de modo geral alinhada com os interesses dos seus aliados ocidentais, exceto aquando da intervenção militar da Turquia no Chipre, em 1974, que se saldou na divisão da ilha entre a parte cipriota grega a sul, e a parte cipriota turca a norte (*ibidem*).

Perante o sistema internacional da era da Guerra Fria, o principal foco da política externa turca limitou-se à defesa da sua integridade territorial e segurança das suas fronteiras. Neste período, a política externa turca caracterizou-se por uma postura mais limitada, baseada no poder de dissuasão da sua capacidade militar, atitude característica de uma visão estritamente realista do sistema internacional. Esta atitude era também resultante do facto de os atores responsáveis políticos,

muitas vezes de origem militar, pertencerem a uma elite restrita e altamente formatada para avaliar o mundo envolvente segundo uma perspectiva estrita de segurança nacional (Ayдын A. , 2013).

4.1 Ponto de Partida Kemalista

Após o fim da Guerra Fria, a Turquia ganha espaço de manobra, e torna-se menos dependente do Ocidente para a salvaguarda da sua segurança relativamente à vizinha Federação Russa, outrora União Soviética. Esta mudança radical do sistema internacional deu azo, inicialmente, a uma maior incerteza quanto ao lugar da própria Turquia no novo sistema, tendo em conta que a falta da ameaça soviética se traduzia numa eventual diminuição da importância geopolítica da Turquia junto aos seus habituais aliados ocidentais. Ao deixarem de ter um inimigo comum, Turquia e Ocidente poderiam transformar as suas relações, o que implicaria uma menor cooperação, quer económica, quer militar, característica das anteriores décadas de parceria. Mas não foi isso o que sucedeu.

Perante as mudanças no ambiente internacional e regional, a elite burocrática kemalista manteve a mesma postura de defesa dos valores ocidentais, da democracia e de uma economia de mercado ativa, capaz de representar e defender os interesses europeus e americanos na região (Şahin, 2020).

Durante a Primeira Guerra do Golfo em 1990, a Turquia juntou-se à coligação internacional liderada pelos EUA, servindo como um importante instrumento contra o vizinho Estado iraquiano, mesmo pagando um preço elevado por isso. A postura de um maior e firme alinhamento com o Ocidente não só prejudicou as relações da Turquia com o Iraque, como também agravou os problemas da instabilidade regional, propagando os sentimentos separatistas curdos na região norte iraquiana e comprometendo assim a própria segurança doméstica do país (Şahin, 2020). Também internamente, este alinhamento com o Ocidente foi mal recebido por alguns setores da sociedade turca e, externamente, pela maior parte dos estados muçulmanos vizinhos que questionavam a legitimidade da ação liderada pelos EUA, e alegavam duplicidade de critérios quando comparada a intervenção com outros casos (Aykan, 2006; Phillips, 2017).

Este papel desempenhado pela Turquia não foi ignorado pelo Ocidente. Ao acordo de união aduaneira, que abriu o caminho a uma maior integração económica da Turquia, com a UE, sucedeu em 1999, no Conselho Europeu de Helsínquia, a aceitação da Turquia como candidata a Estado-membro, tendo o país, para o efeito, se comprometido a adotar toda uma série de reformas (Kanbur & Bernat, 2013). A decisão da UE foi possibilitada em grande parte pelo recente esforço de

normalização das relações entre a Grécia e a Turquia, após a crise do *Imia/Kardak* em janeiro de 1996. Este evento deu azo a que a Grécia, de opositora à adesão da Turquia à UE passasse a ser um dos maiores apoiantes à candidatura (Öniş & Yilmaz, 2008).

A queda do sistema bipolar não se traduziu, no entanto, numa maior estabilidade para a região. O colapso da Europa de Leste, os conflitos armados regionais, como a invasão do Kuwait por parte do Iraque, a Guerra *Nagorno-Karabakh*⁴¹, e a guerra civil na Jugoslávia mantiveram o ambiente tenso para a segurança regional, agora mais imprevisível, devido ao recém-formado vácuo de poder na zona. As preocupações securitárias turcas intensificaram-se no final dos anos 1990 na sequência das demandas territoriais da Síria⁴² e da Grécia, e do aumento da pressão por parte dos movimentos separatistas curdos, comprometendo diretamente a integridade territorial da Turquia (Şahin, 2020).

O país esforçou-se por equilibrar as ameaças na sua vizinhança, em particular como reação ao acordo de cooperação militar entre a Grécia e a Síria assinado em 1995. Como reação, a Turquia estabeleceu uma parceria mais próxima com Israel, que viria a materializar-se numa série de acordos abrangentes entre estas duas nações nas áreas militares, económicas e tecnológicas, e numa associação informal com o “influente lobby judaico” nos Estados Unidos (Tür, 2012).

A política externa turca no pós-Guerra Fria, a nível global e regional, manteve-se pois muito alinhada com anteriores tendências de uma elite burocrática, altamente institucionalizada na filosofia política kemalista, muito determinada na defesa dos valores ocidentais e no reforço do papel estratégico assumido pela Turquia na região, muito em particular no que respeitava à projeção dos valores ocidentais para a Ásia Central e o Médio Oriente, a troco de uma maior integração do país no bloco ocidental, muito especialmente na UE (Şahin, 2020).

4.2 AKP - Profundidade Estratégica (2001-2011)

O 11 de setembro de 2001 marca a data dos ataques terroristas aos EUA que trouxeram repercussões para todo o mundo, alterando radicalmente a política securitária internacional. A destruição do *World Trade Center* e o ataque ao Pentágono, no seio da maior potência mundial,

⁴¹ Disputa territorial entre a Arménia e o Azerbaijão.

⁴² Disputa territorial entre a Turquia e a Síria, pela provincial de *Hatay*, que possui uma maioria populacional árabe anteriormente controlada pela França até 1939 quando foi cedida à Turquia.

mudaram radicalmente a política de Washington. O choque causado pela perda da percepção de invulnerabilidade criou uma nova e controversa forma de política internacional baseada na ação preventiva e postura ofensiva (d'Abadie, 2003).

No pós-11 de setembro o “ambiente internacional não se baseia mais na gestão da segurança, mas na gestão da insegurança, não em ameaças ou perigos específicos, mas em possíveis riscos e desafios” (d'Abadie, 2003, p. 129)⁴³. Esta transformação da política estratégica dos EUA alterou a concepção de segurança coletiva da NATO, colocando a luta contra o terrorismo global e o combate à proliferação nuclear no mais alto patamar das prioridades da Aliança Atlântica (*ibidem*).

Neste contexto, a Turquia viu-se projetada geopoliticamente e estrategicamente no centro da guerra global contra o terrorismo, na sua qualidade de potência regional e Estado crucial para as políticas promovidas pelos EUA no Médio Oriente (Keyman & Onis, 2007).

Embora o lugar da Turquia como potencial mais-valia para a estabilidade e o diálogo na região fosse partilhado tanto pelos EUA como pela UE, a forma como estes dois atores pretendiam desenvolver estratégias para combater o terrorismo internacional suscitou uma crescente fratura entre ambos. Os EUA, guiados por uma visão mais alinhada com os princípios do realismo, eram promotores de políticas unilateralistas, e do emprego de forças militares, enquanto a UE, mais alinhada com os princípios liberais, defendia o multilateralismo e um papel mais ativo da ONU e da pressão diplomática (Onis, 2003).

A Turquia foi uma das primeiras nações a juntar-se à campanha militar internacional criada pelo presidente norte-americano George W. Bush, intitulada como *Global War on Terror*, no seguimento dos ataques terroristas do 11 de setembro de 2001. Tendo em conta a localização geográfica e o próprio conflito doméstico com o PKK, organização terrorista curda, a Turquia viu-se na linha da frente da campanha internacional, e prontamente se juntou à coligação das forças militares lideradas pelos EUA no Afeganistão em 2001, onde as localizações estratégicas de diversas bases militares turcas provaram ser imprescindíveis para a logística das operações (Altunisik, 2006).

No entanto, em 2002, quando os EUA procuraram incluir a Turquia na operação *Iraqi Freedom*, com o objetivo de impor uma mudança de regime no Iraque do presidente Saddam Hussein, foi aberto um grande debate na sociedade e classe política turca. Ancara apresentava

⁴³ Tradução do autor.

preocupações sobre os possíveis impactos de uma nova guerra no Iraque, em particular para a eventual instabilidade da região e possíveis implicações sobre os movimentos separatistas curdos na região norte iraquiana (Altunisik, 2006; Phillips, 2017).

A formação de um novo Governo pelo AKP, após a sua vitória eleitoral em 2002, não diminuiu a resistência à participação da Turquia numa possível segunda guerra do Golfo. Os novos atores políticos e novas dinâmicas nacionais deram azo, pelo contrário, a um processo de negociação internacional mais complicado (Altunisik, 2006).

Washington apresentou uma longa lista de requisitos, solicitando a participação plena da Turquia na operação, nomeadamente o emprego de militares no terreno, e a disponibilização de todos os portos e bases aéreas civis e militares, incluindo na parte norte da Turquia, a mais distante da fronteira com o Iraque (*ibidem*).

Além da dificuldade associada às próprias negociações das condições para a cooperação turca, a falta de apoio público foi particularmente problemática para o AKP. Cerca de 90% da população opunha-se a esta guerra. As negociações progrediram durante três longos meses, e a inquietação sobre a possibilidade de guerra com o Iraque, sem a legitimidade internacional estabelecida pela ONU, causou momentos de grande tensão entre a Turquia e os EUA (*ibidem*).

A 1 de março de 2002, o Parlamento rejeitou a moção apresentada pelo AKP sobre a participação da Turquia no conflito, impedindo assim, na prática, a criação da frente norte desta ofensiva contra o Iraque, e prejudicando os planos de Washington. O AKP tinha maioria absoluta no Parlamento, e este resultado refletiu uma divisão dentro do próprio seio do partido⁴⁴ (Cagaptay & Parris, 2003).

Relevante notar que, embora o AKP fosse abertamente contra o papel desempenhado pelas FAT no que se refere à política em geral, na questão da participação ou não na guerra do Iraque, o partido procurara que as FAT assumissem a decisão, para que ficassem assim responsáveis pelo que fosse decidido. No entanto, as Forças Armadas tinham-se mostrando relutantes em tomar uma decisão que era fortemente impopular a nível nacional e que poderia comprometer a relação e a

⁴⁴ Esta decisão provou ser benéfica para a posição sensível em que o Governo do AKP se encontrava, dado que os deputados tiveram liberdade de voto, o AKP evitou ficar com o ónus completo da decisão, quer esta fosse ou não, o apoio à Guerra do Iraque o Governo do AKP foi capaz de mitigar os eventuais resultados negativos junto à opinião pública de ambas as eventuais decisões.

posição da Turquia com um dos seus mais importantes parceiros e aliados, os EUA (Altunisik, 2006; Cagaptay & Parris, 2003).

Embora as relações entre os EUA e a Turquia tenham sido afetadas, momentaneamente, durante esta crise diplomática, ambos os lados acabaram por reconhecer e preferir salientar os seus interesses comuns e as possibilidades de cooperação no Médio Oriente, e as suas relações rapidamente se normalizaram (*ibidem*).

O não alinhamento da Turquia, na política dos EUA, relativamente ao Iraque, implicou, contudo, um alto custo para Erdogan. Os curdos iraquianos, ao tornarem-se dos principais aliados dos EUA durante o decorrer da guerra, reforçaram o poder do PKK e do movimento secessionista curdo, que após o fim da guerra utilizou o território norte iraquiano como uma das principais bases do PKK, colocando assim em risco os interesses nacionais da Turquia e a sua segurança fronteiriça (*ibidem*).

Ahmet Davutoglu, então Conselheiro-chefe de Erdogan, tornou-se gradualmente, nesses anos, a face da política externa do AKP assumida por Erdogan, e que viria a tornar-se cada vez mais relevante, à medida que o partido consolidava a sua posição por toda a estrutura do Estado (Şahin, 2020).

A visão desenvolvida por Davutoglu para a nova política externa turca partia do princípio de que a Turquia havia sido e continuava a ser uma das nações centrais para a política internacional, não só devido à sua localização geográfica, mas também pela sua herança histórica e identidade específica. A Turquia não poderia, pois, manter-se confinada ao papel internacional de Estado secundário ou simples ponte entre civilizações, como viera sendo caracterizada após a formação da República Turca. Segundo a visão de Davutoglu, posteriormente conceptualizada como “*Strategic Depth Doctrine*”, a política externa turca deveria reposicionar o país como um Estado central, com uma área de influência, quer a nível regional, quer a nível global, muito mais profunda que a assumida previamente (Altunisik, 2011).

A “*Strategic Depth Doctrine*” de Davutoglu defendia, como princípio, uma política de “*Zero Problemas com a Vizinhança*”, por forma a transpor de forma positiva, e menos isolada, as relações com os países vizinhos no Médio Oriente, opondo-se assim às políticas turcas anteriores, envoltas em conflitos regionais e pontos de tensão (*ibidem*).

O segundo princípio da política externa advogada por Davutoglu sublinhava a capacidade da Turquia de empregar uma política externa multidimensional. Ainda que novos objetivos e relações

fossem moldados, estes seriam complementares e paralelos às relações e alianças anteriormente estabelecidas. Por princípio, o eventual desenvolvimento de novas relações com Estados do Médio Oriente ou até mesmo com a Rússia não colidiria com as relações estratégicas já estabelecidas com os EUA e a UE (*ibidem*).

Por último, um terceiro princípio promovia o papel da Turquia enquanto importante mediador nos conflitos regionais e globais; não apenas enquanto gesto de boa vontade, mas também por necessidade, porque essa era a única forma de o país assegurar a estabilidade e segurança no seu território (*ibidem*).

Esta nova visão do papel da Turquia no sistema internacional, anteriormente fechada e muito dependente do seu poder militar, adquiria assim contornos de *Soft Power*, cooperação e interdependência de relações económicas (*ibidem*).

Seguindo a “*Strategic Depth*”, estabeleceram-se com as nações vizinhas novas relações e parcerias diplomáticas de forma pró-ativa nomeadamente de boas relações económicas e diplomáticas, especialmente com a Síria e Irão⁴⁵, ao mesmo tempo que as relações tradicionais com o Ocidente não sofreram percalços, mantendo-se a cooperação com os EUA e a adesão à UE⁴⁶ uma prioridade (Aydın A. , 2013).

Em pouco mais de uma década, a relação com a Síria, que partira de um confronto de poder no final da década de 1990 que deixou as duas nações à beira da guerra, em 1998, sobretudo devido ao apoio da Síria ao PKK, ficou cada vez mais normalizada. Em junho de 2000 o então presidente turco Ahmet Necdet Sezer liderou uma delegação para prestar homenagem no funeral de Hafiz al-Asad, antigo presidente da Síria. A este gesto o novo presidente sírio, Bashar al-Asad, respondeu com uma carta diplomática com o fim de ‘*virar a página*’ nas relações bilaterais antes tensas entre os dois países (Dayem, 2002).

As relações entre Turquia e Síria evoluíram para além da mera normalização, passando a estabelecer-se uma cooperação entre ambos, quase ao nível de aliança regional. Um dos principais fatores que abriu as portas para esta transformação abrupta foi a convergência de interesses e

⁴⁵ Destaque-se o papel de mitigador assumido pela Turquia nas disputas entre Síria e Israel e na crise nuclear iraniana.

⁴⁶ Em particular o alinhamento da Turquia nos primeiros anos do AKP em termos de *Common Foreign and Security Policy*, onde em 2007 a Turquia subscreeveu 45 das 46 declarações da UE em matéria de política externa (European Commission, 2007).

posturas de ambos em torno da guerra do Iraque e dos seus resultados após a destruição do Governo central iraquiano (Saab, 2009; Hinnebusch, 2013).

Em 2004, Bashar Al-Asad fez uma visita histórica a Ancara, onde declarou que a possibilidade de criação de um Estado curdo no Iraque seria inaceitável tanto para a Síria como para a Turquia. No mesmo ano, um acordo de livre comércio foi assinado em Damascos. Fruto desta relação cada vez mais próxima entre os dois países, a Turquia foi capaz de assumir um papel mediador em conversações indiretas de paz em 2008, entre Israel e a Síria⁴⁷. A 27 de abril de 2009, a Síria e a Turquia realizaram o primeiro exercício militar combinado, ao mesmo tempo que assinaram um acordo para aprofundar a cooperação tecno-militar dos dois países, enviando uma mensagem simbólica de grande significado para a região (*ibidem*).

A relação da Turquia com a Síria, o novo alinhamento, fruto do exercício da “*Strategic Depth Doctrine*”, representa um corte com a dependência tradicional do *Hard Power* realista. O desenvolvimento das relações com a Síria no final dos anos 2000 chegou ao ponto de ser considerada como o modelo a seguir pelo AKP para novas relações baseadas no *Soft Power* e criação de interdependências mútuas, no quadro de uma política externa de “*Zero Problemas com a Vizinhança*” capaz de posicionar a Turquia como líder regional (Hinnebusch, 2013).

No final dos anos 2000, fruto da “*Strategic Depth Doctrine*”, a Turquia ultrapassou os atritos do passado, com os seus vizinhos no Médio Oriente, estabelecendo bases de cooperação económica e diplomática nomeadamente por via da abertura da livre circulação sem visa com a Líbia, Síria, Jordânia, Líbano e o Iémen, e acordos de livre comércio com o Egito, Jordânia, Líbano, Marrocos, Síria, Palestina e Tunísia. O resultado desta maior abertura a nível regional foi a promoção de mecanismos de diálogo entre os governos da região, o aumento dos investimentos feitos pela Turquia nos mercados do Médio Oriente, Norte de África e das trocas comerciais entre a Turquia e os seus vizinhos países árabes, que passou de um volume de 13 mil milhões de dólares em 2004, para 33,5 mil milhões em 2010 (Altunisik, 2011).

Paralelamente ao estreitar de relações com o mundo árabe, a guerra do Iraque, onde Israel e Turquia haviam tido interesses divergentes, encetou um período de progressivo afastamento diplomático entre os dois países tradicionalmente próximos, durante a liderança do AKP. Este

⁴⁷ Desde a formação do Estado de Israel em 1948 que a Síria e Israel se envolveram em diversos conflitos armados. Um dos principais pontos de tensão resultou no pós-Guerra dos 6 dias em 1967, quando Israel ocupou a região dos Montes Golan, território sírio de importante localização estratégica (Yackley, 2010; History, 2018).

esfriar de relações foi motivado em parte pelo apoio de Israel aos movimentos separatistas curdos no Iraque, mas sobretudo pela oposição do AKP ao tratamento do problema palestino por parte de Israel (Hinnebusch, 2013).

Um dos pontos críticos da relação entre a Turquia e Israel nos anos 2000 era a forma negativa como o Governo AKP e a população turca encaravam as políticas promovidas por Israel contra a Palestina. As relações entre a Turquia e Israel haviam sido sempre caracterizadas por ciclos oscilantes de crise e cooperação. No entanto, em janeiro de 2009, quando Erdogan abandonou em sinal de protesto o palco do fórum internacional de Davos, as relações sofreram um abrupto tom negativo tornando a crise numa condição mais permanente. Erdogan proferir pesadas críticas, expressando sentir-se pessoalmente ofendido com a hipocrisia do debate pelo Presidente israelita Shimon Peres “falar sobre paz num lugar enquanto [ao mesmo tempo] inicia uma operação [militar] sobre civis em outro lugar” (Tür, 2012, p. 56)⁴⁸.

Por fim, em maio de 2010, o incidente de *Mavi Marmara*, uma embarcação de ajuda humanitária com destino a quebrar o embargo feito por Israel a Gaza, que foi encetada por militares israelitas e que resultou na morte de cidadãos turcos, foi a gota que fez transbordar o cálice da já então severa relação entre a Turquia e Israel, ao ponto de levar à retirada mútua das embaixadas dos dois países (Tür, 2012).

Esta mudança de alinhamento da Turquia para com Israel revestiu-se de grande simbolismo para os países árabes, em particular para a Síria e o Irão, o que aproximou ainda mais a Turquia da sua vizinhança árabe/muçulmana, dotando o país de uma leve solidariedade islâmica aos olhos dos seus vizinhos, ajudando assim a Turquia a desempenhar o papel de potência regional (Hinnebusch, 2013).

Em 2008, a crise financeira global moldara profundamente o contexto de poder no Médio Oriente e a posição da Turquia nesse sistema. Com uma pesada recessão económica, instituições financeiras a colapsar e milhões de desempregados, o foco do recém-eleito presidente dos EUA, Barack Obama, deixou de ser empregar o uso da força militar nas guerras prolongadas no Iraque e no Afeganistão, tidas como insustentáveis. Este relaxamento deixou a Turquia ainda mais livre para agir como potência regional (Nuruzzaman, 2015).

⁴⁸ Tradução do autor.

A Crise Financeira global de 2008 teve também grande impacto na UE que se tornou progressivamente mais indiferente às políticas internacionais, inquieta que estava perante o crescente euroceticismo dos cidadãos europeus. O menor envolvimento da UE, tal como acontecera com os EUA, na política do Médio Oriente, reforçou mais ainda o papel da Turquia na região, e deu ao AKP uma maior liberdade de atuação no domínio das reformas exigidas ao país para uma futura adesão, agora vista como cada vez mais distante (Şahin, 2020).

À medida que as preocupações securitárias e a diminuição da perceção da ameaça da sua vizinhança no Médio Oriente, dado o progressivo melhoramento das relações com a Síria e Irão, mas também dada a diminuição internamente da violência por parte do PKK, após a captura e prisão de Abdullah Öcalan, líder da organização, e um cessar-fogo, diminui também a necessidade de uma política securitária interna mais robusta (Tür, 2012).

Neste período, entre 2008 e 2011, a consolidação do poder do AKP ocorreu pois nos meios burocráticos da política externa turca, resultado da diminuição de restrições impostas pelos anteriores interesses de potências ocidentais, EUA e UE, agora mais focados nos seus contextos domésticos e menos nos contextos regionais do Médio Oriente. Foi a mistura perfeita para que a política externa turca, promovida pelo AKP, e norteada pela doutrina “*Strategic Depth*” de Davutoglu, assumisse uma direção ainda mais independente e centralizada. Esta política permitiu à Turquia realçar a importância do seu legado otomano no Médio Oriente, ao colocar a sua identidade muçulmana como fator de cooperação com os Estados árabes vizinhos. Genericamente, este era o pano de fundo da política externa turca quando em 2010 eclodiu o movimento que ficaria conhecido como *Primavera Árabe*.

4.3 A Primavera Árabe e a Personificação da Política Externa (2011-2020)

A denominada *Primavera Árabe* foi sem dúvida um dos maiores movimentos sociais modernos de revolta e autodeterminação que ocorreram no Médio Oriente e Norte de África (MENA). Este movimento, que rapidamente se alastrou nos anos 2010 e 2011, teve por base demonstrações e revoltas sociais pró-democráticas que confrontaram alguns dos regimes mais autoritários da Região.

Muitas destas demonstrações resultaram no rápido derrube dos governos de alguns países, como na Tunísia e no Egito, inspirando as populações em países árabes vizinhos a seguir-lhes o

exemplo. A *Primavera Árabe*, num curto espaço de tempo, impulsionou grande parte das populações árabes à realização de protestos contra os seus governos, em muitos casos pondo fim a regimes autoritários de longa data, nomeadamente na Tunísia, Egito, Líbia e Iémen, e colocando outros à beira do colapso (Grinin, Korotayev, & Tausch, 2019).

A autodeterminação popular em implementar uma mudança e derrubar os regimes autoritários em alguns países foi um sucesso, mas os protestos foram recebidos com resistência pelas forças de segurança dos respetivos governos, causando violência, perseguições e guerras civis, e acabando por produzir alguns Estados falhados e incrementar a instabilidade regional que vinha já de longa data (*ibidem*).

À medida que a *Primavera Árabe* se desenrolou, o Governo do AKP, de uma forma geral, tomou o partido dos movimentos revolucionários, o que representou uma clara mutação relativamente ao anterior princípio de “*Zero Problemas com a Vizinhança*” característica do *Strategic Depth* do final dos anos 2000 pelo qual se norteara a política externa turca. Esta pausa temporária, mesmo que aparentemente oposta à característica postura de um dos princípios base da filosofia em matéria política externa de Davutoglu, ministro turco do Negócios Estrangeiros, era justificada pelo alinhamento do ideal de promover o processo democrático mediante uma política de *Soft Power* na região (Sümer, 2013).

Embora a *Primavera Árabe* tenha colhido a Turquia, como o resto do sistema internacional, desprevenida e impreparada, apresentou novos desafios e oportunidades, que foram interpretados pelo AKP como uma revolta regional que a longo prazo transformaria a região, justificando o partido, dessa forma, a decisão estratégica de apoiar a mudança e alinhar-se ao lado da população árabe (*ibidem*).

Contrastando com a posição tomada pela UE, ainda muito envolvida em problemas internos e com uma posição mais fechada no palco internacional, a agenda política da Turquia voltou-se para o Oriente que passou a ser a sua principal prioridade após 2011. Como resultado, o AKP promoveu um modelo de política externa voltado para o apoio ao islamismo moderado enquanto modelo a seguir, e criando uma rede de solidariedade promotora da transição. Esta mudança de postura da política externa turca, mais autónoma, foi um claro corte com o passado quando o país genericamente ajustava as suas principais diretrizes e motivações, apenas em torno da liderança criada pelo Ocidente. A Turquia, embora ainda um parceiro estratégico do Ocidente, e com interesses em comum, procurou assumir um papel de liderança regional ainda mais autónomo e

ativo na região, fruto de uma percepção cada vez mais presente na nova elite política do AKP da posição da Turquia como grande potência regional (Cop & Zihnioğlu, 2015).

Na qualidade de país moderno que fora capaz, durante a liderança do AKP, de reconciliar em simultâneo a Democracia, o Islão e o desenvolvimento económico, a Turquia assumia-se agora como um ator chave regional, mais sintonizado com os desenvolvimentos regionais, e as forças exercidas no Médio Oriente durante a *primavera árabe* do que atores como Washington e a UE, em parte devido às boas relações com grande parte dos atores regionais resultado do esforço realizado pela “*Strategic Depth*” que lhe vinha oferecendo uma grande margem de manobra perante diversos grupos e governos (Paul & Seyrek, 2011).

Os primeiros protestos ocorreram na Tunísia em dezembro de 2010⁴⁹. O movimento de protesto designado de *revolução do jasmim* rapidamente se alastrou pelo país, culminando com a resignação do então presidente, Zine El Abidine Ben Ali, a 14 de janeiro de 2011 (Viegas, 2015). Durante o escalar da revolução da Tunísia, a princípio, como a maior parte da comunidade internacional, a Turquia não se envolveu diretamente, no entanto, de uma forma indireta, indicou em comunicados internacionais que estaria pronta para prestar auxílio nas transformações vindouras e apelando a que os líderes políticos ouvissem e agissem segundo os interesses e pedidos da própria população (Ozkan & Korkut, 2013).

Quando, a 25 de janeiro de 2011, o espírito de revolução da *primavera árabe* atingiu o Egito, onde protestos similares exigiam a demissão de Hosni Mubarak, então presidente, a resposta e o posicionamento da Turquia foram rapidamente demonstrados. A 1 de fevereiro de 2011, Erdogan expressa o seu apoio aos protestos pró-democratas, apelando à demissão de Mubarak, e à imediata transição democrática no país (Reuters, 2011).

Estes comentários provocaram opiniões contraditórias por parte da comunidade internacional, em particular pela generalidade dos líderes regionais dos países árabes. A posição de Erdogan foi considerada como interferência na política interna de outras nações, e vista como ofensiva e potencialmente capaz de agravar o já instável clima no Médio Oriente. Por outro lado, Erdogan, em alguns círculos ocidentais e árabes, foi apreciado, e visto como um bastião da promoção de valores democráticos na região (Ozkan & Korkut, 2013).

⁴⁹ Catalisada pela autoemulação de Tarek al-Tayeb Mohamed Bouazizi a 17 de dezembro de 2010 em sinal de protesto, resultando na sua morte 18 dias após o que deu início a uma onda de revolta (Viegas, 2015).

Após a revolução do Egito que pôs fim a 30 anos de regime de Hosni Mubarak, a 11 de fevereiro de 2011, a Turquia procurou desenvolver relações diplomáticas com o novo Governo egípcio. A primeira delegação internacional a visitar Cairo, após o sucesso da revolução, integrava o então presidente turco Abdullah Gul. Seguiram-se posteriormente repetidas comitivas de diplomatas, das quais fizeram parte, nomeadamente, o ministro dos negócios estrangeiros, Ahmet Davutoglu, e o então primeiro-ministro Recep Erdogan, acompanhados por grandes representantes de grupos empresariais, com o fim de promover relações económicas, militares e diplomáticas próximas entre os dois Países (Khalifa, 2017).

Em 2012, a vitória eleitoral da Irmandade Muçulmana, movimento islâmico fundado já em 1927, a Turquia demonstrou um claro desejo de estabelecer uma sólida e colaborativa relação com o novo Governo, de forma a promover uma poderosa coligação democrática regional. No entanto, todos os progressos atingidos, durante esta fase de aproximação, acabaram por ser perdidos quando a 30 de junho de 2013 o regime da Irmandade Muçulmana foi alvo de um golpe de Estado militar que derrubou o recém-formado Governo (*ibidem*).

A Turquia manteve-se irredutível na defesa do deposto Governo, e numa contínua recusa em reconhecer, no palco internacional, a legitimidade do novo regime egípcio. Isto levou ao declínio das relações diplomáticas entre as duas nações, prejudicando as aspirações da Turquia de desempenhar o papel de líder regional. Esta posição foi ainda agravada pelo facto de grande parte dos Estados árabes do Golfo, apoiarem o novo regime no Egito, o que deu azo à quebra dos investimentos e à deterioração dos interesses turcos no Golfo Pérsico, até então uma das principais zonas de interesse económico do país, desde os progressos feitos no final dos anos 2000 (*ibidem*).

Esta política externa turca, propulsionada pela *Primavera Árabe*, permaneceu inamovível no seu apoio exclusivo aos movimentos próximos da sua ideologia política no Médio Oriente, nomeadamente no que respeitava à deposta Irmandade Muçulmana no Egito, o que resultou num grande isolamento regional da Turquia, exceto na sua relação com o Qatar (Cagaptay, 2020b).

Embora a decisão de apoiar as primeiras revoluções árabes, que tiveram lugar na Tunísia e no Egito, fosse definida pela proatividade pioneira do AKP de se envolver abertamente e de apoiar as reivindicações populares, quando foi o momento de definir a sua atitude em torno dos movimentos

revolucionários equivalentes na Líbia e na Síria⁵⁰, a Turquia mostrou-se mais reservada e conservadora (Khalifa, 2017).

Esta dualidade de atitude denunciava os interesses estratégicos da política externa turca e, como tal, foi apontada e criticada por diversos países árabes (*ibidem*). Com a Líbia e a Síria, a Turquia estava mais correlacionada política e economicamente e, no caso da Síria, também em matéria de segurança interna. Isto forçara a que relativamente a esses dois países, Ancara agisse de forma mais cuidadosa e pragmática⁵¹ (Tocci, 2011).

No seguimento do colapso do regime de Gaddafi, na Líbia, a Turquia procurou maximizar a sua influência junto ao novo Governo líbio, reconstruindo as suas relações económicas e diplomáticas com esse país. No entanto, a progressiva instabilidade e desintegração, causada por milícias e diferentes fações dentro da Líbia, impediram os esforços turcos no sentido de uma resolução rápida e estável de transição de poder, o que limitou os interesses da Turquia a curto prazo e colocou-lhe entraves no apoio ao novo Governo líbio (Arab Center for Research and Policy Studies, 2020).

Na Síria, o descontentamento social e as demonstrações contra o Regime de Assad eclodiram a 15 de março de 2011. Era do interesse da Turquia uma mudança pacífica e suave na Síria como forma de manter as relações positivas entre os dois países. Erdogan procurou de início utilizar a sua influência para motivar Al Assad a iniciar reformas políticas. No entanto, à medida que os protestos foram recebidos com mais violência estatal e os apelos pela mediação e implementação de reformas foram sendo ignorados, levaram a que o diálogo entre Assad e a oposição dos grupos dissidentes sírios, mediado pela Turquia, falha-se. O escalar de violência interna na Síria, em junho de 2011, levou a que Erdogan declarasse a impossibilidade da Turquia manter o seu apoio ao Governo de Assad, acabando Ancara por apoiar ativamente os grupos dissidentes sírios e as sanções internacionais contra o regime de Damasco (Sümer, 2013).

A instabilidade, às portas das fronteiras com a Síria, trouxe grandes problemas de segurança para a Turquia. Aos poucos, as repercussões desta guerra civil deixaram de estar contidas dentro

⁵⁰ E ao mesmo tempo praticamente ignorando as reivindicações populares que seguiram o mesmo espírito da Primavera Árabe que tiveram lugar no Iémen e no Bahrain.

⁵¹ A Turquia não tinha grandes investimentos no Egito e existia uma rivalidade estratégica entre o AKP e o regime egípcio. Por outro lado, a Líbia, como país onde a Turquia tinha aplicado um considerável investimento de 15 mil milhões de US\$, no setor da construção, assim como os cerca de 25 mil cidadãos turcos a residir em território líbio eram fatores de grande importância para Ancara (Tocci, 2011).

do território sírio e passaram a afetar diretamente a segurança territorial turca⁵², através de correntes migratórias e de danos colaterais dos confrontos militares nas suas fronteiras (Ozpek & Demirag, 2014).

A Turquia acabaria por mudar a sua postura em relação à crise na Síria, passando a assumir-se claramente como anti-Assad e pró-oposição, tornando-se cada vez mais interventiva, quer em termos militares quer em termos diplomáticos, e lançando sucessivos apelos à comunidade internacional, muito em particular aos membros da NATO, contra o Governo sírio⁵³, onde evocava a potencial ameaça por parte da Síria agravada pela sua capacidade em matéria de armas químicas (*ibidem*).

A mudança mais interventiva da Turquia para com a Síria, fazendo uso da NATO para promover a sua agenda política na região, deu ainda mais azo a uma reação negativa por parte de diversos países árabes que passaram a considerá-la um Estado hostil que interferia na política interna da região em busca dos seus próprios interesses. Ao invés de um país que procurava preservar o *status quo*, a Turquia passou a ser considerada como um Estado revisionista, que procurava transformar o sistema regional em seu proveito. Alguns governos do Médio Oriente sentiram-se ameaçados por esta mudança da política externa de Ancara, cada vez mais concentrada na resolução da crise com a Síria através do seu *hard power* e no desejado envolvimento da NATO e do Ocidente, o que nunca aconteceu, numa ofensiva contra o regime de Assad (*ibidem*).

As relações históricas entre a Rússia e a Turquia foram sempre tradicionalmente assimétricas. A Rússia desempenhara desde sempre o papel dominante na dinâmica entre os dois Estados. Ainda durante o Império Otomano, as derrotas com o Império Russo tinham servido de catalisador para a modernização do Império Otomano e, mais tarde, após a Segunda Guerra Mundial, para a entrada da Turquia na NATO (Cagaptay, 2020b).

Com o fim da Guerra Fria abriu-se uma porta às relações bilaterais entre ambos os países que aprofundaram os seus laços económicos. A Rússia era o quarto maior parceiro económico da Turquia em 2001. Em 2004, durante uma visita de Putin a Ancara, foram assinados acordos de

⁵² Um dos episódios mais notáveis para a transformação da relação entre a Turquia e a Síria ocorreu a 22 de junho de 2012, quando um *F-4 Phantom* turco durante um voo de treino foi abatido por uma bateria antiaérea Síria. Erdogan declarou então que o conflito político com a Síria entrara numa nova fase onde a Síria representava uma “clara e próxima ameaça para a segurança da Turquia” (Ozpek & Demirag, 2014, p. 340) - tradução do autor-.

⁵³ Turquia foi capaz de mobilizar algum apoio por parte da NATO da qual recebeu ajudas na forma do sistema defensivo *Patriot* projetadas para a sua fronteira com a Síria.

cooperação bilateral nos setores da defesa e indústria energética. Em 2017, a Rússia passou a ser a maior fonte de turismo para a Turquia e, em 2018, as empresas turcas de construção civil receberam contratos de construção no valor de 65 mil milhões de dólares (Cagaptay, 2020b; Cagaptay, 2020).

As relações diplomáticas entre a Turquia e a Rússia foram propulsionadas pelas suas crescentes interligações económicas e energéticas, mas também pela afinidade dos dois líderes políticos, Erdogan e Putin, ambos dirigentes autoritários. A relação positiva, a nível pessoal, entre ambos estes atores, promoveu, embora com um nível variável de profundidade, e algo ambivalente, as relações de proximidade entre Ancara e Moscovo (Cagaptay, 2020).

Por outro lado, o apoio da Rússia à Turquia, em particular na sequência da tentativa de golpe de Estado de 2016⁵⁴, em parte pelo reduzido apoio diplomático por parte do Ocidente para com o Governo do AKP, foi um forte ponto de convergência entre Rússia e Turquia e de divergência entre o Ocidente e a Turquia, o que se foi tornando mais relevante à medida que o sistema turco e a sua política externa se foram centralizando cada vez mais em torno de Erdogan (*ibidem*).

As relações positivas entre a Turquia e a Rússia viriam a mudar bruscamente, na sequência da guerra civil síria. Ao apoiar os movimentos rebeldes na Síria anti-Assad, a Turquia posicionou-se em rota de colisão com os interesses da Rússia pró-Assad que, em 2015, colocou forças militares no território sírio⁵⁵. A postura inicial cada vez mais relutante dos EUA em envolverem-se no conflito da Síria⁵⁶ tornou então a Rússia o principal ator na região, deixando assim a Turquia relegada a um papel mais secundário e isolado, com interesses opostos aos da Federação Russa em matéria de política regional (*ibidem*).

A guerra civil Síria, que resultou numa grande instabilidade regional, marcou a ascensão do movimento ISIL. Um dos principais autores regionais que emergiu na luta contra esse movimento islâmico extremista, ISIL, foi o grupo curdo Partido de União Democrata (PYD) -*Partiya Yekîtiya Demokrat*-, cada vez mais apoiado militar e financeiramente pelos EUA. A forte objeção turca à abordagem dos EUA, relativamente ao grupo PYD, fez aumentar a tensão entre os dois países. Quando o processo de paz entre o PKK e o Governo turco colapsara em 2015, os confrontos

⁵⁵ A participação da Rússia no conflito trouxe quase de imediato constrangimentos para a Turquia, em novembro de 2015, as Forças Armadas Turcas abateram um jato russo SU-24, por violar o espaço aéreo turco, resultando numa crise diplomática entre os dois países (BBC, 2015).

⁵⁶ Com exceção de apoiar alguns grupos de rebeldes em particular o grupo de milícia curdo Unidade de Proteção Popular, considerado o principal componente do PYD.

violentos com o PKK tinham-se reiniciado, o que colocara, aos olhos da Turquia, o PYD, pelos seus laços com o PKK, no mesmo patamar de grupo terrorista e ameaça para a segurança nacional (Zanotti & Thomas, 2019; Zanotti & Thomas, 2019b).

Uma das crises mais claras da dinâmica do triângulo de relações entre a Turquia-USA-Rússia, foi a compra da Turquia do sistema de mísseis de defesa aérea S-400 à Rússia em 2017. Esta tentativa de, por um lado diversificar a dependência da Turquia do Ocidente, e por outro lado melhorar as relações bilaterais entre a Turquia e a Rússia, de modo a ganhar margem de manobra na Síria, acabou por desencadear uma crise diplomática com os EUA e a NATO. Esta compra foi recebida por parte de Washington como um risco para a integridade e coesão da NATO. A compra dos sistemas S-400 resultou na remoção da Turquia do projeto do jato F-35, resultando na perda de contratos de coprodução e de atualização da frota aérea da Turquia (Stein, 2021; Cagaptay, 2020; Tokyay, 2021).

À medida que as promessas da *primavera árabe* foram esmorecendo, a Turquia viu-se a braços com dois problemas: os refugiados sírios e iraquianos, e a guerra contra o ISIL. A crise dos refugiados, relacionada não só com os Estados falhados e respetivas guerras civis, mas também com os avanços do ISIL nas mesmas regiões, colocou a Turquia no centro destas duas crises, não só como um dos países mais afetados, mas também enquanto Estado chave para a resolução da crise (Keyman E. , 2016).

EUA, UE e NATO reconheceram o papel crucial da Turquia, embora de forma apenas instrumental e funcional. Esquecendo as capacidades e aspirações turcas de liderança autónoma regional, o Ocidente deu prioridade às preocupações securitárias. Conter os refugiados na Turquia, impedindo que estes se deslocassem para a UE; cingir o problema ISIL à região MENA, e utilizar a Turquia como contrapeso às aspirações hegemónicas regionais do Irão foram os três objetivos principais do Ocidente, quanto ao papel que desejavam ver desempenhado pela Turquia (*ibidem*).

A guerra na Síria, o colapso da *primavera árabe*, e as posições isoladas defendidas pela Turquia, e a quase completa personificação da política externa turca criaram maiores ineficiências entre as vontades políticas e a real capacidade no domínio da política externa de atuação da Turquia. A agenda política doméstica do AKP e os objetivos pessoais de Erdogan, centrado nos ganhos que pudesse obter junto da opinião pública turca, passaram a prevalecer em detrimento dos ganhos em matéria de política externa estratégica e interesses nacionais a longo prazo (Aras, 2019).

Esta realidade provou trazer consequências quando a retórica doméstica populista passou a colidir com as relações diplomáticas com o Ocidente e alguns outros rivais regionais (*ibidem*). Embora, a curto prazo, Erdogan colha dividendos políticos com o seu discurso anti-imperialista populista, consolidando com isso o sistema presidencialista e o apoio do MHP, encontra-se, no entanto, agora num dos mais críticos momentos desde que o AKP irrompeu no sistema político turco em 2002 (Outzen & Cagaptay, 2022).

Desde 2018, a economia turca, a cujo desempenho muito deveu o sucesso eleitoral do AKP, atravessa uma crise, originada principalmente pela desvalorização da moeda turca e o aumento da dívida pública. Esta crise económica e financeira deve-se tanto à instabilidade social e má gestão da administração pública, como ao resultado direto da componente internacional da política externa turca. O declínio da economia do país tem forçado Erdogan a procurar um reaproximar das boas relações diplomáticas históricas com o Ocidente, bem como com alguns países do Golfo Pérsico e Israel, de modo a atrair investimento internacional (*ibidem*).

Esta nova abordagem tem sido recentemente mais evidenciada pelos esforços turcos em assumir um papel mais relevante na retirada dos EUA do Afeganistão e, mais recentemente, nas negociações entre a Rússia e a Ucrânia, agindo a Turquia como um importante agente mediador nesse conflito. De referir ainda a tentativa da Turquia de restabelecer laços diplomáticos com os Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Israel entre outros países, mediante novas linhas de comunicação, visitas diplomáticas e acordos comerciais (*ibidem*).

CAPÍTULO V – CONCLUSÃO

A presente investigação exploratória visou, através de uma abordagem qualitativa, de natureza teórica, compreender o AKP como novo ator político na Turquia. De inspiração islâmica, vinte anos após a sua formação, este partido revolucionou em vários aspetos a política interna e externa da República da Turquia, desde a economia à estrutura do poder, até ao posicionamento do país no sistema internacional.

Tivemos como objetivos orientadores analisar a ascensão do AKP em termos políticos, desde a sua posição precária em 2002, quando o Kemalismo seu opositor era ainda dominante e enraizado por todo o sistema político e social, até à hegemónica posição atual do AKP, num sistema político agora presidencialista e que centraliza grande parte do poder do Estado no presidente Recep Tayyip Erdogan.

Foi também do interesse desta investigação articular não só os eventos mais relevantes para a transformação do palco doméstico da Turquia, com repercussão por todos os níveis do Estado, mas também a relação inversa, de ‘fora para dentro do Estado’, contemplando assim igualmente as mudanças no palco da política externa e das transformações sistémicas da geopolítica envolvente.

Neste sentido, no quadro das perguntas de partida formuladas, que serviram de corolário para toda a investigação, concluímos o seguinte:

Para a Pergunta Derivada:

PD - “O que permitiu a superação do Kemalismo na Turquia pelo Islamismo Político?”

A atual hegemonia política do islamismo face ao Kemalismo constituiu uma mudança do centro do poder da sociedade, o qual se deslocou do centro para a periferia. Esta deslocação não ocorreu de uma forma revolucionária, de um dia para o outro, com a criação do AKP, mas antes, foi o culminar de um longo processo que, desde 1970, se foi revestindo de novas e sucessivas formas, e que não terminou com a chegada ao poder do AKP em 2002.

Um dos passos mais importantes para esta transformação, foi sem dúvida essa vitória nas eleições legislativas de 2002, que teve muito de protesto, contra os maus resultados económicos e de corrupção dos anteriores governos. No entanto, esse resultado eleitoral, que deu ao AKP uma maioria parlamentar absoluta, não significou total liberdade para o islamismo político na Turquia.

O controlo cerrado da elite secular kemalista sobre o Estado continuou bem presente na sociedade turca, por via do domínio do poder judicial e das Forças Armadas, guardiões dos princípios seculares do Estado e que no passado repetidas vezes exerceram o seu poder para interferir no poder executivo.

Conforme estabelece Schweller no nosso capítulo 1.5.3 do RN, a liberdade de atuação de um ator político está sempre dependente do seu contexto doméstico. Esta “*vulnerabilidade do regime/Governo*” marca a atuação do Executivo AKP nos primeiros anos de governação, o que o constrangeu a adotar posturas mais moderadas e só através de alianças domésticas e do apoio internacional vai aos poucos sendo capaz de inverter este ambiente doméstico.

Para além de assumir uma postura mais moderada, afastando-se de medidas que pudessem comprometer o ténue equilíbrio da “*coesão entre as elites*”, o AKP direcionou os seus esforços para resultados económicos positivos e para a candidatura de adesão à UE, ambos tópicos com “*consenso entre as elites*”, e que permitiram solidificar a posição do partido na política e sociedade turca.

Esses dois trunfos foram as bases para o poder do AKP estabelecer-se no palco político da Turquia onde tantos outros movimentos islâmicos ou revolucionários haviam falhado no passado. No entanto, não bastava o apoio popular para a sobrevivência do partido que era alvo de resistência por parte das elites kemalistas seculares. O projeto de adesão à UE, com as consequentes reformas que implicava, foi por isso utilizado como pretexto para um conjunto de reformas constitucionais que foram o tiro de partida para um processo de corrosão do controlo político dessas elites seculares da sociedade turca.

O ponto mais crítico da disputa entre o AKP com o Estado secular kemalista deu-se em 2007 com o conhecido *e-Memorandum* das FAT, publicado por ocasião da candidatura de Abdullah Gul, membro do AKP, à Presidência da República. O AKP, já com uma posição política mais consolidada e menos vulnerável, foi capaz de reverter os papéis, ao passar para as massas o controlo do poder anteriormente detido pelas elites. Para o efeito, encetou um processo de “*coesão social*” em torno da defesa dos valores da democracia, e contra um inimigo comum, o que uniu em seu favor diversos segmentos da sociedade.

Esse momento marcou o princípio do fim do controlo kemalista na Turquia, invertendo a “*vulnerabilidade do regime*”, e deu início a um processo que destituiu as elites kemalistas das suas esferas tradicionais de poder -o judicial e as Forças Armadas-. O referendo constitucional de 2010

assinala de forma simbólica o fim deste processo. Doravante o islamismo político, marca do AKP e nomeadamente do movimento gulenista, passou a ter quase completa legitimidade, e capacidade na sociedade turca para destronar do palco político as elites kemalistas.

Neste sentido, a superação do Kemalismo na Turquia pelo islamismo político, resultou de um conjunto de esforços na sociedade turca, em particular, em busca de mudança do já exausto Kemalismo. A grande vantagem do AKP surge na sua identidade islâmica moderada capaz de mobilizar apoio internacional e criar uma coligação doméstica, não apenas baseada na vertente religiosa, resiliente o suficiente para sobreviver e aos poucos transformar por completo a balança de poder do Estado.

Por último, a resposta à pergunta de partida que serviu de base orientadora para toda esta investigação:

PP- *“O que representa a ‘Nova Turquia de Erdogan’ para o alinhamento da Turquia no sistema internacional, e em particular para o Ocidente?”*

A recusa de apoio incondicional aos EUA, durante a segunda guerra do Iraque, a diminuição do seu empenho no processo de adesão à UE, o aumento do populismo antiocidental no quadro doméstico da política turca, as novas relações desenvolvidas com o Médio Oriente, as novas relações com a Rússia, mesmo em detrimento das relações com o Ocidente, como no caso concreto do S-400, são frequentemente evocados para afirmar que a Turquia tem vindo a afastar-se progressivamente do Ocidente desde que o AKP entrou no sistema político turco.

A resposta a esta questão leva a crer, no entanto, que o assunto necessita de um contextualização muito mais ampla que a simples enumeração isolada desses momentos de tensão para caracterizar algum tipo de mudança de alinhamento da Turquia no sistema internacional. Neste sentido, fazemos uso do modelo teórico, dentro do RN, formulado por Kitchen, onde se estabelecem três possíveis cenários para a formalização da grande estratégia nacional de uma nação.

De forma geral, como salientado em diversos momentos do trabalho, durante o período da Guerra Fria existia uma grande dependência da Turquia dos seus aliados ocidentais, genericamente motivada por razões económicas, e securitárias como forma de contrariar a balança de poder com a URSS. Pode afirmar-se, pois, que foram as condições estruturais do sistema internacional que

promoveram o alinhamento da Turquia dentro deste sistema em torno do bloco ocidental nessa época.

Após a Guerra Fria, muitos dos constrangimentos sistêmicos deixaram de existir, no entanto, tendo em conta a tipificação criada por Kitchen, o cenário do sistema e das instituições políticas turcas não se alterou, permanecendo o país um ***Estado altamente institucionalizado***, dado o predomínio de uma filosofia kemalista que fazia parte da identidade nacional e intrinsecamente da sua cultura política. Os valores kemalistas institucionalizados, e quase impressos inconscientemente entre as elites governamentais e instituições de política externa, explicam a razão do alinhamento com o Ocidente e a procura de aceitação, por parte da Turquia nos anos que se sucederam à época da Guerra Fria.

Com a vitória do AKP em 2002, pouco mudou, mantendo-se a Turquia um ***Estado altamente institucionalizado***, determinado a manter-se próximo do Ocidente, e onde as elites kemalistas detinham ainda o poder sobre a política externa, mantendo assim a Turquia como um ator dentro da área de influência do Ocidente, em particular, nesta fase, mais na da UE do que na dos EUA.

Paulatinamente, a posição cada vez mais consolidada do AKP dentro do palco político doméstico, assim como a transformação da Turquia quase como principal potência regional, estabeleceu o contexto descrito por Kitchen como ***Estado muito poderoso***; um Estado que definiu a sua política externa, em torno da filosofia de *Profundidade Estratégica*, o que ficou bem patente aquando da *primavera árabe*, onde valores ideológicos prevaleceram em detrimento de razões puramente objetivas.

Embora o AKP tenha transformado a República da Turquia, em matéria de política externa, pela primeira vez desde a sua criação, num Estado mais independente, com objetivos nacionalistas mais próprios e relações mais estreitas com outros sistemas que não apenas o ocidental, não abandonou por isso o seu alinhamento e cooperação com o Ocidente. A Turquia apenas procurou, pela primeira vez, estabelecer-se enquanto ator mais independente no sistema internacional onde o Ocidente ocupava uma posição quase exclusiva nas suas relações externas.

Os resultados negativos das escolhas da Turquia, em matéria de política externa, após a *primavera árabe*, o colapso dos seus interesses e respetivas repercussões negativas na sua posição dentro do sistema regional diminuíram a sua anterior auto perceção de ***Estado muito poderoso***.

No domínio interno, a Turquia entrou também numa nova fase, onde o AKP está consolidado, e o poder centralizado no então Presidente Erdogan. O novo sistema presidencial, implantado em

2018, reforçou de forma abrupta a centralização e personificação do poder do Estado na figura de Erdogan, transformando a Turquia no que Kitchen classifica de *Estado centralizado*.

Consequentemente, o poder de decisão na política externa passou a ser exercido de forma muito mais arbitrária e personalizada, onde as motivações e interesses pessoais acabaram por tomar um papel determinante, em detrimento dos interesses estratégicos nacionais.

Embora seja notório como parte da imagem política de Erdogan o seu tom populista crítico para com o Ocidente, pretendemos com esta investigação salientar que, embora o regime de Erdogan seja centralizado e autoritário, a base para o poder do AKP e do Presidente turco, está dependente da sua capacidade em obter apoio eleitoral, apoio este altamente volátil e sensível a interesses económicos e securitários da população. Tendo em conta que a economia turca se encontra fortemente integrada com a do Ocidente, e que a nível securitários a pertença da Turquia à NATO e cooperação militar com o Ocidente lhe são vitais para colmatar eventuais vulnerabilidades, tudo isso nos leva a concluir que o seu alinhamento com o Ocidente, embora possa ser mais volátil na “Era de Erdogan”, ainda existe, e continuará a existir, pelo facto de a estabilidade e sucesso do regime estarem muito dependentes do apoio internacional, sobretudo por parte do Ocidente.

A ‘Nova Turquia de Erdogan’ representa uma transformação da forma e contexto, mas não do seu alinhamento no sistema internacional com o Ocidente. A República da Turquia procura assumir-se como uma potência regional, mais independente e diversificada, com objetivos nacionalistas mais acentuados, coerentes com os seus órgãos de decisão mais centralizados e posturas diplomáticas mais rígidas na defesa dos seus interesses domésticos e políticos. No entanto, a sua crescente integração com o Ocidente, a nível militar e económico, leva a crer que os interesses políticos e internacionais da ‘Nova Turquia de Erdogan’ permanecem dependentes e dessa forma interligados de forma geral com os da Comunidade Ocidental.

O ano de 2023 marca uma importante data para a República da Turquia, não só porque representa simbolicamente os 100 anos desde a assinatura do tratado de Lausanne, e correspondentemente desde a sua criação, mas também por ser o ano em que estão previstas as próximas eleições presidenciais e parlamentares. O resultado, que vier a sair das urnas, embora já não coloque em causa a presença do islamismo político no sistema democrático turco, será crucial para a estabilidade do novo sistema governamental e por conseguinte de Erdogan.

No momento da realização desta tese, em 2022, a economia turca atravessa um dos piores períodos desde a liderança do AKP, marcada pela contração do investimento internacional perante as transformações domésticas ao mesmo tempo que, a nível securitário, o apoio internacional a grupos curdos como o PYD coloca em causa a estabilidade da ‘Turquia de Erdogan’.

No entanto, é inegável que o enquadramento geopolítico da Turquia, atualmente exaltado pelo contexto bélico do conflito entre a Ucrânia e a Rússia, e pelo crescente debate sobre possíveis expansões da NATO, na qual a Turquia está numa posição única e privilegiada, proporciona um maior alinhamento, desta vez, do próprio Ocidente com a Turquia. Seguramente esta conjuntura, de forma pragmática será utilizada, pelo presidente Erdogan, não só para a defesa dos interesses estratégicos, mas também como forma de garantir que as vitórias, a nível internacional, se refletem no contexto do domínio da política interna da Turquia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ágoston, G., & Masters, B. (2009). *Encyclopedia of the Ottoman Empire*. Facts On File.
- AKDAĞ, R. (2009). *Progress Report Health Transformation Program in Turkey*. The Ministry of Health of Turkey, Health Transformation, Ankara.
- Alemdar, Z. (2020). Courtrooms as Solidarity Spaces and Trials as Sentences: Defending Your Rights and Asking For Accountability in Turkey. Em P. Bedirhanoğlu, Ç. Dölek, F. Hülügü, & Ö. Kaygusuz, *Turkey's New State in the Making Transformations in Legality, Economy and Coercion* (pp. 206-225). Croydon: Zed Books.
- Altun, F. (2018). Laying the Cornerstone for a New Turkey: The June 24 Elections. *Insight Turkey*, XX(3), 89-102. doi:10.25253/99.2018203.06
- Altunisik, M. B. (2006). Turkey's Iraq Policy: The War and Beyond. *Journal of Contemporary European Studies*, XIV(2), 183-196. doi:10.1080/14782800600892242
- Altunisik, M. B. (2011). Turkish Foreign Policy in the 21st Century. *CIDOB International Yearbook*, pp. 195-199.
- Arab Center for Research and Policy Studies. (09 de janeiro de 2020). *Turkey's Growing Role in Libya: Motives, Background, and Responses*. Obtido em 06 de maio de 2022, de Arab Center Washinfon DC: <https://arabcenterdc.org/resource/turkeys-growing-role-in-libya-motives-background-and-responses/>
- Arango, T., & Yeginsu, C. (01 de julho de 2014). *Turkish Premier Runs for President, an Office He Plans to Strengthen*. Obtido em 13 de abril de 2022, de The New York Times: <https://www.nytimes.com/2014/07/02/world/europe/erdogan-survivor-of-protests-and-inquiries-to-seek-turkeys-presidency.html>
- Aras, B. (2019). The Crisis and Change in Turkish Foreignn Policy after July 15. *Alternatives: Global, Local, Political*, XLIV(1), 6-18. doi:10.1177/0304375419837415
- Arisan, M. (2008). Kemalism. Em P. N. Stearns, *The Oxford Encyclopedia of The Modern World 1750 To The Present* (Vol. 4, pp. 351-353). Oxford, Inglaterra: Oxford University Press.

- Ataturk Society of America. (2015). *In Atatürk's Own Words*. Obtido em 30 de dezembro de 2021, de Ataturk Society of America: <http://www.ataturksociety.org/about-ataturk/in-ataturks-own-words/>
- Aydın, A. (2013). The Perception Over Change of Axis in Turkish Foreign Policy in Terms of a Liberal Perspective Between 2002-2010. *Journal of Süleyman Demirel University Institute of Social Sciences*, 235-257.
- Aydın, Z. (2005). *The Political Economy*. London: Pluto Press.
- Aykan, M. B. (2006). Turkey's policy in northern Iraq, 1991-95. *Middle Eastern Studies*, XXXII(4), 343-366. doi:10.1080/00263209608701134
- Azak, U. (novembro de 2008). Secularism in Turkey as a Nationalist Search for Vernacular Islam: The Ban on the Call to Prayer in Arabic (1932-1950). *Revue du monde musulman et de la Méditerranée*, 161-179.
- Babacan, E., Kutun, M., & Pinar, E. (2021). Debating regime transformation in Turkey - Myths, critiques and challenges. Em R. A. Sociology, E. Babacan, M. Kutun, E. Pinar, & Z. Yilmaz (Edits.), *Regime Change in Turkey - Neoliberal Authoritarianism, Islamism and Hegemony* (pp. 1-13). Nova York: Routledge - Taylor & Francis Group.
- BBC. (01 de dezembro de 2015). *Turkey's downing of Russian warplane - what we know*. Obtido em 04 de maio de 2022, de British Broadcasting Corporation News: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-34912581>
- Bendern, P. d. (30 de janeiro de 2009). *Turkish PM returns to hero's welcome after Gaza row*. Obtido em 01 de maio de 2022, de Reuters: <https://www.reuters.com/article/uk-davos-erdogan-israel-sb-idUKTRE50T1A620090130>
- Britannica. (10 de janeiro de 2022). *Millet*. Obtido em 24 de maio de 2022, de Encyclopaedia Britannica: <https://www.britannica.com/topic/millet-religious-group>
- Cagaptay, S. (2017). *The New Sultan Erdogan and the Crises of Modern Turkey*. Londres e Nova York: I.B.Tauris.

- Cagaptay, S. (2020). *Erdogan's Empire - Turkey and the Politics of the Middle East*. Londres: I.B. TAURIS.
- Cagaptay, S. (22 de outubro de 2020b). Turkish Foreign Policy Trends: An In-Depth Conversation. (T. Bruyere-Isnard, & C. Mabilie, Entrevistadores) Obtido em 06 de maio de 2022, de <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/turkish-foreign-policy-trends-depth-conversation>
- Cagaptay, S., & Parris, M. (19 de setembro de 2003). *Turkey after the Iraq War: Still a U.S. Ally?* Obtido em 04 de fevereiro de 2022, de The Washington Institute for Near East Policy: <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/turkey-after-iraq-war-still-us-ally>
- Çalış, Ş. H. (2017). *Turkey's Cold War Foreign Policy And Western Alignment In The Modern Republic*. Londres: I. B. Tauris.
- Carey, A. (03 de setembro de 2008). *Millet System of the Ottoman Empire*. Obtido em 24 de maio de 2022, de Washington Courses: https://courses.washington.edu/disisme/Our_Encyclopaedia/Entries/2008/9/3_Millet_System_of_the_Ottoman_Empire.html
- Çarkoğlu, A. (20 de outubro de 2009). A New Electoral Victory for the 'Pro-Islamists' or the 'New Centre-Right'? The Justice and Development Party Phenomenon in the July 2007 Parliamentary Elections in Turkey. *South European Society and Politics*, 12(4), 501-519. doi:: 10.1080/13608740701731457
- Castaldo, A. (06 de dezembro de 2018). Populism and competitive authoritarianism in Turkey. *Southeast European and Black Sea Studies*, 467-487. doi:10.1080/14683857.2018.1550948
- Castro, T. (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- CATS. (abril de 2021). *Turkey's Presidential System after Two and a Half Years*. SWP German Institute for International and Security Affairs, CATS Centre for Applied Turkey Studies, Berlin. doi:10.18449/2021RP02
- Cepik. (29 de janeiro de 2018). 1. *Relações Internacionais: conceitos, atores, processos, instituições e teorias*. Obtido de Clipping ABIN:

<https://clippingcacd.com.br/uploads/cepik-abin-2018/Texto%20Cepik%20-%20Semana%203.pdf>

- Christofis, N. (2019). The state of the Kurds in Erdoğan's 'new' Turkey. *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, XXI(3), 251-259. doi:10.1080/19448953.2018.1497750
- CIA. (2021, 12 20). *Turkey*. Retrieved from CIA's World Factbook: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/turkey/>
- Çiçek, C. (2018). The Failed Resolution Process and the Transformation of Kurdish Politics. *Confronting The New Turkey- Middle East Report* 288. Obtido em 13 de abril de 2022, de <https://merip.org/2018/12/the-failed-resolution-process-and-the-transformation-of-kurdish-politics/>
- Cop, B., & Zihnioglu, Ö. (2015). Turkish Foreign Policy under AKP Rule: Making Sense of the Turbulence. *Political Studies Review*, 1-11. doi:10.1111/1478-9302.12088
- Cornell, S. E. (2012). Changes in Turkey What Drives Turkish Foreign Policy? *Middle East Quarterly*, 13-24.
- Correia, P. P. (2002). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia, Vol. I - Conceitos, Teorias e* (Vol. I). Lisboa: Quateto Editora.
- Coşkun, B. B. (03 de junho de 2016). *The Post-Davutoglu Era in Turkish Foreign Policy*. Obtido de E-International Relations: <https://www.e-ir.info/2016/06/03/the-post-davutoglu-era-in-turkish-foreign-policy/>
- Cox, R. W. (1997). *The New Realism - Perspectives on Multilateralism and World Order*. Nova York: United Nations University Press.
- Creswell, J. W. (2002). *Research Design - Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (2º ed.). Los Angeles: Sage Publications Inc.
- d'Abadie, D. S. (2003). From 11/9 to 9/11: Continuity or Change in International Politics? *Nação e Defesa*, 123-134.
- Daily Sabah. (28 de fevereiro de 2021). *Turkey Marks 24 Years Since Feb.28 Pos-modern Coup*. Obtido em 03 de março de 2022, de Daily Sabah:

<https://www.dailysabah.com/politics/turkey-marks-24-years-since-feb-28-post-modern-coup/news>

Dayem, M. A. (21 de junho de 2002). *Turkish-Syrian Rapprochement: Causes and Consequences*. Obtido de The Washington Institute for Near East Policy: <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/turkish-syrian-rapprochement-causes-and-consequences>

Demiralp, S. (25 de abril de 2012). White Turks, Black Turks? Faultlines beyond Islamism versus secularism. *Third World Quarterly*, XXXIII(3), 511-524. doi:10.1080/01436597.2012.657487

Dewdney, J. C., & Yapp, M. E. (26 de dezembro de 2021). *Encyclopedia Britannica Turkey-Kemalist Policies*. Obtido em 29 de dezembro de 2021, de Encyclopedia Britannica: <https://www.britannica.com/place/Turkey>

Dias, C. M. (novembro de 2011). Conceitos Modelo de Análise de Dinâmicas Regionais e CPLP. *Geopolítica o espaço da CPLP*(4º), pp. 67-112.

Dinçsahin, S. (2012). A Symptomatic Analysis of the Justice and Development Party's Populism in Turkey, 2007–2010. *Government and Opposition*, 47(4), 618-640. doi:doi:10.1111/j.1477-7053.2012.01377.x

Doğan News Agency. (31 de março de 2015). *236 acquitted in Balyoz coup case*. Obtido em 01 de abril de 2022, de Hurriyet Daily News: <https://www.hurriyetdailynews.com/236-acquitted-in-balyoz-coup-case-80408>

Dougherty, J. E., & Pfaltzgraff Jr., R. L. (2001). *Contending Theories of International Relations*. New York: Longman.

Duvar English. (22 de dezembro de 2021). *Demirtaş to Constitutional Court: Ban on HDP will not work*. Obtido de Duvar English: <https://www.duvarenglish.com/demirtas-to-constitutional-court-ban-on-hdp-will-not-work-news-59932>

Esen, B., & Gumuscu, S. (janeiro de 2017). Turkey: How the Coup Failed. *Journal of Democracy*, XXVIII(1), 59-73.

- European Commission. (2007). *Turkey 2007 Progress Report*. Bruxelas.
- Evin, M. (03 de setembro de 2021). *What does lowering election threshold down to 7 percent mean for Turkish politics?* Obtido em 13 de março de 2022, de Duvar English: <https://www.duvarenglish.com/what-does-lowering-election-threshold-down-to-7-percent-mean-for-turkish-politics-article-58699>
- Ezikoğlu, Ç. (2021). *The Logic of Political Survival in Turkey The Case of AKP*. Londres: Lexington Books.
- Fernandes, J. A. (2014). Poder (e Potencia). Em N. Canas, Mendes, & F. Coutinho, *Enciclopédia das Relações Internacionais* (pp. 397-400). Lisboa: D. Quixote.
- Fernandes, J. P. (2005). *A Geopolítica Da Turquia: Um Desafio Às Sociedades Abertas Da União Europeia*.
- Fernandes, J. P., & Rodrigues, D. (2020). A Transformação da Turquia na Era Erdoğan: Implicações sobre a Segurança Euro-Atlântica. In *Nação e Defesa* (pp. 103-122).
- Ferreira, L. P. (23 de maio de 2017). *"Não vivemos um choque de civilizações, há é uma crise no islão"*. Obtido em 27 de dezembro de 2021, de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/mundo/nao-vivemos-um-choque-de-civilizacoes-ha-e-uma-crise-no-islao-8498680.html>
- Figueiredo, A. D. (2010). Prefácio. Em T. Cardoso, & J. Celorico, *Revisão da Literatura e Sistematização do Conhecimento*. Obtido em 7 de janeiro de 2022, de https://www.researchgate.net/publication/258240981_Prefacio_do_livro_Revisao_da_Literatura_e_Sistematizacao_do_Conhecimento
- Fındıkoğlu, M. (14 de fevereiro de 2019). *The Metamorphosis of the Turkish Health System under the AKP*. Obtido em 20 de março de 2022, de Turkeyscope: Insights on Turkish Affairs: <https://dayan.org/content/metamorphosis-turkish-health-system-under-akp>
- Finkel, C. (2007). *Osman's Dream - The History of the Ottoman Empire*. New York: Basic Books.
- Friedman, G. (2009). *The Next 100 Years - A Forecast for the 21st Century*. New York: Doubleday.
- Friedman, G. (2015). *Flash Points The Emerging Crisis In Europe*. New York: Doubleday.

- Geybullayeva, A. (12 de janeiro de 2022). *Erdogan and the AKP's war with art and culture*. Obtido em 13 de abril de 2022, de Global Voices: <https://globalvoices.org/2022/01/12/erdogan-and-the-akps-war-with-art-and-culture/>
- Glaser, C. L. (1997). The Security Dilemma Revisited. *World Politics - A Quarterly Journal of International Relations*, 171-201. doi:10.1017/S0043887100014763
- Gordon, P. H., & Taspinar, O. (2008). *Winning Turkey How America, Europe, and Turkey Can Revive a Fading Partnership*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.
- Grand National Assembly of Turkey. (24 de dezembro de 1995). *Grand National Assembly of Turkey Elections Held in 1995*. Obtido em 03 de março de 2022, de PARLINE database: http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2323_95.htm
- Grand National Assembly of Turkey. (3 de novembro de 2002). *Grand National Assembly of Turkey Elections Held in 2002*. Obtido em 13 de março de 2022, de PARLINE database: http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2323_02.htm
- Grand National Assembly of Turkey. (22 de julho de 2007). *Grand National Assembly of Turkey Elections Held in 2007*. Obtido em 28 de março de 2022, de Parline database: http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2323_07.htm
- Grand National Assembly of Turkey. (12 de junho de 2011). *Grand National Assembly of Turkey Elections Held in 2011*. Obtido em 04 de abril de 2022, de Parline database: http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2323_11.htm
- Grand National Assembly of Turkey. (07 de junho de 2015a). *Grand National Assembly of Turkey Elections Held in June 2015*. Obtido de Parline database: http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2323_15_June.htm
- Grand National Assembly of Turkey. (01 de novembro de 2015b). *Grand National Assembly of Turkey Elections Held in November 2015*. Obtido de Parline database: http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2323_15_Nov.htm
- Grinin, L., Korotayev, A., & Tausch, A. (2019). Introduction. Why Arab Spring Became Arab Winter. Em L. Grinin, A. Korotayev, & A. Tausch, *Islamism, Arab Spring, and the Future*

of Democracy (pp. 1-24). Springer International Publishing. doi:10.1007/978-3-319-91077-2_1

Gunes, C. (setembro de 2017). *Turkey's New Left*. Obtido em 14 de abril de 2022, de New Left Review 107: <https://newleftreview.org/issues/ii107/articles/cengiz-gunes-turkey-s-new-left>

Gungen, A. R. (2020). Turkey's Financial Slide: Discipline by Credit in the Last Decade of the AKP's Rule. Em P. Bedirhanoglu, Ç. Dölek, F. Hülügü, & Ö. Kaygusuz, *Turkey's New State in the Making: Transformations in Legality, Economy and Coercion* (pp. 118-133). Londres: Zed Books.

Hagan, J. (01 de novembro de 1989). Domestic Political Regime Changes and Foreign Policy Restructuring in Western Europe: A Conceptual Framework and Initial Empirical Analysis. *Cooperation and Conflict*, XXIV(3), pp. 141-162.

Hakura, F. (09 de setembro de 2011). *Why the tension between Israel and Turkey has escalated*. Obtido em 11 de abril de 2022, de CNN Cable News Network: <http://edition.cnn.com/2011/WORLD/meast/09/09/turkey.israel.qa/index.html>

Hale, W. (2013). *Turkish Foreign Policy since 1774* (3º ed.). Nova York: Routledge Taylor & Francis Group.

Herzog, M. (novembro de 2010). FPC Briefing: Analysing Turkey's 2010 constitutional referendum. *The Foreign Policy Centre*, pp. 1-5.

HIICR. (2021). *Conflict Barometer 2020*. Heidelberg: Heidelberg Institute for International Conflict Research.

Hinnebusch, R. (2013). Introduction: The Study of Turkey-Syria Relations. Em R. Hinnebusch, & O. Tur, *Turkey-Syria Relations: Between Enmity and Amity* (pp. 1-11). Routledge.

History. (21 de agosto de 2018). *Six-Day War*. Obtido em 01 de maio de 2022, de History: <https://www.history.com/topics/middle-east/six-day-war>

IAI-TEPAV Project. (2008). *Talking Turkey In Europe: Towards A Differentiated Communication Strategy* (Vol. II). (N. Tocci, Ed.) Roma: Quadreni Istituto Affari Internazionali.

- Inalcik, H. (2013). *The Ottoman Empire: The Classical Age 1300-1600*. Londres: Phoenix.
- Izmaylov, R. I., Fakhrutdinov, R. R., & Galimzyanova, L. R. (4 de setembro de 2017). Kemalism: The Term, Content, and Contemporary Visions. *Journal of History Culture and Art Research*, 6(4), 1253-1259. doi:<http://dx.doi.org/10.7596/taksad.v6i4.1165>
- Jarosiewicz, A. (06 de novembro de 2013). OSW Centre For Eastern Studies. *Turkey's Economy: a story of success with an uncertain future*(120), pp. 1-6. Obtido em 20 de março de 2022, de <https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/osw-commentary/2013-11-06/turkeys-economy-a-story-success-uncertain-future>
- Jenkins, G. (2008). Turkey's Latest Crisis. *Survival: Global Politics and Strategy*, 50(5), 5-12. doi:DOI 10.1080/00396330802456437
- Jenkins, G. (25 de junho de 2014). The Balyoz Retrial and the Changing Politics of Turkish Justice. *Turkey Analyst*, VII(12), pp. 1-3.
- Jenkins, G. S. (junho de 2011). Ergenekon, Sledgehammer, and the Politics of Turkish Justice: Conspiracies and Coincidences. *Middle East Review of International Affairs*, 15(2), 1-9.
- Jervis, R. (janeiro de 1978). Cooperation Under the Security Dilemma. *World Politics*, 30(2), 167-214.
- Kanbur, M., & Bernat, T. (2013). Europeanization in Turkey and accession process to the European Union. *Journal of International Studie*, VI(2), 79-93. doi:10.14254/2071-8330.2013/6-2/7
- Karabelías, G. (janeiro de 2009). The Military Institution, Atatürk's Principles, and Turkey's Sisyphean Quest for Democracy. *Middle Eastern Studies*, 45(1), pp. 57-69.
- Karadjis, M. (19 de outubro de 1997). *Behind the Turkish Military's "Soft Coup"*. Obtido de World History Archives: <http://www.hartford-hwp.com/archives/51/294.html>
- Kaya, K. (30 de abril de 2014). *Welfare Policies are the Key to the AKP's Electoral Successes*. Obtido em 23 de março de 2022, de The Turkey Analyst: a Biweekly Briefing on Current Affaris: <https://www.turkeyanalyst.org/publications/turkey-analyst-articles/item/106-welfare-policies-are-the-key-to-the-akp%E2%80%99s-electoral-successes.html>

- Keyman, E. (2016). Turkish foreign policy in the post-Arab Spring era: from proactive to buffer state. *Third World Quarterly*, 1-14. doi:10.1080/01436597.2016.1199260
- Keyman, E. F., & Onis, Z. (2007). Globalization and Social Democracy in the European Periphery: Paradoxes of the Turkish Experience. *Globalizations*, IV(2), 211-228. doi: 10.1080/14747730701345226
- Khalifa, M. (fevereiro de 2017). Turkish Foreign Policy in the Middle East After Arab Spring. *International Relations and Diplomacy*(V), 102-111. doi:10.17265/2328-2134/2017.02.004
- Khan, W., & Khan, H. U. (2018). The Gulen Movement: The Blending of Religion and. *Journal of Research in Social Sciences*, 182-192.
- Kinross, P. (2012). *ATATÜRK The Rebirth of a Nation*. London: Phoenix.
- Kinzer, S. (2008). *Crescent and Star Turkey Between Two Worlds (Revised Edition)*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Kitchen, N. (2010). Systemic pressures and domestic ideas: a neoclassical realist model of grand strategy formation. *Review of International Studies*, XXXVI(1), 117-143. doi:10.1017/S0260210509990532
- Koch, L., Chaudhary, M., & Bilquees, F. (fevereiro de 2002). Crisis in Turkey: Causes and Consequences. *The Pakistan Development Review*, XL(4), pp. 467-486.
- Lamborn, A. (junho de 1997). Theory and the Politics in World Politics. *International Studies Quarterly*, XLI(2), pp. 187-214. Obtido de <http://www.jstor.org/stable/3013931>
- Larrabee, F. S., & Tol, G. (2011). Turkey's Kurdish Challenge. *Survival*, LIII(4), 143-152. doi:10.1080/00396338.2011.603566
- Lebow, R. N. (2013). Classical Realism. Em T. Dunne, M. Kurki, & S. Smith, *International Relations Theories - Discipline and Diversity* (3º ed., pp. 59-76). Oxford: Oxford University Press.
- Lecha, E. (2019). *EU-Turkey Relations Mappinglandmines and exploring alternative pathways*. Bruxelas: FEPS Policy PAPER.

- Lesser, I. O. (23 de setembro de 2009). *What to Read on Turkish Politics*. (C. o. Relations, Editor)
 Obtido em 07 de janeiro de 2022, de Foreign Affairs:
<https://www.foreignaffairs.com/articles/turkey/2009-09-23/what-read-turkish-politics>
- Lewis, B. (1968). *The Emergence Of Modern Turkey* (2º ed.). London: Oxford University Press.
- Lewis, G. L. (janeiro de 1962). Reviewed Work: The Emergence of Modern Turkey. by Bernard Lewi. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, 38(1), 107-108.
 doi:<https://doi.org/10.2307/2611438>
- Lobell, S. E., Ripsman, N. M., & Taliaferro, J. W. (2009). *Neoclassical Realism, The State, and Foreign Policy*. Nova York: Cambridge University Press.
- Lord, C. (2018). *Religious Politics in Turkey - From the Birth of the Republic to the AKP*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MacDonald, A. (30 de agosto de 2019). *Ergenekon: The bizarre case that shaped modern Turkey*.
 Obtido em 30 de março de 2022, de Middle East Eye: <https://www.middleeasteye.net/big-story/ergenekon-trials-turkey-gulen>
- Mackinder, H. J. (abril de 1904). The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*, XXIII(4), 421-444. Obtido em 3 de fevereiro de 2022, de <https://doi.org/10.1111/j.0016-7398.2004.00132.x>
- Mango, A. (1999). *Atatürk*. London: John Murray.
- Mansel, P. (2011). *Levant Splendour and Catastrophe on the Mediterranean*. Londres: Yale University Press.
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: GEN-ATLAS.
- Marczyk, G., DeMatteo, D., & Festinger, D. (2005). *Essentials of Research Design and Methodology*. Nova Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Martin, N. (2015). *Security and the Turkey-EU Accession Process - Norms, Reforms and the Cyprus Issue*. Londres: Palgrave Macmillan.

- Martinelli, C. (janeiro de 2016). O Jogo Tridimensional: o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência Complexa, segundo Joseph Nye. *Conjuntura Global*, V(1), pp. 65-80.
- McKernan, B. (11 de março de 2019). *From reformer to 'New Sultan': Erdoğan's populist evolution*. Obtido em 04 de abril de 2022, de The Guardian: <https://www.theguardian.com/world/2019/mar/11/from-reformer-to-new-sultan-erdogans-populist-evolution>
- Mearsheimer, J. J. (2013). Structural Realism. Em T. Dunne, M. Kurki, & S. Smith, *International Relations Theories - Discipline and Diversity* (3º ed., pp. 77-93). Oxford: Oxford University Press.
- Mello, L. I. (1999). *Quem Tem Medo Da Geopolítica?* São Paulo: Hucitec edusp.
- Mendes, N. C. (2014). Geopolítica. Em N. C. Mendes, N. Canas, & F. P. Coutinho, *Enciclopédia das Relações Internacionais* (1º ed., pp. 225-227). Lisboa: Dom Quixote.
- Mendes, P. E. (março de 2019). As Teóricas Principais das Relações Internacionais - Uma avaliação do Progresso da Disciplina. *Relações Internacionais*, pp. 095-122. doi:10.23906/ri2019.61a08
- Migdalovitz, C. (2007). *Turkey's 2007 Elections: Crisis of Identity and Power*. Washington: Congressional Research Service.
- Moe, C. (setembro de 2003). Refah Partisi (The Welfare Party) and Others v. Turkey. *The International Journal of Not-for-Profit Law*, 6(1). Obtido em 03 de março de 2022, de The International Journal of Not-for-Profit Law: https://web.archive.org/web/20080925194912/http://www.icnl.org/KNOWLEDGE/ijnl/vol6iss1/special_5.htm
- Momayezi, N. (setembro de 1998). Civil - Military Relations in Turkey. *International Journal on World Peace*, 15(3), 3-28. Obtido em 03 de março de 2022, de <https://www.jstor.org/stable/20753165>
- Nuruzzaman, M. (2015). President Obama's Middle East Policy, 2009-2013. *Insight Turkey*, XVII(1), 171-190.

- Nye, J. (2002). *The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone*. Oxford: Oxford University Press.
- Onis, Z. (2003). Turkey and The Middle East After September 11: The Importance of the EU Dimension. *Turkish Policy Quarterly*, 1-9.
- Öniş, Z., & Yilmaz, Ş. (2008). Greek-Turkish Rapprochement: Rhetoric or Reality? *Political Science Quarterly*, CXXIII(1), 123-149.
- Østerud, Ø. (1988). The Uses and Abuses of Geopolitics. *Journal of Peace Research*, 25(2), 191-199.
- Outzen, R., & Cagaptay, S. (17 de fevereiro de 2022). *The Third Age of Erdoğan's Foreign Policy*. Obtido em 10 de maio de 2022, de Center for European Policy Analysis: <https://cepa.org/the-third-age-of-erdogans-foreign-policy/>
- Özbudun, E. (2012). Turkey's Search for a New Constitution. *Insight Turkey*, 14(1), pp. 39-50.
- Özbudun, E. (03 de junho de 2014). AKP at the Crossroads: Erdoğan's Majoritarian Drift. *South European Society and Politics*, XIX(2), 155-167. doi:10.1080/13608746.2014.920571
- Özbudun, E. (setembro de 2014). The 2014 Presidential Elections in Turkey: A Post-election Analysis. *Global Turkey In Europe*, pp. 1-5.
- Özel, S., Yılmaz, Ş., & Akyüz, A. (2009). *Rebuilding A Partnership: Turkish-American Relations For A New Era A Turkish Perspective*. Istanbul: TÜSİAD.
- Ozkan, M., & Korkut, H. (2013). Turkish Foreign Policy towards the Arab Revolutions. *Epiphany Journal of transdisciplinary studies*, VI(1), 162-181. doi: 10.21533/epiphany.v6i1.59
- Ozkececi-Taner, B. (julho de 2017). Disintegration of the "strategic depth" doctrine and Turkey's troubles in the Middle East. *Contemporary Islam; Dordrecht*, XI(2), 201-214. doi:10.1007/s11562-017-0387-5
- Ozpek, B. B., & Demirag, Y. (2014). Turkish foreign policy after the "Arab Spring": from agenda-setter state to agenda-entrepreneur state. *Israel Affairs*, XX(3), 328-346. doi:10.1080/13537121.2014.922806

- Passos, R. J. (2005). *A União Europeia e o Pedido de Adesão da Turquia. Necessidades de Convergencia e Possíveis Implicações*. Lisboa, Portugal.
- Patton, M. J. (2006). The Economic Policies of Turkey's AKP Government: Rabbis from a Hat? *The Middle East Journal*, 60(3), 513-536. Obtido em 19 de março de 2022, de <http://www.jstor.org/stable/4330284>
- Paul, A., & Seyrek, D. M. (15 de julho de 2011). *Turkish foreign policy and the Arab Spring*. Obtido em 01 de maio de 2022, de European Policy Centre: <https://www.epc.eu/en/Publications/Turkish-foreign-policy-and-the-Arab-Spring~1c195c>
- Phillips, D. L. (2017). *An Uncertain Ally Turkey Under Erdogan's Dictatorship*. Nova Jersey: Transaction Publishers.
- Purcell, H. D. (1965). Review of Atatürk: The Rebirth of a Nation.; Turkish Village.; From Ankara to Marrakesh: Turks and Arabs in a Changing World., by Lord Kinross, P. Stirling, & H. E. Tutsch. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, 41(4), 741-742. doi:<https://doi.org/10.2307/2610778>
- Queiróz, C. E., & Rosado, L. M. (outubro de 2020). O Estreito De Bósforos e Dardanelos, e o Estreito de Kerch. Em A. M. Guedes, & M. A. Cruz, *A Geopolítica Dos Chokepoints e dos Shatterbelts (Volume III)*. *Cadernos do IUM*, 47. (pp. 65-99). Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). (G. Valente, Ed.) Lisboa: Gradiva.
- Reuters. (01 de fevereiro de 2011). *Turkey tells Mubarak to listen to the people*. Obtido em 04 de maio de 2022, de Reuters: <https://www.reuters.com/article/idINIndia-54562520110201>
- Reynolds, M. A. (2012). *Echoes of Empire: Turkey's Crisis of Kemalism and the Search for an Alternative Foreign Policy*. Washington: Brookings.
- Ripsman, N. M., Taliaferro, J. W., & Lobell, S. E. (2016). *Neoclassical Realist Theory of International Politics*. Nova York: Oxford University Press.

- Rose, G. (outubro de 1998). Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. *World Politics - A Quarterly Journal of International Relations*, 51(01), 144-172. doi:10.1017/S0043887100007814
- Routledge Advances in Sociology. (2021). *Regime Change in Turkey - Neoliberal Authoritarianism, Islamism and Hegemony*. (E. Babacan, M. Kutun, E. Pinar, & Z. Yilmaz, Edits.) Nova York: Routledge - Taylor & Francis Group.
- Roy, O. (1994). *The Failure of Political Islam*. Cambridge: Harvard University Press.
- Saab, B. Y. (06 de maio de 2009). *Syria and Turkey Deepen Bilateral Relations*. Obtido em 01 de maio de 2022, de Brookings: <https://www.brookings.edu/articles/syria-and-turkey-deepen-bilateral-relations/>
- Şahin, M. (19 de julho de 2020). Theorizing the Change: A Neoclassical Realist Approach to Turkish Foreign Policy. *Contemporary Review of the Middle East*, VII(4), 483-500. doi:10.1177/2347798920940078
- Sampieri, R. H., Callado, C. F., & Lucio, M. d. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: Penso.
- Santos, V. M. (2014). Neorealismo. Em N. C. Mendes, & F. P. Coutinho, *Enciclopédia das Relações Internacionais* (pp. 331-334). Alfragide: Dom Quixote.
- Schossler, A. (18 de julho de 2016). *Zeitgeist: Os militares turcos e defesa do Estado laico*. Obtido em 26 de março de 2022, de Deutsche Welle: <https://www.dw.com/pt-br/zeitgeist-os-militares-turcos-e-defesa-do-estado-laico/a-19407721>
- Schweller, R. (2004). Unanswered Threats A Neoclassical Realist Theory of Underbalancing. *International Security*, pp. 159-201.
- Schweller, R. (2006). *Unanswered Threats*. Nova Jersey: Princeton.
- SETA. (28 de fevereiro de 2019). *Turkey: Legacy of 1997 post-modern coup against Erdogan*. Obtido de SETA Foundation for Political, Economic and Social Research: <https://www.setav.org/en/turkey-legacy-of-1997-post-modern-coup-against-erdogan/>

- Shaw, S. J., & Shaw, E. K. (2005). *History of Ottoman Empire and Modern Turkey: Volume II: Reform, Revolution; and Republic: The Rise of Modern Turkey, 1808-1975*. New York: Cambridge University Press.
- Sheikh, A. M. (2018). Book Review: Turkey's Cold War: Foreign Policy And Western Alignment In Modern Republic. *Indian J. Soc. & Pol.*, 05(1), 147.
- Stein, A. (2021). *Turkey's Reponse to the Russia-Ukraine Crises*. Philadelphia: Foreign Policy Research Institute.
- Strand, A., & Neset, S. (2019). *Turkey`s international relations*. Chr. Michelsen Institute- CMI. Obtido em 22 de dezembro de 2021, de <https://www.cmi.no/publications/6853-turkeys-international-relations#author-details>
- Stranger, M. (27 de março de 2012). *Review - Unanswered Threats*. Obtido em 22 de abril de 2022, de E-International Relations: <https://www.e-ir.info/2012/03/27/review-unanswered-threats-2/>
- Sümer, F. (2013). Turkey's Changing Foreign Policy and the Arab Spring. *The Innovation Journal*, XVIII(1), 1-28.
- Szczepanski, M. (2019). *A decade on from the crisis Main responses and remaining challenges*. Bruxelas: European Union.
- Taşpınar, Ö. (novembro de 2014). The Conflict within Turkey's Islamic Camp. *Global Turkey in Europe*, pp. 1-3.
- Tocci, N. (12 de setembro de 2011). *Turkey and the Arab Spring: Implications for Turkish Foreign Policy in Transatlantic Perspective*. Obtido de Carnegie Endowment For International Peace: <https://carnegieendowment.org/2011/09/12/turkey-and-arab-spring-implications-for-turkish-foreign-policy-in-transatlantic-perspective-pub-45557>
- Toktay, M. (25 de agosto de 2021). *Russia is playing S-400 card in Turkey for strategic purposes, say experts*. Obtido em 08 de maio de 2022, de Arab News: <https://www.arabnews.com/node/1917161/middle-east>

- Tomé, A. J. (2011). *Relações Internacionais - Geopolítica e Geoestratégia, o estudo e a problemática*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Topal, S. (15 de dezembro de 2011). Everybody Wants Secularism—But Which One? Contesting Definitions of Secularism in Contemporary Turkey. *International Journal of Politics Culture and Society*, pp. 1-14. doi:10.1007/s10767-011-9114-z
- Tür, Ö. (2012). Turkey and Israel in the 2000s—From Cooperation to Conflict. *Israel Studies*, 45-66. Obtido de <https://doi.org/10.2979/israelstudies.17.3.45>
- Viegas, P. (18 de dezembro de 2015). *Diário de Notícias*. Obtido de Polícia tunisina: "Às vezes culpo-me" pela Primavera Árabe: <https://www.dn.pt/mundo/policia-tunisina-as-vezes-culpome-pela-primavera-arabe-4942508.html>
- Waltz, K. N. (1979). *Theory of International Politics*. Londres: Addison-Wesley Publishing Company.
- Westad, O. A. (2017). *The Cold War A World History*. Nova York: Basic Books.
- Yackley, A. J. (08 de maio de 2010). *Syria ready to resume peace talks with Israel -Turkey*. Obtido em 05 de abril de 2022, de Reuters: <https://www.reuters.com/article/us-turkey-syria-israel-idUSTRE6471Q720100508>
- Yasamee, F. (2011). *Ottoman Diplomacy Abdülhamid II and the Great Powers, 1878-1888*. Piscataway: Gorgias Press LLC.
- Yavuz, M. (2001). Five stages of the construction of Kurdish nationalism. *Nationalism and Ethnic Politics*, VII(3), pp. 1-24. doi:10.1080/13537110108428635
- Yaylaci, I. (2010). Philip H. Gordon and Omer Taspinar, *Winning Turkey: How America, Europe, and Turkey Can Revive a Fading Partnership* (Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008). *International Journal Of Middle East Studies*, 366-367. Obtido em 11 de janeiro de 2022, de <https://www.cambridge.org/core/journals/international-journal-of-middle-east-studies/article/abs/philip-h-gordon-and-omer-taspinar-winning-turkey-how-america-europe-and-turkey-can-revive-a-fading-partnership-washington-dc-brookings-institution-press-2008->

- Yorulmaz, N. (2014). *Arming The Sultan - German Arms Trade and Personal Diplomacy in the Ottoman Empire Before World War I*. Londres: I.B. Tauris.
- Zanotti, J., & Thomas, C. (2019). *The Kurds in Iraq, Turkey, Syria, and Iran*. Washington: Congressional Research Service.
- Zanotti, J., & Thomas, C. (05 de dezembro de 2019b). *Turkey, the PKK, and U.S. Involvement: A Chronology*. Washington: Congressional Research Service.
- Zeidan, A. (26 de agosto de 2021). *Islamism*. Obtido em 10 de maio de 2022, de Encyclopedia Britannica: <https://www.britannica.com/topic/Islamism>
- Zijnioglu, Ö. (24 de outubro de 2019). *The Legacy of the Gezi Protests in Turkey*. Obtido de Carnegie Europe: <https://carnegieeurope.eu/2019/10/24/legacy-of-gezi-protests-in-turkey-pub-80142>
- Zürcher, E. J. (19 de outubro de 2018). *Erdoğan's Anti-Western Discourse: Ideology or Opportunism?* Obtido em 12 de abril de 2022, de Ahval: <https://ahvalnews.com/erdogan-turkey/erdogans-anti-western-discourse-ideology-or-opportunism>

ANEXOS

Anexo A -Cronologia:

1908- Revolução dos *Jovens Turcos*.

1911-1912- Guerra das Balcãs.

1914-1918- Primeira Guerra Mundial.

1915- Genocídio Arménio.

1920- Tratado de Sevres.

1920-1923- Guerra de Independência Turca.

1922- Sultanato Otomano abolido, pela Grande Assembleia Nacional Turca, pondo um fim oficial ao Império Otomano.

1923- Tratado de Lausanne e Fundação da República da Turquia.

1938- Morte de Mustafa Kemal Atatürk, fundador da República da Turquia.

1939-1945- Segunda Guerra Mundial.

1947-1991- Guerra Fria.

1949- Formação da NATO.

1950- Primeiras eleições democráticas da Turquia.

1952- A República da Turquia adere à NATO.

1959- Turquia candidata-se à CEE.

1960- Primeiro golpe de Estado da República.

1963- Turquia torna-se membro associado da CEE.

1970- Criação do Primeiro partido político Islâmico, MNP, fundado por Necmetin Erbakan.

1971- Segundo golpe de Estado da República.

1974- Intervenção militar da Turquia no Chipre.

1980- Terceiro golpe de Estado da República.

1984- Início da revolta militar do PKK.

1990-1991- Primeira Guerra do Golfo.

1991- Fim da Guerra Fria.

1995- Vitória do RP, partido político Islâmico, em eleições antecipadas.

1995- Acordo de união aduaneira entre a Turquia e a UE.

1997- Golpe de Estado ‘Pós-moderno’ de 28 de fevereiro que derruba Necmetin Erbakan, primeiro-ministro turco.

1999- Captura de Ocalan, líder fundador do PKK.

2000-2001- Profunda crise Económica turca.

2001 (agosto)- AKP é fundado por Recep Tayyip Erdogan.

2001 (setembro)- Ataques terroristas do 11 de setembro ao *World Trade Center* e ao *Pentagon* norte americano.

2001 (outubro)- Início da Guerra do Afeganistão.

2002- Vitória eleitoral do AKP, com maioria absoluta nas eleições parlamentares.

2003-2011- Segunda Guerra do Golfo

2003- Transferência do cargo de primeiro-ministro, dentro do AKP, de Abdullah Gul para Erdogan.

2004 (janeiro)- Visita histórica de Bashar Al-Assad, presidente sírio, à Turquia.

2004 (dezembro)- O Conselho Europeu declara que a Turquia cumpre com os critérios de Copenhaga necessários para dar início à abertura das negociações de adesão à UE.

2005- As negociações para a adesão da Turquia à UE, são formalmente abertas.

2007 (abril)- Publicação do *e-memorandum* pelas FAT.

2007 (junho)- Início do processo jurídico *Ergenekon*.

2007 (julho)- Eleições parlamentares antecipadas, vitória por maioria absoluta do AKP.

2007 (agosto)- Abdullah Gul é nomeado para Presidente da República, após crise política.

2007 (outubro)- Referendo constitucional que introduz reformas eleitorais substanciais.

2008-2009- Crise financeira internacional.

2008- Conversações indiretas de paz entre Israel e Síria, mediadas pela Turquia.

2009 (janeiro)- Incidente diplomático, entre Turquia e Israel, no fórum internacional de Davos.

2009 (abril)- Primeiro exercício de cooperação militar entre Turquia e a Síria.

2009- Iniciativa '*Abertura Curda*'.

2010-2011- *Primavera Árabe*.

2010 (fevereiro)- Início do processo jurídico *Sledgehammer*.

2010 (maio)- Incidente de *Mavi Marmara*, entre Turquia e Israel.

2010 (setembro)- Referendo Constitucional de um pacote de 26 emendas.

2011 (janeiro)- Início da revolta civil no Egito, que termina 30 anos de regime de Hosni Mubarak.

2011 (fevereiro)- Início da revolta civil Líbia, que termina 40 anos de regime de Muammar Gaddafi.

2011 (março)- Início da guerra civil na Síria, ainda em curso.

2011 (junho)- Eleições Parlamentares, vitória por maioria absoluta do AKP.

2012 (17 de junho) - Vitória eleitoral, no Egito, da Irmandade Muçulmana, apoiada pelo AKP.

2012 (22 de junho) - *F-4 Phantom* turco abatido pelas Forças Armadas Sírias.

2012 (outubro)- Formação do HDP, que se torna o principal partido Curdo na Turquia.

2013 (março)- Cessar fogo com o PKK e início do '*Processo de Resolução*' Curdo.

2013 (maio)- *Gezi Park Uprising*.

2013 (junho)- Golpe de Estado Militar que derruba o recém-formado Governo no Egito.

2013 (dezembro)- Acusações de corrupção sobre o AKP.

2014- Eleições presidenciais, vence o então primeiro-ministro Erdogan tornando-se Presidente da República.

2015 (junho)- Eleições parlamentares, AKP vence, mas perde pela primeira vez a maioria absoluta no Parlamento.

2015 (julho) - Colapso do cessar-fogo entre a República Turca e o PKK.

2015 (1 de novembro) - Eleições parlamentares antecipadas, AKP vence com maioria absoluta.

2015 (24 de novembro) - SU-24 russo abatido pelas FAT.

2016 (julho)- Tentativa de golpe de Estado militar, por parte das FAT.

2016 (novembro)- Suspensão das negociações do processo de adesão da Turquia à UE, baseada em violações dos direitos humanos e de preocupações sobre o Estado de Direito.

2017 (abril)- Vitória do referendo constitucional para a transformação do sistema parlamentar turco num novo sistema presidencial.

2017 (dezembro)- Acordo entre a Turquia e a Rússia para a compra de mísseis antiaéreos S-400.

2018- atualidade- Grave crise financeira turca.

2018 (junho)- Vitória de Erdogan e do AKP, nas eleições presidenciais e parlamentares para o novo sistema político.

2019- Bloqueio por parte do senado norte-americano a participação turca no programa da NATO, *Joint Strike Fighter*, impedindo a aquisição de jatos *F-35* à Turquia.

2020- Segunda Guerra Nagorno-Karabakh.